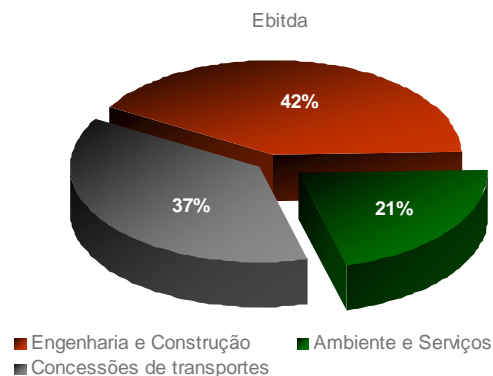
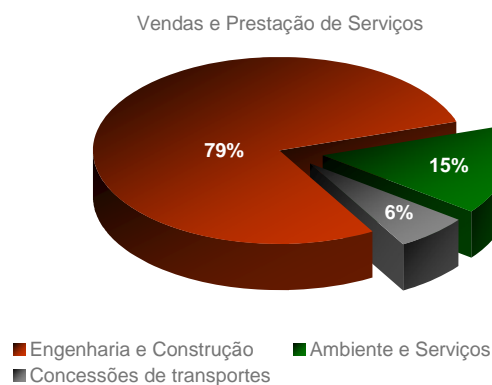


MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008



Destaques

- Carteira de encomendas cresce para 2,6 mil milhões de euros
- Crescimento de 33% das Vendas e prestações de serviços
- Margens EBITDA e EBIT de 16,7% e 10,3%
- Resultado líquido atribuível ao GRUPO de 30,6 milhões de euros
- Endividamento líquido ascende a 1.852 milhões de euros, dos quais 949 milhões de euros relativos a endividamento sem recurso



	milhares de euros				
	2008	% VPS	Δ	2007	% VPS
Vendas e Prestação de Serviços	1.868.731		33,3%	1.401.900	
EBITDA	311.336	16,7%	25,3%	248.495	17,7%
EBIT	192.740	10,3%	30,1%	148.186	10,6%
Ganho/perda de capital na Martifer	1.902			67.433	
Resultados financeiros	(129.759)	(6,9%)	(20,8%)	(107.453)	(7,7%)
Ganhos/perdas em empresas associadas	5.387	0,3%	(66,0%)	15.839	1,1%
Resultados antes de impostos	70.270	3,8%	(43,3%)	124.006	8,8%
Resultado líquido consolidado	39.770	2,1%	(63,1%)	107.745	7,7%
Atribuível:					
a interesses minoritários	9.204	0,5%	(9,8%)	10.207	0,7%
ao Grupo	30.565	1,6%	(68,7%)	97.538	7,0%
Grupo (excluindo Ganho/perda de capital Martifer)	28.663	1,5%	(4,8%)	30.105	2,1%

Ebitda = Resultado operacional + amortizações + provisões e perdas de imparidade
Endividamento líquido = Endividamento – caixa e seus equivalentes

Índice

Destaques	2
Principais acontecimentos	4
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	7
Relatório de Gestão Consolidado	9
Áreas de negócio	9
Engenharia & Construção	9
Ambiente & Serviços	14
Concessões de transportes	18
MOTA-ENGIL na bolsa	21
Enquadramento macro-económico	24
Análise económico-financeira	26
Gestão de risco	30
Criação de valor com e através das Pessoas	34
Proposta de aplicação de resultados	36
Nota final	37
Informação Financeira Consolidada	38
Demonstração dos Resultados Consolidados	39
Demonstração dos Resultados Trimestrais	40
Balanço Consolidado	41
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado	42
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	43
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	44
Relatório sobre as Práticas de Governo Societário	108
Anexos	153
Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM	153
Artigo 447.º do CSC	155
Artigo 448.º do CSC	157
Participações Qualificadas	157
Relatórios de Fiscalização	158
Certificação Legal das Contas	159
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	161
Relatório de Auditoria	163

Principais acontecimentos

- A Assembleia Geral de Accionistas aprovou o alargamento do Conselho de Administração para 14 elementos que deliberou a constituição da Comissão Executiva, nomeando para seu Presidente o Sr. Dr. Jorge Coelho
- Apresentadas as novas orientações estratégicas do GRUPO:



- MOTA-ENGIL anunciou a formalização da parceria com ES Concessões, ASCENDI: cerca de 700 milhões de euros de activos sob gestão (ca. 85% activos rodoviários em Portugal), mais de 1.200 Km de Auto-Estradas, dos quais mais de 1.100 em exploração, 14 Concessionárias, projectos em desenvolvimento em 9 países e actividade sustentada em 3 países – Portugal, Espanha e México e um plano de investimentos de 500 milhões de euros
- MOTA-ENGIL anunciou plano de ampliação do Terminal de Contentores de Alcântara, implicando um investimento de 226 milhões de euros a realizar pela sua participada LISCONT (concessionária do Terminal) e uma prorrogação do prazo da concessão em 27,5 anos
- MOTA-ENGIL AMBIENTE & SERVIÇOS e o Grupo “Privado do Atlântico” estabeleceram parceria para o mercado de Angola, tendo por objecto os segmentos de actuação desta sub-holding
- O GRUPO MOTA-ENGIL assinou Memorando de Entendimento com o Governo do Malawi para diversos projectos com destaque para a reabilitação do porto de Nsanje e desenvolvimento de duas centrais hidroeléctricas e anuncia adjudicações de mais de 100 milhões de euros no mesmo país
- A TAKARGO, participada do GRUPO MOTA-ENGIL, e a Comsa Rail Transport estabeleceram um acordo de colaboração para o desenvolvimento de operações ferroviárias de mercadorias na Península Ibérica
- MOTA-ENGIL anunciou participação em consórcio pré-qualificado para concessão de porto de Ennore na Índia, um projecto que implicará um investimento global de 600 milhões de dólares e noutro consórcio que

elaborará o projecto de remodelação do porto de La Guaira na Venezuela (que poderá orçar em 658 milhões de dólares)

- MOTA-ENGIL anunciou compra de 24,19% da LUSOPONTE, passando, após a efectivação da compra, a ser o maior accionista (38,02%) da empresa que detém a concessão das duas travessias sobre o rio Tejo até Março de 2030
- MOTA-ENGIL anunciou liderança do consórcio da Alta Velocidade para participação nos diversos concursos lançados ou a lançar pelo Estado Português para o estabelecimento das parcerias público-privadas (PPP) na área da linha ferroviária de alta velocidade
- MOTA-ENGIL, através da ASCENDI (detida pela MOTA-ENGIL em 60%) alcançou o primeiro lugar no concurso para a concessão Marechal Rondon Leste, Auto-Estrada SP300 no Estado de São Paulo (concessão com 415 km de extensão envolve um investimento de cerca de 470 milhões de euros)
- A Subconcessão do Douro Interior foi adjudicada ao agrupamento liderado pela MOTA-ENGIL (a subconcessão tem um prazo de 30 anos e representa um investimento em construção de cerca de 620 milhões de euros)
- MOTA-ENGIL anunciou reforço da posição accionista na INDAQUA. Após esta aquisição, o GRUPO MOTA-ENGIL, através da MOTA-ENGIL, AMBIENTE & SERVIÇOS, SGPS S.A., passa a deter o controlo da INDAQUA, com 50,06% do seu capital social.
- MOTA-ENGIL informou sobre a detecção de irregularidades em associada na Hungria e sobre a destituição da respectiva administração
- Anúncio do Novo Modelo Organizacional de Internacionalização, tendo sido criadas estruturas alocadas a cada uma das áreas geográficas definidas como prioritárias pelo GRUPO, nomeadamente África, América Latina e Europa Central.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Accionistas

O ano de 2008 foi um ano difícil para todos face à crise internacional que o Mundo atravessa.

Na verdade, a crise financeira internacional que, iniciando-se nos Estados Unidos da América, provocou uma profunda perturbação em todo o sistema financeiro mundial repercutindo-se rapidamente para a economia real, atingindo quer as economias mais evoluídas, quer os países emergentes. Portugal não poderia ficar imune.

É hoje uma crise profunda que, apesar das acertadas medidas implementadas pela generalidade dos Governos, tarda a dar sinais de reversão e abala a confiança de instituições e pessoas. É essa confiança que é necessário recuperar.

Afirmo com orgulho, que esse é um factor diferenciador na Mota-Engil, porquanto todos nós mantivemos um elevado grau de confiança no nosso projecto, o que nos permitiu atingir em 2008 os objectivos que apontámos, pese embora não só a crise mundial, mas também a situação inesperada que vivemos internamente (até porque nunca tinha acontecido) com a detecção de factos indiciadores de gestão danosa na Hungria.

É na convicção de que é nos momentos de crise que se diferenciam as instituições e na sequência de termos em 2007 atingido os objectivos propostos (com um ano de antecedência), que preparámos e aprovámos um Novo Programa “Ambição 2013” que define a nossa estratégia para os próximos anos com objectivos muito ambiciosos.

E fizemo-lo na certeza de que o Mundo estava a atravessar uma crise difícil, mas acreditamos nas nossas capacidades, tendo sido já tomadas todas as medidas necessárias para a sua implementação, incluindo um novo modelo de governação e a indicação do Dr. Jorge Coelho para a liderança executiva do Grupo.

Estou certo de que atingiremos os objectivos propostos porque acredito no nosso Projecto e na Equipa que todos nós constituímos.

António Mota

Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O Ano de 2008 – A Capacidade de Decisão. A Confiança na Estratégia

Exmos. Senhores Accionistas,

O ano de 2008 caracterizou-se por uma elevada instabilidade nos mercados financeiros, com acontecimentos que provocaram repercussões a níveis mundiais, sem precedentes nas últimas décadas.

O resultado dos desenvolvimentos a que assistimos durante o último ano, permitiram a todos, independentemente da nacionalidade e do sector de actividade em que actuam, recolher ensinamentos para que, com determinação e visão estratégica, possamos ultrapassar as dificuldades que se nos deparam.

Para a Mota-Engil não é diferente. O desafio que enfrentamos é estimulante e o sentimento com que o abraçamos é de profundo reconhecimento das dificuldades mas de elevada confiança na nossa capacidade.

Com uma história de sucesso, e tendo em 2007 cumprido antecipadamente os objectivos, a Mota-Engil, com uma Ambição reforçada, definiu e apresentou um novo Plano Estratégico para os próximos cinco anos.

Entendemos desta forma que será necessário preparar a Mota-Engil para os novos desafios que representa o posicionamento que pretendemos ter no mercado global de forma a concretizar os objectivos que permitam garantir a satisfação de Accionistas, Parceiros, Colaboradores, Clientes e das Comunidades onde nos inserimos.

Gostaria neste momento de transmitir uma mensagem de optimismo e de confiança na equipa com que colaboro directamente, e em cada um dos 17.766 colaboradores do Grupo, para além do reconhecimento do empenho, capacidade e motivação que globalmente permitiu concretizar os desafios que se apresentaram num ano pleno de iniciativas importantes e na transformação do que pretendemos que a Mota-Engil seja no futuro.

Aumentar o Volume de Negócios para 1.869 Milhões de Euros (crescimento de 33,3%), um EBITDA de 311,3 Milhões de Euros (mais 25% do que em 2007) e um Resultado Líquido de 30,6 Milhões de Euros constitui o resultado do esforço conjunto de todo o Grupo e a demonstração da capacidade de enfrentar as dificuldades.

Num ano de preparação para o Plano Ambição 2013, que se inicia em 2009, a Mota-Engil cresceu a dois dígitos na actividade de todas as Sub-Holdings, valorizou-se através de um valor nunca atingido ao nível da sua carteira de encomendas (2,6 Mil Milhões de Euros) e melhorou os seus rácios de endividamento expresso através da redução do Net Debt / EBITDA para 5,9.

O Grupo Mota-Engil, hoje uma realidade empresarial diversificada, inovadora e com uma gestão reconhecida e empreendedora, está firmemente empenhado e em melhores condições para ser mais eficiente face aos desafios e à sua ambição de crescimento.

Mesmo o que correu menos bem, caso da Hungria, foi resolvido com determinação e com verdade. Esta é a nossa filosofia de gestão.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

8

A estratégia, apresentada através do Plano Ambição 2013, encontra-se suportada por quatro eixos estratégicos fundamentais: o crescimento sustentado, a internacionalização, a diversificação e o reforço do capital humano. Estes são os pilares estratégicos que identificámos e que entendemos que permitirão atingir as metas de um crescimento ambicioso e enquadrado no posicionamento que pretendemos atingir a nível global.

É com esta confiança na nossa capacidade e nas orientações estratégicas integradas no Plano Ambição 2013 que afirmo que as metas que apresentámos para o período entre 2009 e 2013 se mantêm inalteradas, e com as quais nos encontramos, todos nós, identificados e motivados para a sua concretização.

A melhoria contínua dos processos e da inovação da gestão, é também ela uma preocupação assente no desenvolvimento do reforço da Cultura do Grupo, tal como o desenvolvimento de um Modelo Único de Gestão, o qual permitirá criar maiores sinergias e maiores níveis de eficiência.

Por acreditarmos que “Somos o Que Fazemos”, a Mota-Engil promoveu um elevado investimento na formação e na preparação do seu recurso mais precioso, as Pessoas, através da criação da Mota-Engil Active School, um conceito de Universidade Corporativa desenvolvido com algumas das mais prestigiadas Escolas de Gestão do País num Programa que se estende numa primeira fase a Portugal, Angola e Polónia.

A implementação de uma política de recursos humanos actual e eficiente apresenta-se como um desafio fundamental para a competitividade que temos que ter hoje e no futuro.

Uma palavra especial ao desenvolvimento do Programa Mota-Engil Solidária.

Um projecto que, apesar da conjuntura económica adversa, nos leva a afirmar que é nestes momentos que Grupos económicos com a dimensão e responsabilidade da Mota-Engil devem reforçar o compromisso existente para com uma gestão ética, social e ambientalmente responsável, através do apoio a causas meritórias e em manifesto benefício da sociedade, compromisso esse que será ainda consolidado no próximo ano com a constituição da Fundação Manuel António Mota.

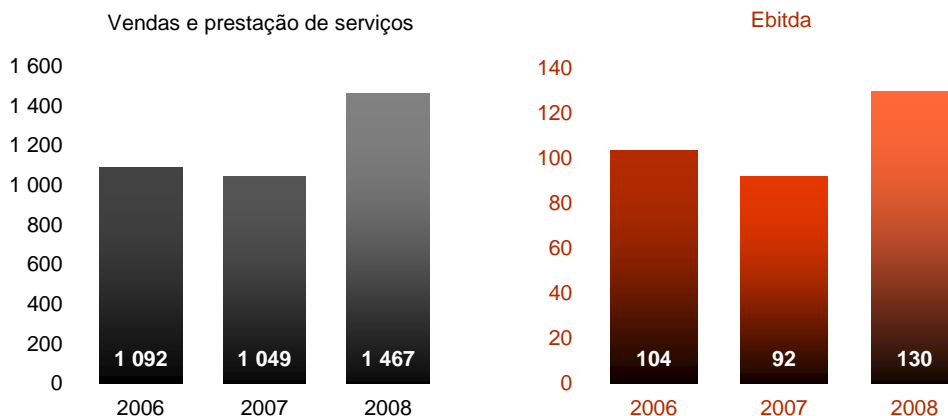
Por último, uma palavra de agradecimento aos Senhores accionistas, que através da inextinguível confiança têm permitido concretizar a implementação da estratégia visando o engrandecimento do nome e do prestígio do Grupo, fazendo da Mota-Engil, cada vez mais, um Mundo de Inspiração.

Jorge Coelho

Presidente da Comissão Executiva

1. Áreas de negócio

Engenharia & Construção



O volume de negócios do GRUPO MOTA-ENGIL na área da Engenharia & Construção atingiu, em 2008, os 1.466,7 milhões de euros (2007: 1.048,7 milhões de euros), traduzindo-se num crescimento de 40% face a 2007. Ao nível da rentabilidade operacional há a registar a manutenção da margem EBITDA face a 2007 (8,8%) apesar das actuais condições adversas existentes nos diversos mercados em que a área opera.

Península Ibérica

Como consequência da crise financeira mundial, o sector da construção em Portugal e Espanha verificou uma quebra de produção em 2008.

Em Portugal, a actividade de Engenharia & Construção, em crise profunda desde há alguns anos, com fraca procura, excesso de capacidade instalada e encolhimento das margens praticadas, viu, em 2008, a sua situação agravada. O Índice de produção global do sector registou no ano de 2008 um decréscimo de 1,1%, depois de, em 2007, ter registado uma variação também negativa de 2,2%. Contudo, esta tendência poderá ser invertida já em 2009, tendo em conta as medidas anunciadas, e algumas já concretizadas para colmatar os efeitos da crise nas economias nacionais, as quais assentam num relançamento das actividades de construção.

Foram os crescimentos registados nos segmentos da engenharia civil e da construção de edifícios não residenciais que contribuíram para atenuar o efeito da forte quebra que se verificou no segmento da habitação (8,0%, o segundo pior resultado desde o início da crise em 2002), de tal forma que o decréscimo do índice de produção global do Sector em 2008 apenas se ficou em 1,1%. Na realidade, situando-se a área licenciada para a construção de edifícios residenciais em menos 23% no final de 2008, esperar-se-iam quebras de produção globais mais acentuadas, o que não aconteceu devido ao bom desempenho dos segmentos da engenharia civil e dos edifícios não residenciais, os quais registaram acréscimos de produção em 2008. Com efeito, nos últimos anos, a evolução do mercado da habitação foi-se degradando potenciando-se os efeitos decorrentes da extinção do regime de crédito bonificado ocorrida em Setembro de 2002, momento a partir do qual os níveis de produção deste segmento registaram quebras sucessivas até 2008. A produção deste segmento em 2008 terá caído 9% face a 2007, redução que só foi ultrapassada no ano de 2003. Para 2009 as

expectativas não são optimistas, dados os reduzidíssimos níveis de licenciamento de edifícios para a habitação. Os níveis de produção de obras de engenharia civil revelaram-se positivos em 2008, terminando o ano com um acréscimo de 2,1% face a 2007, variação que, no entanto, também não foi suficiente para imprimir ao Sector um ritmo de actividade desejado. Apesar do bom ritmo apurado no lançamento de concursos públicos de empreitadas e da melhoria gradual do ritmo de adjudicações ao longo de 2008, este segmento terá ficado aquém das expectativas criadas com as crescentes intenções de investimento em infra-estruturas. De facto, tendo atingido o valor lícitado para a realização de empreitadas mais 32% que o apurado em 2007, tendo mesmo apresentado a meio do ano variações superiores a 100%, esperar-se-ia um ritmo de adjudicações mais elevado, fenómeno que só nos últimos meses se começou a verificar, já que até ao final de Agosto o valor contratado estava abaixo do valor de 2007.

É expectativa do GRUPO que o ano de 2009 se venha a revelar como um ano de melhoria deste ciclo depressivo no sector da construção em Portugal, sendo essa expectativa assente na convicção de que as medidas recentemente anunciadas pelo Conselho Europeu, e mais concretamente pelo Governo português, de reforço do investimento público, contribuirão para o relançamento das actividades de construção. Adicionalmente, os investimentos ainda não concretizados do Plano de Investimento em Infraestruturas Prioritárias (PIIP), anunciado em anos anteriores, viu a sua importância estratégica reforçada com a crise. Desta forma, espera-se uma maior brevidade no lançamento dos grandes projectos ainda não concretizados, como sejam os casos da Alta Velocidade Ferroviária e do Novo Aeroporto de Lisboa.

De acordo com estas perspectivas, o GRUPO MOTA-ENGIL tem vindo a colocar-se em posição de desempenhar um papel relevante na execução destes projectos, considerados desígnios nacionais. Ao mesmo tempo que somos o líder nacional no segmento da construção, acumulamos experiência e *know-how* em grandes realizações, sejam elas de aeroportos, auto-estradas, pontes, ou caminhos de ferro. Continuamos, assim, à semelhança do que já havia sucedido em 2007, a adoptar todas as medidas de organização interna necessárias, bem como a efectuar avultados investimentos nos activos produtivos, no sentido de estar sempre na primeira linha das futuras adjudicações. Exemplos destas iniciativas são o estabelecimento de um consórcio inteiramente nacional para concorrer ao projecto no novo aeroporto internacional de Lisboa e os investimentos efectuados pelas associadas especializadas nos trabalhos de construção em ferrovias, antecipando necessidades que decorrerão do lançamento dos concursos para as linhas de alta velocidade.

Em 2008, o volume de negócios da área em Portugal foi superior a 700 milhões de euros. Por seu lado, em termos de rentabilidade operacional continuou a ser possível manter uma performance bastante positiva apesar da política de preços praticada por alguns operadores do sector, nos escassos concursos públicos.

Apesar das dificuldades referidas, o mercado doméstico manteve uma expressão relevante no peso total do volume de negócios: em 2008 o mercado português representou 49% da actividade da construção do GRUPO (2007: 57%).

Tendo em conta estas dificuldades, mas também o dinamismo do processo de internacionalização da actividade da construção, o mercado doméstico viu mais uma vez reduzir o seu peso no total do volume de negócios da área: em 2008 o mercado português representou apenas 49% da actividade de construção do GRUPO (2007: 57%).

Europa Central

Actualmente, a área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países da Europa Central: Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia. Em 2008, os efeitos da conjuntura económica mundial desfavorável fizeram-se sentir com menos impacto, ou mais tardiamente, nos países da Europa Central. Desta forma, os mercados da construção

da Europa Central registaram, em 2008, mais um ano de crescimento, fruto de um défice considerável de infra-estruturas e beneficiando da transferência de avultados fundos comunitários para modernização das mesmas. No final do ano, com o aparecimento de uma verdadeira crise cambial nesta região, provocada essencialmente por insustentáveis défices das contas correntes e por moedas sobreavaliadas, os já debilitados mercados bancários e de habitação destes países viram os seus problemas acrescidos.

Aliados a estes problemas conjunturais, uma auditoria interna da MOTA-ENGIL permitiu detectar a existência de irregularidades na sua operação na Hungria, relativas a exercícios anteriores, originadas por gestão danosa e fraudulenta efectivadas pelo responsável financeiro daquela operação. A análise detalhada e a auditoria externa que se seguiu permitiram evidenciar um impacto patrimonial negativo de 6.394 milhões de forints húngaros (aproximadamente 21 milhões de euros ao câmbio actual) na situação patrimonial da MOTA-ENGIL MAGYARORSZAG e da sucursal da MOTA-ENGIL ENGENHARIA naquele país, relacionado com o valor de realização de activos e com passivos não relevados contabilisticamente e respeitante a operações de exercícios anteriores. Obviamente que aquela gestão provocou impactos em 2008 e anos seguintes que estão já a ser minorados com base numa reorganização da actividade naquele mercado que conduzirá à forte redução das operações.

Apesar da crise conjuntural, que se espera vir a manter-se durante o ano de 2009, e do acontecimento particular da Hungria, estes mercados continuam a ser uma das fortes apostas do GRUPO, por apresentarem perspectivas de intenso crescimento. Aliás, o GRUPO MOTA-ENGIL está presente na Europa Central desde 1997, pelo que, ao longo de mais de 10 anos acumulou valiosa experiência e conhecimento de mercados que, ao mesmo tempo que se tornam mais e mais atraentes, também se revelam muito exigentes e competitivos.

Neste âmbito, e em conformidade com as dificuldades sentidas nas relações com fornecedores, o GRUPO procura integrar nas suas obras uma componente cada vez maior de competências internas, promovendo a integração vertical da actividade. Esta orientação estratégica implica a concentração de investimentos em meios produtivos e, além disso, na integração de actividades produtoras de matérias-primas aplicadas nas construções. A título de exemplo, refere-se a aquisição de uma sociedade polaca de extracção de agregados minerais, produtora de matéria-prima essencial, nomeadamente, no abastecimento de obras de construção e pavimentação de estradas.

O GRUPO sempre se mostrou atento a novas oportunidades de negócio que nestes países pudessem ser exploráveis, nomeadamente por apresentarem oportunidades de realização de sinergias com a actividade tradicional da construção. Neste sentido, e embora num contexto de crise, a expansão da actividade ligada ao imobiliário permanece como um dos objectivos da MOTA-ENGIL. A lista dos países com maiores carências ao nível habitacional é encabeçada, sem dúvida, pela Polónia, mas inclui também a Roménia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia. Em todos estes países, o GRUPO já está presente e em todos eles tem interesses em projectos imobiliários a decorrer.

É assim com optimismo, embora moderado pela crise internacional, que o GRUPO olha para a actividade prevista para 2009 nestes mercados: forte crescimento do volume de negócios sempre assegurando a melhoria sustentada das margens operacionais. Em 2008, o volume de negócios alcançado na Europa Central foi de 330 milhões de euros, quando em 2007 tinha sido de 219 milhões de euros. O contributo para o EBITDA da área de negócio regista uma evolução bastante positiva: em 2008 o valor foi positivo em 4,9 milhões de euros, sendo que em 2007 tinha sido negativo de 5,3 milhões de euros.

África & América

A área da Engenharia & Construção está presente ainda nos seguintes países: Angola, Moçambique, Malawi, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, EUA, México, Peru e Venezuela.

Angola tem tido nos últimos anos ritmos de crescimento económico bastante consideráveis. O ano de 2008 foi mais um ano de confirmação deste bom desempenho, com um PIB previsto de 16%, apesar de um abrandamento da actividade económica face a 2007, ano em que o crescimento do PIB registou uma taxa de 21%. Apesar desta desaceleração, fundamentada principalmente pela quebra dos níveis de produção do petróleo por imposição de quotas pela OPEP e ainda pela baixa muito acentuada do preço do barril quando comparado com os valores de há um ano, sente-se que a economia angolana está a ganhar maturidade e estabilidade, com a consolidação de um sector não petrolífero cada vez com mais peso.

O GRUPO MOTA-ENGIL está presente em Angola desde a sua constituição, e assume este como um dos seus naturais mercados de actuação. É certo que a evolução económica do país traz consigo alterações de mercado e novos concorrentes, mas o GRUPO, beneficiando da sua posição histórica e dotado de excelentes recursos, tem-se mostrado capaz de, não só se adaptar a essas evoluções, como sobretudo de retirar delas vantagens. A sucursal angolana da MOTA-ENGIL ENGENHARIA está equipada com meios técnicos modernos e com meios humanos reconhecidamente competentes e vê na estabilidade das instituições públicas e na modernização do aparelho de Estado angolano oportunidades para continuar a desenvolver a sua actividade de forma profissional e eficiente. Deve-se destacar as boas relações que o GRUPO mantém e promove com o sector público angolano, quer como adjudicatário, quer como parceiro em associadas locais.

A actividade em Angola registou em 2008 um ano excelente, com um crescimento de 117% face ao ano transacto para os 301 milhões de euros. Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2008 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 15%.

Apesar da crise mundial, o arranque do ano de 2009 no mercado angolano é encarado com algum optimismo e a expectativa do GRUPO é a de conseguir ainda um maior crescimento, sustentado numa carteira de encomendas robusta e em consolidação. Por outro lado, a MOTA-ENGIL pretende diversificar os negócios em Angola e, para isso, está a analisar projectos na área da energia, ambiente e logística.

Nos outros mercados de África onde o GRUPO MOTA-ENGIL marca presença, o ano de 2008 foi também bastante positivo, destacando-se o Malawi, onde o GRUPO reforçou a sua presença, nomeadamente na área de construção e manutenção de estradas, tendo anunciado adjudicações de mais de 100 milhões de euros. Também em 2008, o GRUPO assinou um memorando de entendimento com o Governo do Malawi para diversos projectos, com destaque para a reabilitação do porto de Nsanje e desenvolvimento de duas centrais hidroeléctricas. Este feito apenas foi possível devido ao reconhecido prestígio que foi construindo por via do seu posicionamento no mercado, pautado pela correcção e competência na execução.

Em Moçambique continua a merecer destaque a realização da ponte sobre o rio Zambêze, a obra pública de maior dimensão desde a independência deste país. A obra, adjudicada em 2006 ao consórcio liderado pela MOTA-ENGIL, foi orçada em 80 milhões de euros e estima-se que fique concluída durante o ano de 2009. Ainda em Moçambique, a MOTA-ENGIL ganhou a obra de recuperação de um troço de uma estrada em Massinga, no sul do país, com cerca de 50 km, com um valor orçado de 26 milhões de euros, e encontra-se pré-qualificada, num conjunto de cinco concursos, para a reconstrução de diversas infra-estruturas, que somam 280 milhões de euros.

A MOTA-ENGIL encontra-se pré-qualificada no concurso para a concepção e concessão da empreitada da ponte entre Maputo e Catembe, na margem sul da cidade, uma obra avaliada em 200 milhões de euros.

A actividade em S.Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, embora limitada pela dimensão dos respectivos mercados, demonstra a capacidade do GRUPO para aproveitar as oportunidades surgidas nos países de língua oficial portuguesa.

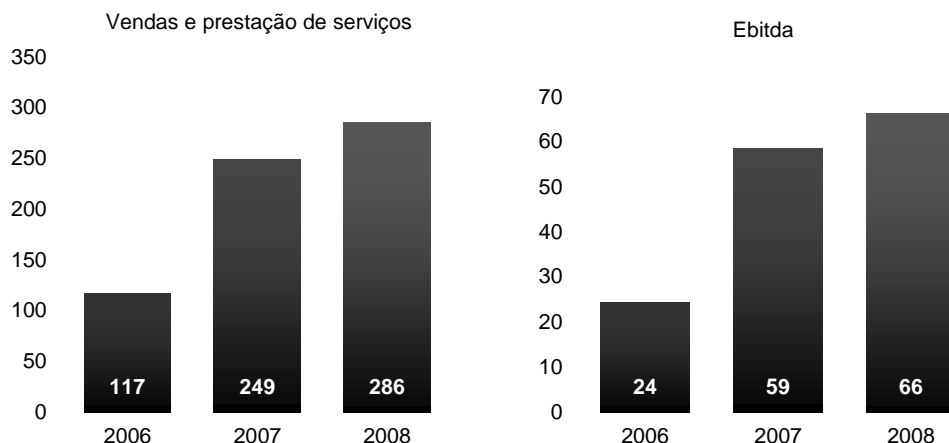
No Peru, continuamos a marcar presença sobretudo na actividade de movimentação de terras. O ano de 2008 foi mais um bom ano para a actividade neste país, sendo que a estabilidade do mercado permitiu continuar a desenvolver a estratégia de crescimento e valorização da nossa associada local. É neste sentido que continuamos a dar passos para a diversificação da actividade, com a entrada no mercado da promoção imobiliária.

Nos EUA a associada MK CONTRACTORS, que se dedica à construção de empreendimentos imobiliários residenciais, foi inevitavelmente afectada pela crise do mercado habitacional norte-americano, à semelhança do ano de 2007. A actividade desta associada limitou-se assim a assegurar a continuidade, a um ritmo reduzido, dos projectos que já haviam sido iniciados em anos anteriores.

O ano de 2008 registou ainda o início da actividade desta área de negócio no México e na Venezuela. No México, foi iniciada a construção da auto-estrada "Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa", representando um investimento na área da construção de cerca de 179 milhões de euros. Na Venezuela, devemos destacar que o GRUPO integra, com uma participação de 26%, um consórcio de empresas portuguesas para a realização de uma empreitada no porto de La Guaira, na Venezuela. A fase já contratualizada, referente à elaboração do projecto, está orçada em 9 milhões de dólares americanos de um total de 658 milhões estimado para a totalidade da empreitada (57 meses). A remodelação do porto de La Guaira será uma obra de grande impacto, pois trata-se do principal porto da Venezuela, servindo a cidade de Caracas. A empreitada permitirá modernizar o porto, através da execução de novas estruturas de cais acostáveis, elementos de protecção marítima, novas plataformas de movimentação de cargas e contentores e instalação dos respectivos equipamentos portuários de elevação e movimentação de carga.

O segmento de negócio África & América registou em 2008 um crescimento do volume de negócios de 55% para os 430 milhões de euros (2007: 278 milhões de euros). Ao nível da rentabilidade operacional o desempenho foi também positivo, com o EBITDA a situar-se nos 61 milhões de euros, que comparam com os 44 milhões de euros obtidos em 2007.

Ambiente & Serviços



A actividade da área de Ambiente & Serviços registou uma excelente performance em 2008, com consolidação da sua liderança em vários segmentos. O seu volume de negócios atingiu os 285,8 milhões de euros, face aos 248,9 milhões de euros de 2007, representando um crescimento de 15%. Também ao nível da rentabilidade operacional, o desempenho desta área de negócio foi positivo. O EBITDA foi de 66,4 milhões de euros (2007: 58,7 milhões de euros) representando uma margem EBITDA de 23%, um pouco abaixo da verificada em 2007.

Resíduos

O segmento de negócio dos Resíduos inclui as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, concentradas na SUMA, e de óleos usados. Em 2008, a actividade de resíduos atingiu um crescimento de 18%, tendo o seu volume de negócios passado a crescer de 85,8 milhões de euros em 2007 para os 101,4 milhões de euros.

A integração do GRUPO NOVALEX, ocorrida já em 2007, permitiu reforçar a posição de liderança nacional do GRUPO SUMA. Por outro lado, após a aquisição da TRIU, o GRUPO alargou a sua presença no mercado do tratamento de resíduos industriais. Desta forma, a SUMA, com uma quota de 54% do mercado privatizado, serve 46 concelhos e uma população superior a 2 milhões de habitantes. No que concerne ao tratamento de resíduos, está presente em 28 concelhos, servindo uma população de 815 mil habitantes. Dada a quota de mercado alcançada, estamos conscientes que só conseguiremos continuar a crescer a este ritmo se neste mercado, maioritariamente operado por entidades públicas, o ritmo de privatização se acelerar.

Assim, a opção de crescimento passa pela internacionalização do negócio, tendo o GRUPO definido como mercados estratégicos Angola e Europa Central, nos quais se encontra presente através da estrutura da actividade de Construção. De referir, que em Angola foram já adjudicados alguns contratos e as perspectivas são animadoras. A operação já existente na Polónia continua sem ter o desenvolvimento que se desejava, o GRUPO mantém-se atento a oportunidades de crescimento por aquisição.

Apesar da conjuntura actual, é nossa convicção que o ano 2009 permitirá manter o crescimento do segmento, embora com menor ritmo e forte pressão nas margens operacionais.

Água

O segmento de negócio da Água inclui as concessões de abastecimento de água e saneamento dos Concelhos de Fafe, Santo Tirso, Trofa, Santa Maria da Feira, Matosinhos e Vila do Conde, controladas pelas participadas do grupo INDAQUA. Em 2008, este segmento atingiu um crescimento de 85%, com um volume de negócios de 13,9 milhões de euros, face aos 7,5 milhões de euros em 2007. O contributo para o resultado do GRUPO é ainda residual, em resultado da contabilização pelo método da consolidação proporcional, no entanto, esta área tem assistido a crescimentos significativos, fruto das acções de sensibilização junto das populações para aderirem à rede pública e do início da exploração das concessões de Matosinhos e Vila do Conde.

Durante o ano de 2008, o GRUPO MOTA-ENGIL anunciou o reforço da sua participação no GRUPO INDAQUA em 7,2%, o que permitiu ao GRUPO MOTA-ENGIL, já em 2009 após o anúncio de não oposição da AdC, obter o controlo do GRUPO INDAQUA, com 50,06% do seu capital social.

Também durante o ano de 2008, em resultado de um concurso público lançado pelo Município de São João da Madeira, o GRUPO MOTA-ENGIL anunciou a aquisição de 49% do capital social da empresa Águas de São João EM SA, por cerca de 4 milhões de euros. Esta operação enquadra-se numa Parceria Público Privada com aquele município e consiste na gestão e exploração de água e saneamento de São João da Madeira, Concelho com uma população de cerca de 22.000 habitantes. O processo de aquisição ficou concluído no início de 2009, encontrando-se a concessão já em operação.

Os investimentos previstos para 2009 nas concessões de Matosinhos, Vila do Conde e Feira ascendem a cerca de 47 milhões de euros, o que, conjugado com a alteração do método de consolidação do GRUPO INDAQUA, permitirá dar uma maior expressão ao segmento em 2009.

Logística

O segmento da Logística continuou a representar a maior fatia da actividade da área de negócio. Com um crescimento de 9% face a 2007, o segmento foi responsável por 143,0 milhões de euros de volume de negócios. A entrada neste segmento de negócio tem-se mostrado francamente bem sucedida, abrindo excelentes perspectivas para o reforço da aposta do GRUPO MOTA-ENGIL nos vários negócios ligados à cadeia de valor da logística.

Após a aquisição do GRUPO TERTIR em 2007 e apesar do longo caminho percorrido em 2008, ainda não se encontram concluídas as tarefas programadas em termos de reestruturação deste segmento, quer ao nível operacional quer ao nível societário.

Em 2008 a LISCONT, empresa do GRUPO TERTIR, assinou um contrato com a APL – Administração do Porto de Lisboa que permitiu estender a concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de contentores de Alcântara até 2042. Esta prorrogação exigirá um investimento de cerca de 226 milhões de euros e permitirá que a actual capacidade do terminal, de 340.000 TEUS (medida-padrão de contabilização de contentores), passe para um milhão de TEUS, significando quase a triplicação da capacidade do terminal.

A actividade portuária manteve em 2008 um forte crescimento, renovando recordes de movimentação em quase todos os terminais, no entanto, espera-se que em 2009 a actividade desacelere e eventualmente decresça, devido ao contexto de crise em que actualmente nos encontramos, que provocará uma contracção do comércio internacional e redução do consumo de pessoas e empresas.

A entrada em operação da nova concessão da Sograin (terminal de granéis alimentares em Aveiro), um dos mais modernos da Europa, e que nos primeiros meses de actividade tem registado movimentações animadoras, mesmo no actual contexto de mercado, acima do previsto no respectivo *business plan*.

Devemos destacar ainda que, para além da pré-qualificação no porto de Ennore na Índia, a TERTIR foi já pré-qualificada para os portos de Guaymas, no México, e de La Paíta, no Peru. Relativamente ao porto de Guaymas, trata-se de um concurso lançado em regime de BOT ("*build, operate and transfer*"), sendo que o investimento inicial ronda os 500 milhões de pesos (cerca de 26 milhões de euros), com o estudo de mercado encomendado pela autoridade portuária local a prever um volume mínimo de movimentação da ordem dos 100 mil contentores.

No que respeita ao transporte ferroviário, a TAKARGO RAIL, após ter-lhe sido atribuída em 2006 a licença de operador de transporte de mercadorias em caminho-de-ferro, continuou em 2008 o programa de formação de maquinistas e de certificação dos meios da empresa, para ver concretizado já em 2009 o arranque em força da sua actividade principal. No âmbito do contrato de aquisição de locomotivas e vagões celebrado em 2007, prevê-se um investimento de 22 milhões de euros para 2009. No âmbito da parceria com a Comsa, esta nossa participada foi, já em 2009, responsável pelo acontecimento sem precedentes de ter promovido o primeiro comboio de mercadorias ibérico inter-operável, entre Saragoza e Lisboa, e estar neste momento já a operar comboios regulares entre Lisboa e Madrid.

Em 2008, foi constituída a LOGZ – ATLÂNTICO HUB, S.A., sociedade promotora do *Hub* Logístico do Poceirão. Detida pela Tertir em 35% e integrada no programa Portugal Logístico, esta sociedade tem por missão tornar-se numa porta de excelência para o tráfego de mercadorias dos continentes americano e africano e criar ainda uma nova alternativa de entrada na península para o *Short Sea Shipping* europeu. O seu plano de negócios inicial previa uma implantação até 400 ha, tendo sido reformulado considerando a possível expansão até aos 600 ha. No entanto, a curto prazo, apenas está previsto o investimento na primeira parcela de terreno, a que se seguirá a infra-estruturação e a criação de condições para iniciar a operação em 2010. Para que tal seja possível, o investimento em 2009 totalizará cerca de 20 milhões de euros. A evolução deste *Hub* logístico dependerá de um conjunto vasto de factores exógenos, enquadrados pelos projectos do Novo Aeroporto de Lisboa, da Alta Velocidade e das Travessias do Tejo, para além, naturalmente, da resposta da economia e do sector logístico à oferta potencial desta nova infra-estrutura.

Multi-Serviços

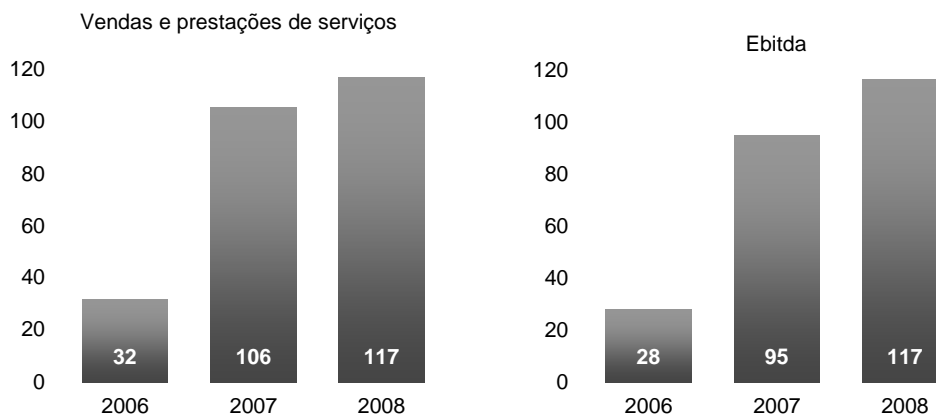
No ramo dos espaços verdes, assistiu-se a uma boa performance da actividade, com esta a apresentar um crescimento de 27%, em consonância com o que aconteceu em 2007. A VIBEIRAS, empresa do GRUPO que opera este mercado, tem desenvolvido uma estratégia de aproveitar as oportunidades de nichos de mercado, como o comprova a constituição em 2007 de uma sociedade (AREAGOLFE) especializada na construção e manutenção de campos de golfe. A empresa, acreditando também no desenvolvimento do mercado Angolano, constituiu uma estrutura permanente local, com o objectivo obter a liderança do mercado, crescendo à medida que este se for desenvolvendo. Aliás, esta empresa tem sido um sucesso desde a sua criação para um nicho de mercado extremamente especializado, e tem vindo a ganhar todos os concursos a que tem concorrido para a concepção e construção de campos de golfe, tendo em carteira já cinco destes projectos.

O segmento de mercado de *facilities management* e *outsourcing* de manutenção integrada teve um excelente desempenho em 2008, evidenciando a MANVIA um crescimento de cerca de 46% neste ano. Tendo em vista o objectivo de se posicionar como um dos principais *players*

nacionais do mercado, a MANVIA adquiriu toda a estrutura de manutenção das empresas associadas a operadoras portuárias, permitindo-lhe, assim, aumentar as suas valências na oferta de serviços, assim como otimizar as diversas estruturas existentes naquelas associadas.

Devemos também destacar o facto da nossa participada VISTA MULTISERVICES ter assinado já em 2009 o primeiro contrato de facility services em Angola.

Concessões de transportes



O volume de negócios da área de Concessões de transportes ascendeu a 117 milhões de euros (2007: 105,6 milhões de euros) e o EBITDA atingiu cerca de 116,7 milhões de euros (2007: 95,0 milhões de euros) .

Concessões Rodoviárias

Em termos de tráfegos destacam-se as evoluções positivas verificadas na Concessão Grande Porto, com um crescimento de 9,1% face a 2007, e na Concessão da Costa de Prata, com um crescimento de 2,1% face ao ano anterior. No entanto, quando comparados com os tráfegos orçados, a evolução em termos genéricos é negativa. Esta performance explica-se pela alta dos preços do petróleo em grande parte do ano e pela forte crise que entretanto se instalou, com a consequente quebra generalizada na circulação rodoviária. A localização da maioria das concessões do GRUPO, a norte do país onde se verificaram mais cedo os efeitos da crise, potenciou igualmente a redução dos níveis de tráfego. Por fim, a forte quebra das exportações explica igualmente o volume de tráfego na concessão das Beiras Litoral e Alta.

Em termos de rentabilidade, as margens EBITDA consolidadas apresentam níveis bastante elevados, quando comparadas com os Grupos concorrentes nacionais e internacionais. A margem EBITDA situou-se em 2008 em 100%, comparando com os 90% em 2007, embora inclua em 2008 montantes de proveitos não recorrentes. A margem de EBITDA ajustada desse efeito seria de 86%.

O valor total dos activos geridos pela MOTA-ENGIL CONCESSÕES DE TRANSPORTES ascende a cerca de 3,9 mil milhões de euros, muito embora se reflectam no balanço consolidado da MOTA-ENGIL apenas 1,5 mil milhões em resultado da utilização do método de consolidação proporcional. A contribuição para o resultado do GRUPO da área de concessões de transportes foi de 1,6 milhões de euros positivos em 2008, contrastando com um resultado negativo em 2007 de 2,4 milhões de euros.

O portfolio actual da MOTA-ENGIL CONCESSÕES DE TRANSPORTES é o seguinte:

Projecto	Tipo	Part.	Km	Ano Reversão	Estado
<i>Em Portugal</i>					
Concessão Norte	Portagem	35,11%	170,0	2029	Exploração
Costa Prata	Scut	36,09%	104,8	2030	Exploração
IP5	Scut	36,09%	172,5	2031	Exploração
Grande Porto	Scut	36,09%	72,3	2032	Exploração
Grande Lisboa	Portagem	36,09%	24,6	2036	Construção até 2010
Douro Interior	Scut	45,93%	261,0	2039	Construção
Lusoponte	Portagem	38,02%	24,0	2030	Exploração
Metro Sul do Tejo	n.a	18,09%	20,0	2032	Construção
<i>No México</i>					
AE Perote-Banderilla	Portagem	30,00%	59,0	2038	Construção

Na sequência do entendimento estratégico entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Banco Espírito Santo, formalizado em 2006 no Acordo de Cooperação Empresarial, com o objectivo de desenvolverem em conjunto as suas actividades na área das concessões de infra-estruturas de transportes, foi constituído no final de 2007 um veículo societário com o objectivo de agregar todas as participações sociais em sociedades concessionárias de infra-estruturas de transportes de ambos os Grupos. Já foram obtidas todas as autorizações necessárias, incluindo a da Autoridade da Concorrência, obtida durante o ano de 2008, encontrando-se actualmente em curso o processo de transferência do portfolio de concessões para a ASCENDI.

Durante o ano de 2008 foi anunciada a adjudicação da concessão Marechal Rondon Leste, Auto-Estrada SP300 no Estado de São Paulo. A ASCENDI concorreu através da OPWAY, em agrupamento com o Grupo CIBE, empresa de investimento do Grupo Bertin e Grupo Equipave, que gere 1.700 Km de Auto-Estrada no Brasil. O consórcio é detido a 40% pela ASCENDI.

No início de 2009 ficou concluído o processo de aquisição de 24,19% do capital da LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO, SA. Com esta aquisição, a MOTA-ENGIL ascendeu à condição de maior accionista da concessionária, com uma percentagem de 38,02%. A LUSOPONTE detém a concessão das duas travessias rodoviárias sobre o rio Tejo até 31 de Março de 2030.

A dimensão e o valor mercado dos activos do portfolio a transferir para a ASCENDI, assim como a concentração dos meios técnicos e humanos existentes nos dois Grupos potenciarão o desenvolvimento e financiamento de novas concessões à escala global.

No que se refere às expectativas para o ano de 2009, do pacote de empreendimentos rodoviários prioritários anunciados pelo Governo em 2007, devemos destacar o seguinte:

- O concurso relativo à Subconcessão Auto-Entrada Douro Interior foi ganho em 2008 pelo consórcio liderado pela MOTA-ENGIL. A subconcessão tem um prazo de 30 anos e representa um investimento em construção de cerca de 620 milhões de euros.

- O concurso relativo à Subconcessão Auto-Estradas do Centro encontra-se a aguardar o resultado da fase de negociações (“Best and Final Offer”) com a MOTA-ENGIL presente.

Adicionalmente, durante o ano de 2008 foi lançado a concurso a Concessão Pinhal Interior, representando um investimento de 772 milhões de euros, para o qual a MOTA-ENGIL se encontra a trabalhar no sentido de apresentar a melhor proposta.

Alta Velocidade

Durante o ano de 2008, o consórcio liderado pela MOTA-ENGIL, a Altavia Alentejo, apresentou proposta ao concurso para a concessão relativa às infra-estruturas ferroviárias de alta velocidade do troço Poceirão-Caia, da ligação Lisboa-Madrid. A Parceria Público-Privada (PPP) do Troço Poceirão-Caia é a primeira, de cinco, do projecto de Alta Velocidade ferroviária em Portugal. O investimento neste troço insere-se em dois Projectos Prioritários da Rede Transeuropeia de Transportes, de um total de trinta definidos pela Comissão Europeia em 2004, e está avaliado em cerca de 1.450 milhões de euros. A concessão é feita por um período de 40 anos e inclui no seu objecto o projecto, a construção, o financiamento, a manutenção e a disponibilização do conjunto das infra-estruturas ferroviárias do troço Poceirão/Caia, em que também se integra o troço Évora-Caia da linha convencional de mercadorias Sines-Évora-Elvas-Caia e a Nova Estação de Évora. O modelo de negócio aprovado pelo Estado Português prevê ainda o lançamento das seguintes PPP, uma para cada troço que compõe a infra-estrutura de alta velocidade: (i) Lisboa – Poceirão, (ii) Lisboa – Pombal, (iii) Pombal – Porto, e (iv) Braga – Valença. Segundo o calendário do Governo, os concursos para os troços que faltam serão lançados durante o ano de 2009.

Novo Aeroporto de Lisboa e Privatização da ANA

Em 2008, o Governo confirmou a decisão de localizar o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) na zona do Campo de Tiro de Alcochete. Estima-se que a construção desta infra-estrutura arranque em 2011, sendo que a data limite para a entrada em funcionamento desta nova infra-estrutura aeroportuária que servirá a Capital seja 2017. A construção e exploração do Novo Aeroporto de Lisboa está intimamente ligada com a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, nomeadamente porque o consórcio que vencer a construção e exploração do NAL vai também entrar no capital da gestora aeroportuária. Ainda não existem prazos nem termos definidos para os concursos a lançar no âmbito destes dois projectos, mas estima-se que no início do ano de 2009 sejam anunciadas novidades, com possibilidade de ser lançada a concurso a construção e exploração do Novo Aeroporto de Lisboa ainda durante o ano de 2009, o qual está avaliado em cerca de 3.300 milhões de euros. Estes projectos são considerados estratégicos pela MOTA-ENGIL, tendo sido criados grupos de trabalho específicos para cada projecto, de forma a preparar o GRUPO e os consórcios que este integra.

2. MOTA-ENGIL na bolsa

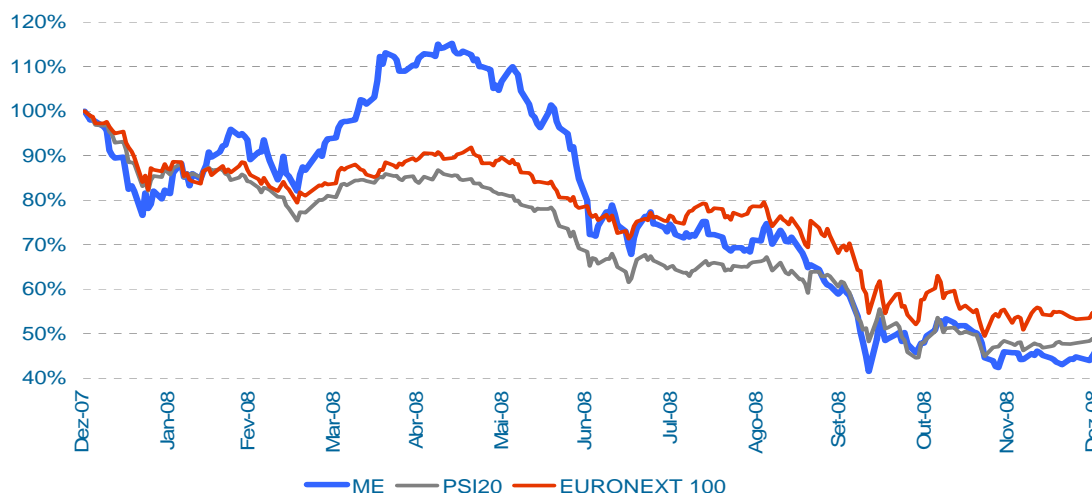
No contexto extremamente negativo e volátil que caracterizou os mercados de capitais em 2008, as principais bolsas europeias tiveram desempenhos francamente negativos, acumulando perdas médias de 40%. O índice PSI20 registou uma perda ainda mais expressiva, de cerca de 51%.

Este enquadramento teve um reflexo inevitável no desempenho das ações da MOTA-ENGIL, que terminaram o ano de 2008 com uma forte desvalorização. No entanto, apresentaram nos dois semestres do ano um comportamento antagónico, sucedendo a uma forte valorização ocorrida em grande parte do primeiro semestre, uma desvalorização acentuada no segundo semestre. De facto, em 2008, depois ter sido atingido, em Maio, o máximo de capitalização bolsista do ano, 1.047 milhões de euros, assistiu-se a uma queda acentuada no final do primeiro semestre, tendo a capitalização bolsista da empresa atingido o seu mínimo de 435 milhões de euros, em Outubro, em pleno auge da crise nos mercados financeiros.

O comportamento anual do título pode ser analisado como segue:

	1º semestre 2008	2º semestre 2008	Performance total 2008	1º semestre 2007	2º semestre 2007	Performance total 2007
Acção Mota-Engil	-28%	-26%	-54%	38%	-39%	-1%
PSI-20	-35%	-16%	-51%	20%	-3%	17%
EURONEXT 100	-23%	-22%	-45%	9%	-7%	2%

A evolução da cotação pode ser analisada no gráfico seguinte:



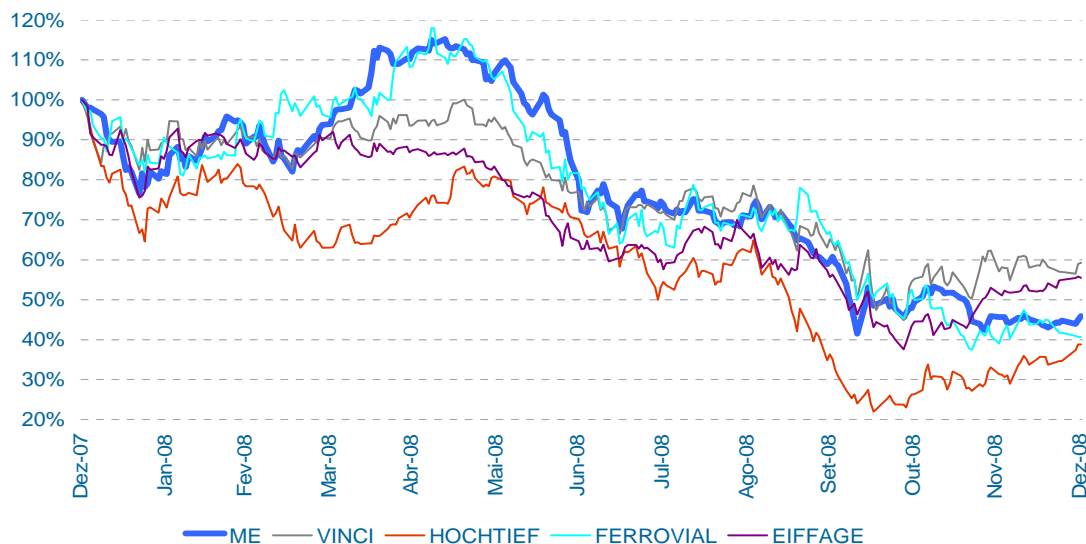
A desvalorização do título não se relaciona com o valor intrínseco do título, uma vez que de acordo com a avaliação dos analistas financeiros, este mantém uma margem apreciável para se valorizar, sendo que os *price targets* para a MOTA-ENGIL se situam entre 2,70€ e 6,80 €.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

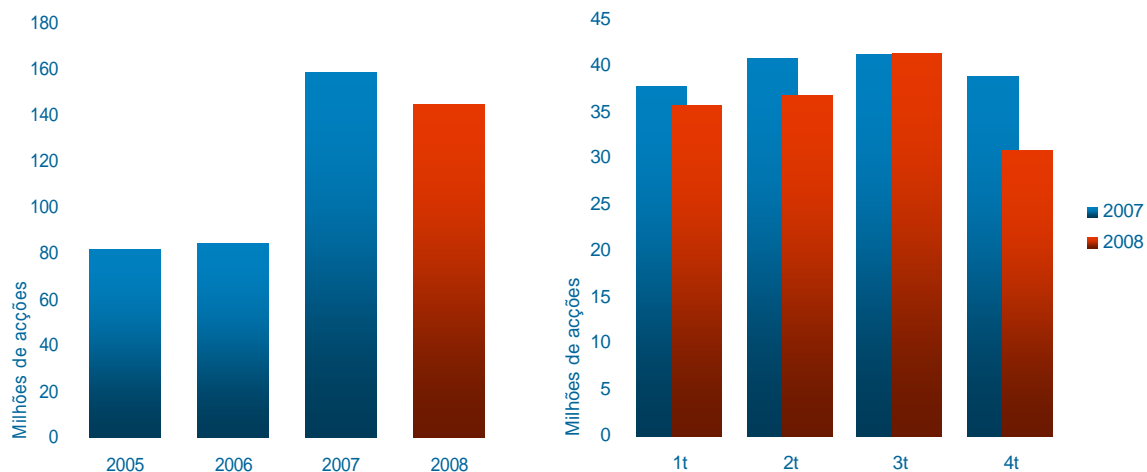
22

A variação da cotação acompanhou a evolução das empresas europeias do sector como pode ser verificado no gráfico seguinte:



A liquidez do título decresceu 9% face a 2007, tendo sido movimentadas cerca de 145 milhões de acções. Esta decréscimo sentiu-se principalmente no último trimestre do ano, em consequência da falta de confiança geral dos investidores gerada pela crise nos mercados financeiros.

A evolução da liquidez pode ser analisada nos gráficos seguintes:



Os principais eventos de 2008 com impacto na cotação do título foram:

Evento	Data
Anúncio do 1º lugar alcançado no concurso para a Construção de um Cais no Porto de Cabinda em Angola	13 de Fev
Anúncio da assinatura do contrato de concessão da auto-estrada "Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa" no México	18 de Fev
Anúncio da pré-qualificação do consórcio da MOTA-ENGIL no concurso para a Construção e Concessão de auto-estrada M6-III fase, na Hungria	20 de Fev
Apresentação de resultados de 2007	12 de Mar
Anúncio das perspectivas para 2008	
Anúncio do início da construção do empreendimento imobiliário Salinas Village em Angola (Benguela)	9 de Abril
Anúncio do convite formal endereçado ao Dr. Jorge Coelho para integrar o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL	11 de Abr
Pagamento de dividendo	
Anúncio da assinatura de Memorando de Entendimento para ampliação do Terminal de Contentores de Alcântara	28 de Abr
Anúncio apresentação da ASCENDI - parceria da MOTA-ENGIL Concessões com a ES Concessões	29 de Abr
Apresentação de resultados do 1T	21 de Mai
Anúncio de memorando de Entendimento com o Governo da República do Malawi	23 de Mai
Apresentação das orientações estratégicas 2009-2013: AMBIÇÃO 2013	30 de Mai
Anúncio do lançamento de Projecto Imobiliário de requalificação da Zona Oriental do Porto	16 de Jun
Anúncio do reforço de actividade no Malawi	7 de Jul
Anúncio pré-qualificação em concurso para concessão de porto de Ennore na Índia	9 de Jul
Apresentação de resultados do 1S	29 de Ago
Anúncio da compra de posição accionista na Lusoponte	29 de Set
Anúncio do consórcio para a Alta Velocidade	
Anúncio do primeiro lugar alcançado no concurso para a concessão Marechal Rondon Leste no Estado de São Paulo	30 de Out
Apresentação de resultados do 3T	12 de Nov
Anúncio da detecção de irregularidades na MOTA-ENGIL MAGYARORSZAG e sobre a destituição da respectiva administração	3 de Dez
Anúncio do reforço na posição accionista da INDAQUA	12 de Dez
Anúncio do novo Modelo Organizacional de Internacionalização e alteração na Comissão Executiva	19 de Dez

A empresa distribuiu um dividendo de 11 cêntimos por acção que foi pago no primeiro semestre do ano, o qual corresponde a um *dividend yield* de 2,8% para a cotação média do título durante o ano.

O Conselho de Administração apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta o pagamento de um dividendo de 11 cêntimos por acção.

3. Enquadramento macro-económico

Situação económica internacional

Em consequência da interacção de uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais, com um forte abrandamento da actividade económica à escala global, o ano de 2008 ficou marcado por uma inversão na tendência de crescimento económico global que vinha a ser registado até meados do ano de 2007.

As principais economias desenvolvidas entraram em recessão durante o ano de 2008, com especial destaque para os EUA e Europa, sendo que a actividade económica nestas regiões vinha já a evidenciar uma tendência de desaceleração desde o final de 2006, em grande parte devido ao forte aumento do preço das matérias-primas nos mercados internacionais e ao ajustamento em baixa em vários mercados de habitação. No início de 2007 já haviam surgido os primeiros sinais de uma aguda crise financeira nos EUA, que teve a sua origem no mercado imobiliário - a denominada “crise do *subprime*”. O ano de 2008 ficou marcado pela extensão da crise do *subprime* nos Estados Unidos, afectando o sistema financeiro e a actividade económica a nível global e provocando uma crise de confiança generalizada. A incerteza quanto à dimensão e exposição das instituições financeiras ao *subprime* reflectiu-se numa crise de liquidez, provocando um aumento expressivo dos prémios de risco no financiamento e uma conturbação no próprio funcionamento dos mercados de financiamento interbancário. O agravamento da crise de liquidez e de crédito reflectiram-se nas cotações bolsistas, com os principais índices bolsistas a apresentarem fortes quedas. A exposição ao *subprime* e o agudizar da crise de liquidez e de crédito reflectiu-se de forma extrema entre o final do terceiro trimestre e final do quarto trimestre de 2008 em muitas instituições financeiras dos EUA e da Europa que, ou foram nacionalizadas, ou faliram (como foi o caso da Lehman Brothers), ou objecto de injeções de capital público e parcialmente privatizadas. Apesar do esforço conjunto nas intervenções agressivas das autoridades a nível mundial, com o objectivo de assegurar o funcionamento normal dos mercados, a escassez de liquidez continuou durante este período.

O dinamismo que estava a ser fornecido à economia mundial nos últimos anos por alguns países emergentes asiáticos e africanos, como foram os casos da China e de Angola, abrandou durante o ano de 2008. Porém, no caso de Angola, o principal mercado externo de intervenção directa do GRUPO MOTA-ENGIL, continuou a revelar um grande dinamismo da actividade económica, com taxas de crescimento (estimadas) do PIB de 16% em 2008 e de 13% para 2009 (contra 21% em 2007). A desaceleração do crescimento em Angola são fundamentados principalmente pela quebra dos níveis de produção do petróleo por imposição de quotas pela OPEP e ainda pela baixa muito acentuada do preço do barril quando comparado com os valores de há um ano.

O Brasil, outra das economias consideradas emergentes, apresentava, no final de 2007, taxas de crescimento elevadas, tendo acelerado ao longo dos primeiros nove meses de 2008, impulsionada pela procura interna, pelo aumento do rendimento e pela expansão do crédito. No entanto, a partir de Outubro, a falta de previsibilidade e de confiança levaram os empresários e consumidores a reverem rapidamente as suas decisões de investimento e consumo, o que resultou numa perda de dinamismo da actividade económica.

Os países da Europa Central e de Leste, ainda que mantendo algum dinamismo nas suas taxas de crescimento do PIB em 2008 (4,5%), também foram afectados pela crise económica mundial. Esta situação foi ainda mais agravada, sobretudo no final do ano de 2008, com o aparecimento de uma verdadeira crise cambial nesta região, provocada, essencialmente, por insustentáveis défices das contas correntes e por moedas sobreavaliadas. Tal crise implicou já em 2008, e continuará implicar em 2009, problemas acrescidos para os já debilitados mercados bancários e de habitação.

No âmbito desta crise económica e financeira mundial, a União Europeia e os seus parceiros internacionais definiram no final de 2008 um programa de relançamento concertado da economia mundial. Na sequência do referido programa, estabeleceram-se, de forma coordenada no quadro europeu, medidas de urgência necessárias para restabelecer o bom funcionamento do sistema financeiro e a confiança dos agentes económicos, tendo sido aprovado pelo Conselho Europeu um plano de relançamento da economia europeia assente em investimento público, orçado em cerca de 200 mil milhões de euros.

A economia portuguesa

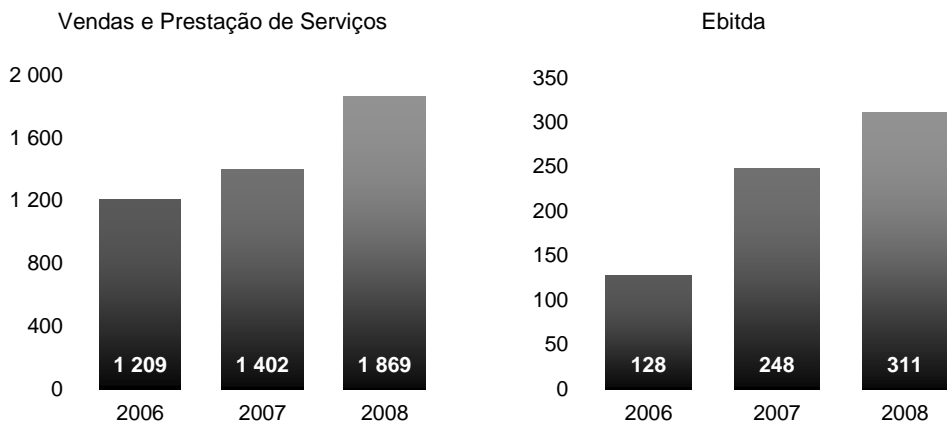
Ainda que sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas no primeiro semestre do ano, e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 2,0% em 2007 para 0,5% em 2008, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano. De facto, a economia portuguesa, face às suas debilidades estruturais e persistência de fragilidades que condicionam a produtividade dos factores, ao que se associa a sua forte integração económica e financeira, terá voltado a registar em 2008 um dos crescimentos mais baixos entre os países da zona Euro e da União Europeia.

O investimento registou uma contracção de 0,8%, invertendo a evolução favorável observada em 2007 (+3,1%). Este perfil de evolução traduz o abrandamento generalizado das suas componentes, com a diminuição do investimento em construção e forte desaceleração do investimento em equipamento, em consonância com a deterioração do clima de confiança das empresas e condições de financiamento mais restritivas.

Em 2008, a taxa de inflação média anual cifrou-se em 2,6%, contra 2,4% registada em 2007. A taxa média anual de desemprego desceu de 8% em 2007 para 7,6% em 2008 da população activa, no entanto, é de salientar que o desemprego já registou uma subida no último trimestre de 2008, em linha com a estagnação da actividade registada no segundo semestre do ano.

No contexto das medidas concertadas definidas pelo Conselho Europeu para combate à crise, Portugal anunciou o reforço do investimento público como medida para relançamento da economia, representando um estímulo para a economia portuguesa com impacto em 2009 de cerca de 2.180 milhões de euros. Entre elas, e com impacto directo para a actividade do GRUPO MOTA-ENGIL, temos o caso do Programa de Modernização do Parque Escolar - Ensino Secundário. Este programa foi acelerado e alargado em relação ao inicialmente previsto. Lançado em 2007 e com 30 escolas no programa em 2008, vai ter, em 2009, 75 escolas, representando este acréscimo um investimento de cerca 900 milhões de euros e cerca de 200 postos de trabalho em cada uma das obras. Outra das medidas excepcionais tomadas foi a de tornar mais ágeis e céleres os procedimentos de contratação pública, designadamente de empreitadas e de concessão de obras públicas, nos domínios da modernização do parque escolar, da promoção das energias renováveis, eficiência energética e redes de transporte de energia, da modernização da infra-estrutura tecnológica e da reabilitação urbana.

4. Análise económico-financeira



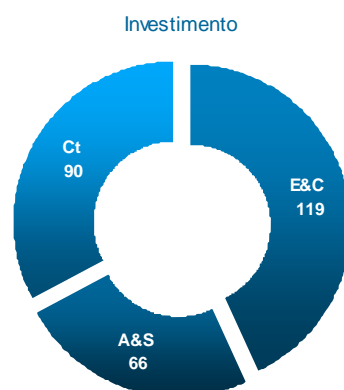
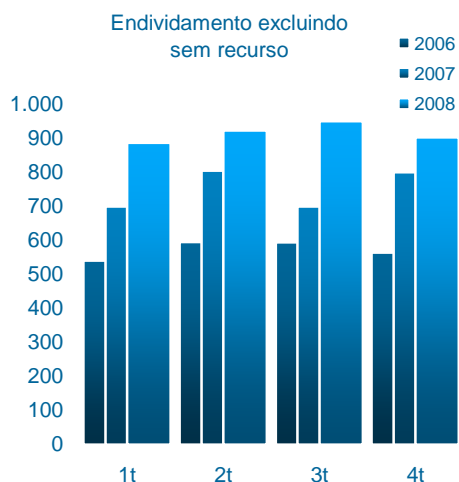
Em linha com os anos anteriores, com as nossas expectativas e antecipando mesmo os objectivos traçados na reflexão interna que conduziu ao “AMBIÇÃO 2013”, o volume de negócios do GRUPO MOTA-ENGIL cresceu 33,3% em 2008, ultrapassando os 1,8 mil milhões de euros. Esta performance ocorre num ano de relativa estabilidade do perímetro de consolidação, i.e., corresponde ao crescimento das diversas empresas do GRUPO associadas, com especial destaque para a área de Engenharia & Construção.

Assim, fruto do crescimento de 40% no volume de negócios da área de Engenharia & Construção, 15% na área de Ambiente & Serviços e 11% na área de Concessões de transportes, o mix do volume de negócios voltou a pender para a área de construção que representa agora 78% do agregado das três áreas.

Esta evolução não significa, no entanto, que a estratégia de diversificação operacional do GRUPO tenha perdido importância, mas sim que a capacidade de geração de negócio da área de Engenharia & Construção ultrapassou a das restantes áreas com negócios de ciclos mais longos.

Esta alteração do peso das diversas áreas de negócio explica também a redução da margem EBITDA consolidada, pois, apesar da excelente performance das associadas de Engenharia & Construção, estas alcançam normalmente uma rentabilidade operacional inferior às associadas das áreas de Ambiente & Serviços e de Concessões de Transportes. Adicionalmente, o ciclo negativo que mais uma vez se viveu em Portugal, provocou uma baixa da margem EBITDA da área de Ambiente & Serviços (de 24% para 23%).

Assim, globalmente, o EBITDA ultrapassou os 311 milhões de euros, mas reduziu o seu peso no Volume de Negócios de 17,7% em 2007 para 16,7% em 2008. Por área de negócio, a área de Engenharia & Construção contribuiu com 129,7 milhões de euros (2007: 91,9 milhões de euros), a área de Ambiente & Serviços com 66,4 milhões de euros (2007: 58,7 milhões de euros) e a área de Concessões de transportes com 116,7 milhões de euros (2007: 95,0 milhões de euros).



Os resultados financeiros contribuíram para o resultado líquido do GRUPO no montante negativo de 129,8 milhões de euros (2007: negativo em 107,5 milhões de euros) o que representa um crescimento de 21% face a 2007 que inclui o crescimento de 18% dos encargos com juros líquidos. O crescimento da dívida global e o comportamento errático das principais taxas de referência explica esta evolução da vertente financeira dos resultados consolidados.

O crescimento referido nos parágrafos anteriores resulta obviamente de uma política de investimento orientada para o crescimento sustentável, que mais uma vez teve em conta em 2008 o equilíbrio entre as diversas áreas de negócio. Assim, o investimento de manutenção teve um acréscimo de 4% para 67,6 milhões de euros, e no investimento de expansão verificou-se um crescimento superior a 50%, com as áreas de negócio a contribuírem com os seguintes montantes: Engenharia & Construção com 80 milhões de euros (2007: 82 milhões de euros), a área de Ambiente & Serviços com 54 milhões de euros (2007: 42 milhões de euros) e a área de Concessões de transportes com 74 milhões de euros (2007: 47 milhões de euros).

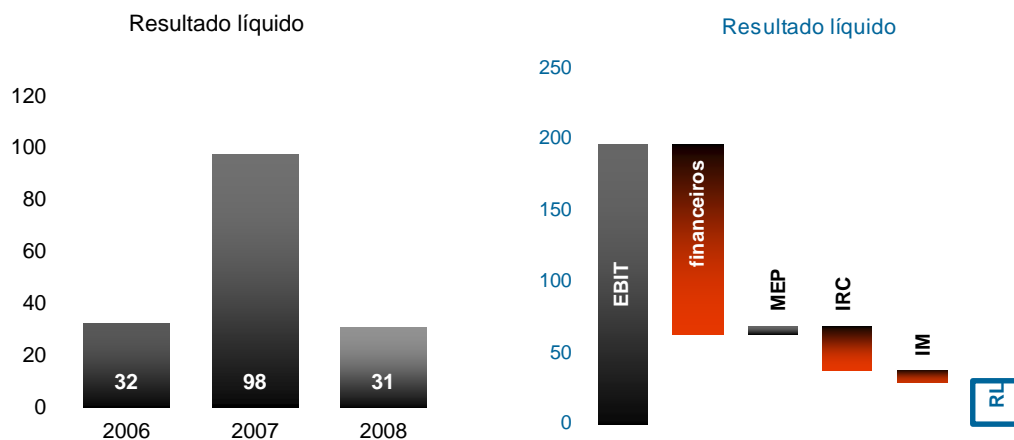
Em valor, o investimento de expansão cresceu aproximadamente 70 milhões de euros, o que representa a principal justificação para o aumento do endividamento corporativo do GRUPO que se situava, no final do ano, nos 903 milhões de euros (2007: 800 milhões de euros). Deste montante, 586 milhões estavam alocados à actividade operacional do GRUPO, correspondendo o restante valor (317 milhões de euros) a investimento em associadas, que não contribuem para o EBITDA, e a activos não estratégicos.

Adicionalmente, o endividamento do GRUPO inclui ainda a dívida sem recurso (contractualizado no âmbito de negócios em *project finance* e, portanto, não exigível ao accionista) com origem na consolidação das empresas concessionárias de auto-estradas, de água e saneamento básico, e portuárias. Em Dezembro de 2008, o montante do endividamento sem recurso era de cerca de 949 milhões de euros, valor similar ao do ano anterior.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

28

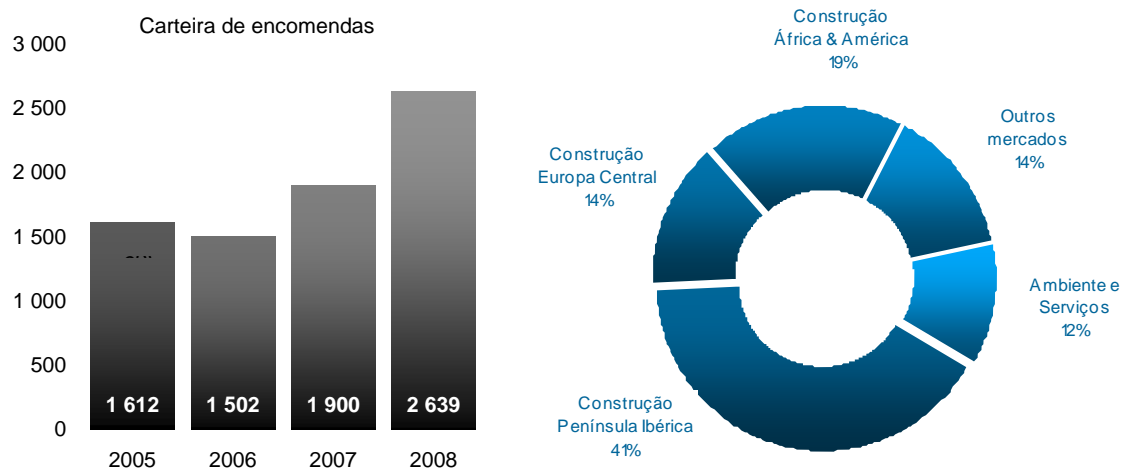


A rubrica de ganhos e perdas em empresas associadas (MEP no gráfico supra) contribui positivamente para o resultado com 5,4 milhões de euros (2007: 15,8 milhões de euros). Este valor é composto essencialmente pela parte do GRUPO nos resultados do GRUPO MARTIFER (2,8 milhões de euros) e pelos ganhos alcançados por algumas participadas a operar em Angola, que mais uma vez registaram resultados bastante positivos (2,6 milhões de euros).

Nota ainda para a taxa efectiva de imposto que denota o impacto dos prejuízos verificados em algumas associadas cuja recuperabilidade, por prudência, não se considerou possível.

Assim, o resultado líquido consolidado de 2008 foi de 39,8 milhões de euros, face a 107,7 milhões de euros em 2007 (valor que incluía o montante de 67,4 milhões de euros correspondentes ao do ganho de capital não recorrente obtido aquando da Operação Pública de Subscrição de acções da MARTIFER SGPS).

Deste montante, a parte atribuível aos accionistas do GRUPO MOTA-ENGIL ascende a 30,6 milhões de euros, sendo que a parte atribuível a interesses minoritários é de 9,2 milhões de euros, menos um milhão de euros do que em 2007. Expurgando os ganhos não recorrentes, que mais uma vez foram registados pela MARTIFER SGPS, o resultado líquido consolidado atribuível a accionistas atingiu em 2008, 29 milhões de euros (2007: 30 milhões de euros).



A sustentabilidade do crescimento verificado em 2008, em linha, como se referiu, com os horizontes estratégicos do GRUPO, está bem patente no forte crescimento da carteira de encomendas. Assim, após a inversão em 2007 da anterior tendência de redução da carteira, verificou-se em 2008 um crescimento significativo nos mercados mais relevantes, Portugal, Angola e Polónia, mas também na área de Ambiente & Serviços.

A carteira de encomendas em Dezembro era de cerca de 2,6 mil milhões de euros, sendo nossa expectativa que durante o ano de 2009 este montante possa continuar a ser reforçado.

Destaque para os contratos ganhos nos mercados internacionais, onde o GRUPO opera, e igualmente para a contribuição dos contratos no âmbito do novo programa de concessões de estradas lançado pelo Governo em 2007.

Como habitualmente, os valores da carteira apresentados não incluem qualquer contributo dos negócios das concessões rodoviárias, das concessões de água e saneamento básico e das concessões para a exploração de terminais portuários. Assim, a carteira da área de Ambiente & Serviços respeita exclusivamente a contratos ganhos nos segmentos de Resíduos e Multiserviços.

5. Gestão de risco

A Gestão de Risco tem como objectivo central, a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir as participadas do GRUPO, estando subjacente, uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo.

A exposição ao risco, por parte de qualquer participada do GRUPO MOTA-ENGIL, deverá estar sempre subordinada à sua estratégia, e ser limitada e acessória à actividade de cada empresa, para que se prossigam e atinjam os objectivos traçados para as diversas áreas de negócio.

A exposição a variáveis de risco, não deverá, portanto, ser um fim em si mesmo, e nunca deverá ter como objectivo a obtenção de ganhos independentes ou especulativos.

O processo de Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do GRUPO, concretizando-se genericamente, num conjunto sequencial de etapas ou fases, que se repetem ciclicamente, e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta, e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco, e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias.

O GRUPO MOTA-ENGIL dispõe de diversas Comissões, que se constituem como órgãos de natureza consultiva, cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, aportando uma visão independente e objectiva que suporte o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

A Comissão de Auditoria e Risco, tem como principal função apreciar políticas de investimento e risco de negócios e projectos do Conselho de Administração do GRUPO, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorar operações financeiras e societárias relevantes.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está sujeito (dos quais se destacam os riscos da envolvente externa - riscos de mercado dos diversos segmentos de actividade, os riscos financeiros - risco de câmbio e risco de taxa de juro - e os outros riscos dos processos de negócio - riscos operacionais, riscos de *empowerment* e integridade, riscos de sistemas de informação e comunicação) são acompanhados pelos reportes internos daquela Comissão em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para os Serviços Jurídicos, o Controlo de Gestão, as Finanças Corporativas e o Desenvolvimento de Recursos Humanos).

Durante o ano de 2008, a Comissão de Auditoria e Risco, entrando num novo ciclo de actividade com a missão de apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, criou o Gabinete de Auditoria e Risco com uma estrutura de recursos especificamente alocados às seguintes funções:

- Identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- Emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do GRUPO MOTA-ENGIL;
- Minimização de eficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do GRUPO MOTA-ENGIL na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;
- Identificação de riscos transversais dentro do GRUPO, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do GRUPO MOTA-ENGIL;
- Emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições / alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- Auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos / actividades em todas as áreas / empresas materialmente relevantes do GRUPO MOTA-ENGIL.

Está em curso o mapeamento de risco para cada uma das empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil. Este processo irá garantir um carácter dinâmico na monitorização do risco em cada uma das operações do Grupo Mota-Engil, promovendo acções adequadas em função do risco percebido e acompanhando a sua evolução.

Gestão do Risco Financeiro

O GRUPO MOTA-ENGIL, à semelhança de todas as outras empresas e negócios, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez, e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resultam do desenrolar da sua actividade, e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO, procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflecte em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efectivas de gestão do seu risco financeiro.

A actividade de gestão de risco financeiro é coordenada pela Direcção de Finanças Corporativas, com o apoio e suporte do Controlo de Gestão do Grupo, sob orientação consultiva da Comissão de Auditoria Investimento e Risco, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, constituindo-se como uma responsabilidade das Administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO MOTA-ENGIL.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é cautelosa e conservadora, recorrendo quando aconselhável a instrumentos derivados, para cobertura de riscos, sempre na perspectiva de que estes se relacionem com a actividade normal e corrente da empresa, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão interrelacionados, e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objectivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a optimização do custo da dívida, e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros.

Nos anos recentes, foram realizadas por várias áreas de negócio, diversas operações de fixação ou limitação de variação nas taxas de juro em empréstimos, sobretudo indexadas à Euribor, por contratação de *swaps* ou realização de outras operações estruturadas sobre derivados, a custo zero, que contribuem e contribuirão no futuro, para a redução da sensibilidade dos custos financeiros a eventuais movimentos ascendentes nas taxas de juro.

A contratação destas operações teve como racional subjacente, a prossecução do objectivo de realização e/ou manutenção da cobertura em cerca de 30% da dívida corporativa do GRUPO, emitida normalmente em regime de taxa indexada ou variável.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem por objectivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do GRUPO, a flutuações cambiais.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL a risco cambial, resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas, em diversos mercados, nomeadamente em Angola e na Europa Central, em que a actividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios do GRUPO.

Em termos de gestão de risco cambial, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição, pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele como possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, a custo zero.

Risco de Liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objectivo garantir que existam fundos disponíveis a cada momento no GRUPO e nas suas participadas, suficientes para que estas possam fazer face em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que o GRUPO dispõe dos meios financeiros (saldos e fluxos financeiros de entrada), necessários para solver compromissos (fluxos financeiros de saída), no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadores, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa óptica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afectam todos os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão

- antecipada de excedentes e deficits futuros de tesouraria, e a optimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;
- Financiamento dos investimentos no MLP, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projecto ou empresa;
 - Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas, com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre os 60% a 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a factores conjunturais dos mercados financeiros;
 - Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns activos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
 - Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

A gestão eficaz do risco de liquidez, está intimamente relacionada com a adequada gestão dos restantes riscos financeiros, que contribuem complementarmente para a prossecução deste objectivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa, nos momentos e nos montantes previstos.

Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efectiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros, nos prazos estabelecidos e, ou, negociados para o efeito.

A exposição do GRUPO ao risco de crédito, prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal das suas diversas actividades, merecendo especial atenção nas actividades de prestação de serviços e, ou, vendas a retalho.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito, que permitem fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o crédito, a mitigação deste risco é promovida pela organização e manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança e, nalguns casos mais particulares, pelo recurso à contratação de seguros de crédito junto de seguradoras credíveis do mercado.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não susceptíveis de afectar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

6. Criação de valor com e através das Pessoas

A identificação do “Desenvolvimento do Capital Humano” enquanto eixo estratégico para a concretização do Plano Ambição 2013, materializa a importância que o GRUPO reconhece nas suas Pessoas.

Neste contexto, e em total alinhamento com as linhas de desenvolvimento projectadas para o negócio e com os valores partilhados no GRUPO, foi identificada a necessidade de rever as prioridades de recursos humanos anteriormente definidas.

Como resultado desse exercício, o GRUPO identificou sete prioridades estratégicas para a gestão e valorização do seu Capital Humano:

- Identificar e Gerir o Talento no GRUPO;
- Desenvolver o Perfil de Gestor do GRUPO;
- Desenvolver Competências que acrescentem valor ao negócio;
- Promover a Mobilidade e Rotação de Quadros;
- Fomentar o recrutamento e desenvolvimento de quadros internacionais;
- Alinhar a política de retribuição com a gestão da performance;
- Reforçar a Cultura e Conhecimento do GRUPO.

Convicto de que a concretização das prioridades definidas só é possível através do desenvolvimento e implementação de projectos construídos à sua medida – do que hoje é e do que quer ser no futuro – o GRUPO continuará a lançar novos projectos no domínio da gestão das suas pessoas e a avaliar continuamente o impacto das iniciativas já implementadas.



No ano de 2008, assume particular destaque a concepção e implementação da MOTA-ENGIL Active School.

A MOTA-ENGIL Active School é um projecto estratégico orientado para a valorização dos colaboradores, através do desenvolvimento de competências críticas para o sucesso do negócio e das pessoas, encorajando e estimulando um espírito contínuo de aprendizagem nos colaboradores de diferentes gerações e geografias.

O modelo de funcionamento da MOTA-ENGIL Active School contempla três diferentes escolas, com desafios diferenciados mas complementares:



MOTA-ENGIL Active School – Cultura e Valores, visando a disseminação e reforço dos valores e cultura MOTA-ENGIL nos colaboradores das diferentes unidades de negócio e mercados onde o GRUPO se encontra presente, difundindo e alargando o conhecimento das áreas de actuação e valências do GRUPO.



MOTA-ENGIL Active School – Gestão e Liderança, disponibilizando programas e iniciativas de formação materializadas em soluções de aprendizagem diferenciadas, que permitam acelerar o desenvolvimento das competências de gestão e liderança do GRUPO.



MOTA-ENGIL Active School – Áreas de Negócio, oferecendo programas e iniciativas de formação que permitam preservar, reforçar e disseminar as competências técnicas e o conhecimento do negócio, garantindo a sua transferência para as gerações mais jovens.

A MOTA-ENGIL Active School, através do desenvolvimento do Capital Humano do GRUPO, assume-se como uma ferramenta essencial para a criação sustentada de valor, que irá assegurar a competitividade e a solidez do GRUPO MOTA-ENGIL no longo prazo.

Tendo iniciado a sua actividade no último quadrimestre de 2008, este projecto promoveu um total de 501 participações em iniciativas de desenvolvimento de competências. As expectativas para o ano de 2009 são claramente elevadas, antecipando o alargamento dessas iniciativas desenvolvimento a outros mercados onde o GRUPO está presente.

7. Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 24.865.993 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 1.243.299 euros e 65 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 2,8%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 412.766 e 90 cêntimos.

8. Nota final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 27 de Março de 2009

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)*

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr.ª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (Chief Financial Officer)*

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
*Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração*

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
*Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração*

Informação Financeira Consolidada

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstrações dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 Euro	2007 Euro
Vendas e prestações de serviços	3 e 4	1.868.731.191	1.401.899.756
Outros proveitos		115.756.552	132.805.132
Custo das mercadorias e dos subcontratos	5	(1.011.232.579)	(788.215.557)
Resultado bruto		973.255.164	746.489.331
Fornecimentos e serviços externos	6	(344.597.864)	(245.836.795)
Custos com o pessoal	7	(309.580.665)	(257.214.697)
Outros proveitos / (custos) operacionais	8	(7.740.496)	5.057.475
	4	311.336.139	248.495.314
Amortizações	4, 9, 17, 18 e 19	(103.570.894)	(90.972.295)
Provisões e perdas de imparidade	10	(15.024.903)	(9.336.632)
Resultado operacional	4	192.740.342	148.186.387
Ganhos / (perdas) de capital na Martifer	4 e 12	1.902.373	67.433.474
Proveitos e ganhos financeiros	11	52.957.949	43.665.825
Custos e perdas financeiras	11	(182.717.207)	(151.118.895)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	4 e 12	5.386.889	15.838.740
Imposto sobre o rendimento	13	(30.500.663)	(16.260.333)
Resultado consolidado líquido do exercício		39.769.683	107.745.198
Atribuível:			
a interesses minoritários		9.204.245	10.206.823
ao Grupo		30.565.438	97.538.375
Resultado por acção:			
básico	15	0,1569	0,4969
diluído	15	0,1569	0,4969

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstrações dos Resultados Consolidados para os trimestres compreendidos entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	4T - 2008	4T - 2007
	Euro	Euro
	(não auditado)	(não auditado)
Vendas e prestações de serviços	507.820.268	422.815.737
Outros proveitos	19.581.359	37.793.648
Custo das mercadorias e dos subcontratos	(262.870.296)	(251.643.124)
Resultado bruto	264.531.331	208.966.261
Fornecimentos e serviços externos	(78.405.065)	(79.216.005)
Custos com o pessoal	(80.110.399)	(68.414.691)
Outros proveitos / (custos) operacionais	(2.927.726)	4.391.225
	103.088.141	65.726.790
Amortizações	(27.218.039)	(24.328.560)
Provisões e perdas de imparidade	(12.357.907)	(4.893.385)
Resultado operacional	63.512.195	36.504.845
Ganho de capital na Martifer	1.902.373	-
Proveitos e ganhos financeiros	63.512.736	23.017.828
Custos e perdas financeiras	(93.345.166)	(41.968.756)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	(1.815.916)	1.728.283
Imposto sobre o rendimento	(16.126.733)	(10.076.181)
Resultado consolidado líquido do trimestre	17.639.489	9.206.019
Atribuível:		
a interesses minoritários	1.311.320	3.751.494
ao Grupo	16.328.169	5.454.525
Resultado por acção:		
básico	0,0844	0,0265
diluído	0,0844	0,0265

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

	Notas	2008 Euro	2007 reexpresso Euro	2007 Euro
Activo				
Não corrente				
Goodwill	16	160.075.797	157.753.345	157.753.345
Imobilizado incorpóreo	17	46.100.726	46.971.911	46.971.911
Imobilizado concessionado	18	1.163.128.870	1.125.676.030	1.125.676.030
Imobilizado corpóreo	19	476.272.287	408.688.333	408.688.333
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	20	173.854.668	154.080.552	154.080.552
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	75.148.566	71.161.541	71.161.541
Propriedades de investimento	22	41.344.627	31.338.255	31.338.255
Clientes e outros devedores	24	83.800.030	88.865.479	88.865.479
Activos por impostos diferidos	13	33.375.415	29.987.157	29.987.157
		<u>2.253.100.986</u>	<u>2.114.522.603</u>	<u>2.114.522.603</u>
Activos não correntes detidos para venda	40	<u>29.043.672</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente				
Existências	23	232.024.181	166.307.328	167.611.927
Clientes	24	533.445.853	539.343.275	539.343.275
Outros devedores	24	220.605.155	121.296.227	129.520.197
Outros activos correntes	24	261.961.864	246.044.220	258.470.870
Instrumentos financeiros derivados	27	-	3.582.495	3.582.495
Caixa e seus equivalentes sem recurso	24	105.814.414	108.636.558	108.636.558
Caixa e seus equivalentes com recurso	24	73.655.129	64.637.726	64.637.726
		<u>1.427.506.596</u>	<u>1.249.847.829</u>	<u>1.271.803.048</u>
Total do Activo	4	<u>3.709.651.254</u>	<u>3.364.370.432</u>	<u>3.386.325.651</u>
Passivo				
Não corrente				
Endividamento sem recurso	26	922.411.285	1.010.984.888	1.010.984.888
Endividamento com recurso	26	667.688.793	616.899.892	616.899.892
Credores diversos	28	229.011.122	157.346.513	154.103.037
Provisões	29	30.557.261	31.726.903	31.726.903
Outros passivos não correntes	30	57.978.831	61.523.686	61.523.686
Passivos por impostos diferidos	13	26.731.742	28.440.239	28.440.239
		<u>1.934.379.034</u>	<u>1.906.922.121</u>	<u>1.903.678.645</u>
Corrente				
Endividamento sem recurso	26	132.773.431	40.170.771	40.170.771
Endividamento com recurso	26	308.572.226	247.519.001	247.519.001
Fornecedores	28	428.735.817	326.289.497	326.289.497
Instrumentos financeiros derivados	27	15.291.042	3.518.916	3.518.916
Credores diversos	28	305.136.084	277.179.429	277.179.429
Outros passivos correntes	30	243.446.537	201.043.185	201.043.185
		<u>1.433.955.137</u>	<u>1.095.720.799</u>	<u>1.095.720.799</u>
Total do Passivo	4	<u>3.368.334.171</u>	<u>3.002.642.920</u>	<u>2.999.399.444</u>
Capital Próprio				
Capital	25	204.635.695	204.635.695	204.635.695
Reservas	25	53.820.780	13.173.299	38.371.994
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>30.565.438</u>	<u>97.538.375</u>	<u>97.538.375</u>
Capital próprio atribuível ao Grupo		<u>289.021.913</u>	<u>315.347.369</u>	<u>340.546.064</u>
Interesses Minoritários		<u>52.295.170</u>	<u>46.380.143</u>	<u>46.380.143</u>
Total do Capital próprio		<u>341.317.083</u>	<u>361.727.512</u>	<u>386.926.207</u>
		<u>3.709.651.254</u>	<u>3.364.370.432</u>	<u>3.386.325.651</u>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstrações das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Capital	Ações próprias	Prémio de emissão	Diferenças de consolidação	Reservas de justo valor		Reserva de conversão cambial	Outras reservas e resultados	Capital próprio atribuível a accionistas	Capital próprio atribuível a int. minoritários
					invest. disponíveis para venda	derivados				
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	204.635.695	(11.107.385)	87.256.034	(125.936.047)	58.681.572	2.195.174	(15.881.905)	83.102.869	282.946.007	20.848.790
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(6.936.431)	-	(6.936.431)	(97.730)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(22.509.926)	(22.509.926)	(4.300.656)
Outras distribuições de resultados	-	-	-	(158.670)	-	-	-	(700.000)	(858.670)	(99.330)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.515.994)	-	-	-	(1.515.994)	-
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	21.630	-	-	21.630	-
Aquisição de ações próprias	-	(5.571.782)	-	-	-	-	-	-	(5.571.782)	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.182.760
Outras correções nos capitais próprios das associadas	-	-	-	(2.567.145)	-	-	-	-	(2.567.145)	1.639.486
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97.538.375	97.538.375	10.206.823
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	204.635.695	(16.679.167)	87.256.034	(128.661.862)	57.165.578	2.216.804	(22.818.336)	157.431.318	340.546.064	46.380.143
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	204.635.695	(16.679.167)	87.256.034	(128.661.862)	57.165.578	2.216.804	(22.818.336)	157.431.318	340.546.064	46.380.143
Impacto do processo de averiguação na Hungria	-	-	-	-	-	-	-	(25.198.695)	(25.198.695)	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2008 (reexpresso)	204.635.695	(16.679.167)	87.256.034	(128.661.862)	57.165.578	2.216.804	(22.818.336)	132.232.623	315.347.369	46.380.143
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(351.587)	-	(351.587)	42.062
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(22.509.926)	(22.509.926)	(4.364.109)
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(1.401.000)	(1.401.000)	(106.260)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(11.579.250)	-	-	-	(11.579.250)	-
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	(8.817.625)	-	-	(8.817.625)	-
Movimentos na reserva de reavaliação de imobilizado corpóreo	-	-	-	(2.227.574)	-	-	-	-	(2.227.574)	-
Aquisição de ações próprias	-	(5.019.915)	-	-	-	-	-	-	(5.019.915)	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.139.089
Outras correções nos capitais próprios das associadas (a)	-	-	-	(4.984.017)	-	-	-	-	(4.984.017)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.565.438	30.565.438	9.204.245
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	(135.873.453)	45.586.328	(6.600.821)	(23.169.923)	138.887.135	289.021.913	52.295.170

(a) A variação nesta rubrica inclui, essencialmente, diferenças cambiais decorrentes da transposição das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, nomeadamente do Sub Grupo Martifer

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 Euro	2007 Euro
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.924.284.048	1.523.201.535
Pagamentos a fornecedores		(1.278.384.123)	(1.024.076.667)
Pagamentos ao pessoal		(259.261.241)	(204.799.799)
Fluxos gerados pelas operações		386.638.684	294.325.069
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(20.598.322)	(20.414.217)
Outros receb./pagamentos de actividades operacionais		(25.697.798)	13.916.241
Fluxos das actividades operacionais (1)		340.342.564	287.827.093
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	38	5.451.740	17.574.247
Imobilizações corpóreas		7.090.618	4.274.341
Imobilizações incorpóreas		-	47.064
Dividendos de empresas não consolidadas		3.790.274	1.908.199
		16.332.632	23.803.851
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	38	(57.925.196)	(36.041.511)
Imobilizações corpóreas		(226.351.992)	(162.184.700)
Imobilizações incorpóreas		(2.329.886)	(3.329.237)
		(286.607.074)	(201.555.448)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(270.274.442)	(177.751.597)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.730.552.350	1.014.362.813
Subsídios e doações		-	1.235.450
		1.730.552.350	1.015.598.263
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.620.526.969)	(929.973.042)
Amortizações de contratos de locação financeira		(18.315.109)	(20.003.516)
Juros e custos similares		(131.251.340)	(96.864.303)
Dividendos		(21.433.066)	(22.509.926)
Aquisição de acções próprias		(5.019.915)	(5.571.782)
		(1.796.546.399)	(1.074.922.569)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(65.994.049)	(59.324.306)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		4.074.073	50.751.190
Variações decorrentes de alterações de perímetro		2.121.186	58.613.720
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	24	173.274.284	63.909.374
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	24	179.469.543	173.274.284

Para ser lido em conjunto com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Nota Introdutória

A MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., com sede no Edifício Mota, Rua do Rêgo Lameiro, nº38 4300-454 Porto, ("MOTA-ENGIL SGPS" ou "EMPRESA"), e empresas participadas ("GRUPO"), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

A descrição mais detalhada das actividades do GRUPO é dada na Nota 4. Segmentos de negócio deste Anexo.

Todos os montantes apresentados nestas notas são apresentados em Euro com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o GRUPO, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* ("SIC") tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

Para o GRUPO, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

1 de Janeiro de 2005 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo GRUPO dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") as seguintes normas e interpretações, de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes e algumas das quais ainda não adoptadas pela União Europeia:

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação ⁽¹⁾	Adoptada pela UE
IFRS 1 (revisão) - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	27/11/2008	01/07/2009	Não
IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades empresariais	10/01/2008	01/07/2009	Não
IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais	10/01/2008	01/07/2009	Não
IAS 31 (Alterações) - Investimentos em empreendimentos conjuntos	10/01/2008	01/07/2009	Não
IAS 39 (Alterações) - Instrumentos financeiros - mensuração e reconhecimento	31/07/2008	01/07/2009	Não
	13/10/2008	01/07/2008	Não
IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis	03/07/2008	01/01/2009	Não
IFRIC 16 - Cobertura de investimentos em moeda estrangeira	03/07/2008	01/10/2008	Não
IFRIC 17 - Distribuição de activos não monetários a accionistas	27/11/2008	01/07/2009	Não
IFRIC 18 - Transferência de activos por clientes	29/01/2009	01/07/2009	Não
Melhorias às IFRS 2008	22/05/2008	01/01/2009	Sim

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação ⁽¹⁾	Adoptada pela UE
IFRS 2 (Alterações) - Pagamentos com base em acções	17/01/2008	01/01/2009	Sim
IFRS 8 - Segmentos operacionais	19/01/2006	01/01/2009	Sim
IAS 1 (alterações) - Apresentação de demonstrações financeiras	14/02/2008	01/01/2009	Sim
IAS 23 (Alterações) - Custos de empréstimos obtidos	22/05/2008	01/01/2009	Sim
IAS 32 (Alterações) - Instrumentos financeiros – Apresentação	14/02/2008	01/01/2009	Sim
IFRIC 13 - Programas de Fidelidade de Clientes	28/06/2007	01/07/2008	Sim

(1) Exercícios iniciados em ou após a data referida.

Em 31 de Dezembro de 2008, o GRUPO não se encontra a aplicar qualquer das normas e interpretações acima referidas, sendo que, com excepção dos eventuais efeitos que possam advir da alteração do método de consolidação em alguns empreendimentos conjuntos, a aplicação das mesmas não produzirá, segundo o Conselho de Administração do GRUPO, efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do período da sua primeira aplicação.

A IFRIC 12 – Acordos sobre Serviços de Concessão, que estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos, foi aprovada em 25 de Março de 2009 pela União Europeia e é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 29 de Março de 2009. A futura aplicação daquela norma poderá introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas actualmente em vigor, cujo impacto nestas demonstrações financeiras consolidadas, antecipando que poderão ocorrer maioritariamente na reclassificação para imobilizado incorpóreo do imobilizado concessionado e na alteração do método de amortização dos activos associados às concessões rodoviárias, não se encontra ainda totalmente apurado nesta data.

Ainda que tenham entrado em vigor em 2008, as seguintes normas não tiveram aplicação prática ao GRUPO MOTA-ENGIL:

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação ⁽¹⁾
IFRIC 11 - IFRS 2 - Transacções Intragrupo e de Acções Próprias	02/11/2006	01/03/2007
IFRIC 14 - IAS 19 - O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção	04/07/2008	01/01/2008

(1) Exercícios iniciados em ou após a data referida.

Durante o exercício de 2008, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem alterações de critérios de mensuração face aos utilizados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007.

Durante o exercício de 2008, foi efectuada a reexpressão das demonstrações financeiras do GRUPO resultantes da fraude detectada na Hungria (Nota 39), pelo que nas rubricas aplicáveis se procedeu à apresentação dos saldos reexpressos relativos ao exercício de 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas em Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados, os quais estão descritos na alínea xxvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do GRUPO entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

Bases de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo GRUPO:

a) Empresas do GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o GRUPO detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo GRUPO), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado (na rubrica de capitais próprios) e na demonstração dos resultados consolidados (incluída nos resultados líquidos consolidados) respectivamente.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o GRUPO absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o GRUPO apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido no IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (Goodwill) e no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o GRUPO detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("SPE"), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2008 não existiam unidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o GRUPO exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da associada - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do GRUPO nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (Goodwill) sendo adicionada ao valor de balanço do investimento financeiro e no caso de défice, após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo GRUPO.

c) Empresas conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

A classificação dos interesses financeiros detidos em entidades controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa controlada conjuntamente é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias (Nota 1a).

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO nos períodos apresentados são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, as diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, são registadas na rubrica “Goodwill”. Adicionalmente, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial”.

As diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para os IFRS mantêm-se registadas pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de imparidade naquela data. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a MOTA-ENGIL SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 - Efeitos de Alterações de Taxas de Câmbio às diferenças de consolidação positivas geradas antes de 1 de Janeiro de 2004, pelo que, a partir dessa data passou a mensurar tais diferenças de consolidação na moeda de reporte das suas participadas pelo valor equivalente de Euro naquela data.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo que, anualmente e com referência à data de encerramento de contas, a MOTA-ENGIL SGPS procede à realização de testes formais de imparidade às mesmas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação positiva seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

ii) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidas se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o GRUPO possuir o controlo sobre as mesmas.

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por licenças de exploração de concessões, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, e por software, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos.

As despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas, enquanto as despesas de constituição e com aumentos de capital são deduzidas ao capital próprio.

iii) Imóveis para uso próprio

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é imaterialmente superior à quantia escriturada no balanço, o GRUPO por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. Por razões de funcionamento dos respectivos mercados, o GRUPO optou por não aplicar esta política aos imóveis detidos em países africanos, em alguns países da Europa Central e no Peru, registando os mesmos pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo fixo corpóreo que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida de resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

Os imóveis em construção por parte do GRUPO, nomeadamente em Angola, são registados ao custo de produção que inclui os custos dos materiais consumidos, os custos com o pessoal incorridos e outros custos, sendo inferior ao respectivo valor de realização.

iv) Terrenos afectos à exploração de pedreiras

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras, bem como alguns custos relacionados (despesas suportadas com o licenciamento e arranque das pedreiras e os custos a incorrer com o desmantelamento das mesmas) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada no balanço, o GRUPO por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. As avaliações são efectuadas periodicamente, por departamentos internos do GRUPO, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva pedreira. A depreciação de tais activos é efectuada de acordo com o nível de inertes extraído anualmente considerando o valor residual da pedreira no final da extracção.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a pedreira que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida de resultado líquido do período.

v) Outras imobilizações corpóreas

As outras imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/ desenvolvimento, encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo GRUPO, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afecto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6

Os activos imobilizados corpóreos (nomeadamente o equipamento básico) afectos às concessões de auto-estradas em regime de SCUT (portagens virtuais) e às concessões portuárias encontram-se a ser amortizados pelo método das quotas constantes pelo prazo da concessão. Nos casos em que o período de vida útil dos bens for menor que o prazo da concessão, estes serão amortizados pelo respectivo período de vida útil.

No caso dos activos imobilizados corpóreos afectos à concessão de auto-estradas de portagem real os mesmos encontram-se a ser amortizados de acordo com os níveis de tráfego esperado pelo prazo remanescente da concessão.

<u>Outras imobilizações corpóreas</u>	3 a 10
---------------------------------------	--------

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pelo GRUPO são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações” na demonstração de resultados.

vi) *Locações*

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo e as amortizações acumuladas correspondentes, conforme definido nas alíneas *iii)* e *v)* acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e, ou, a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado pela avaliação anual efectuada por entidades especializadas independentes ou de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento. Por razões de funcionamento do mercado angolano, o GRUPO optou por não aplicar esta política às propriedades de investimento detidas nesse país, registando as mesmas pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os activos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o fim da sua construção. Até terminar o período de construção ou promoção do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de propriedades de investimento em construção. No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica “Variação de valor nas propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização nomeadamente: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis) são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados do exercício a que se referem.

viii) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

ix) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O GRUPO classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através dos resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base semestral.

- Investimentos registados ao justo valor através dos resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido com o propósito de ser vendido no curto-prazo, ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço;

- Empréstimos e contas a receber: empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o GRUPO fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os “empréstimos e contas a receber” são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica de “Clientes” e “Outros devedores”;

- Investimentos detidos até ao vencimento: Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;

- Investimentos disponíveis para venda: Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os “investimentos registados a justo valor através dos resultados” são classificados como investimentos correntes. Os “investimentos disponíveis para venda” são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade significativa ou permanente, no momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração de resultados do exercício.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos, indícios objectivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.

O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidades detectadas, com excepção, das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de “Perdas de imparidade acumuladas” específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta de “Perdas de imparidade acumuladas”. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração de resultados do exercício. Alterações ocorridas nas “Perdas de imparidade acumuladas” são registadas na demonstração de resultados do exercício.

Com excepção dos “Investimentos disponíveis para venda”, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração de resultados do exercício até ao limite da Perda de imparidade acumulada existente.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Com excepção da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. (“Lusoponte”), todos os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

de empresas não cotadas encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objectivas de imparidade. É convicção do Conselho de Administração que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Em 2007, o justo valor do investimento na Lusoponte encontrava-se suportado por uma avaliação independente, sendo que a diferença entre o valor revalorizado e o custo de aquisição encontrava-se registado na rubrica de capital próprio “Reserva de justo valor – Investimentos disponíveis para venda”. Em 2008, com base numa transacção de acções sobre essa empresa, efectuada no início de 2009 entre entidades não relacionadas, o valor do investimento relativo à Lusoponte foi actualizado, tendo a respectiva desvalorização sido registada directamente na rubrica de capital próprio atrás referida. Após tal ajustamento, o valor do investimento financeiro registado na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” continua superior ao seu custo de aquisição.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

O GRUPO utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação, pese embora alguns dos instrumentos derivados do segmento de concessões de transportes não se qualificarem como sendo instrumentos de cobertura perfeita ao abrigo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do GRUPO.

Os instrumentos derivados utilizados pelo GRUPO definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são semelhantes às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os critérios utilizados pelo GRUPO para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de justo valor – derivados”, sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.

A contabilização dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de justo valor – derivados” são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados que embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica não cumprem todas as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados”.

h) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos expiraram, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” à data de cada balanço, com excepção das operações de “factoring” sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do GRUPO por contrapartida da rubrica “Credores diversos” até ao momento do recebimento das mesmas.

x) *Caixa e seus equivalentes*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

xi) *Existências*

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição, ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xii) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes”.

xiii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de custos e proveitos em obras

O GRUPO reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são contabilizadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente aos contratos de prestação de serviços das sucursais no estrangeiro, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada, calculadas contrato a contrato e apresentadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”. O impacto da adopção desta política face à descrita no parágrafo acima não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas. Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras o GRUPO reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

Nestes contratos de prestação de serviços o GRUPO reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária

Os custos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os custos directos de construção, assim como todos os custos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os custos imputáveis ao financiamento, à supervisão e fiscalização do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o empreendimento está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas, ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

As vendas da actividade imobiliária e os correspondentes custos das fracções vendidas são registados no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão consumir a aquisição, isto é, quando o preço da venda está na sua quase totalidade pago, ou em que existe acordo de compra com entidades públicas relativo a planos de realojamento. A margem das vendas é ponderada pela percentagem de acabamento do imóvel, determinada pela relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados.

xiv) *Custos com a preparação de propostas*

Os custos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho da proposta não ser controlável.

xv) *Trabalhos para a própria empresa*

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem despesas com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Tais despesas são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros, e;
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

xvi) *Activos e passivos expressos em moeda estrangeira*

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os custos e proveitos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão cambial". No momento da alienação de tais entidades estrangeiras,

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos adquiridos resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

xvii) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xviii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados às concessões de auto-estradas, ou a projectos imobiliários classificados em existências, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

xix) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo GRUPO sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xx) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do GRUPO são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method” utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

xxi) Subsídios atribuídos pelo Estado

Subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em imobilizado são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xxii) Imparidade de activos que não “goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

Para o Goodwill e para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada essencialmente com base nas últimas projecções financeiras existentes sobre tais activos.

xxiii) Classificação de balanço

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os activos e passivos por impostos diferidos e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes (Nota 13. Imposto sobre o Rendimento e Nota 29. Provisões, respectivamente).

xxiv) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxvi) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e / ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados e dos investimentos detidos para venda.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante,

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

incluindo os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afectos ao serviço da dívida.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xxviii) Gestão dos capitais investidos

A gestão do capital no GRUPO MOTA-ENGIL é levada a cabo com o fundamental objectivo de garantir a continuidade das operações do GRUPO, procurando maximizar a criação de valor para os seus accionistas, nomeadamente através da adopção de uma estrutura dos capitais empregues eficiente, por via da optimização no seu balanço do rácio entre capitais próprios e capitais alheios.

Assim, a estrutura de capitais do GRUPO compreende os capitais próprios atribuíveis aos accionistas, o endividamento com recurso, o endividamento sem recurso e, ainda, os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

Os capitais próprios atribuíveis aos accionistas compreendem o capital social da MOTA-ENGIL SGPS, totalmente subscrito e realizado, no montante de Euro 204.635.695, representado por 204.635.695 acções ordinárias com o valor nominal de Euro 1, admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários regulado da Euronext Lisbon. Compreendem também todas as reservas de capital acumuladas pelo GRUPO, nomeadamente as legalmente impostas, as reservas constituídas de forma livre, reservas por reavaliações de activos, reservas por conversão cambial e outras reservas com origem na consolidação das sociedades do GRUPO. Por fim, incluem ainda, os resultados de anos anteriores não distribuídos aos accionistas.

O endividamento do GRUPO tem, genericamente, duas diferentes origens: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. Estas duas categorias distinguem-se pelo tipo de responsabilidade assumida pelo GRUPO perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. Por um lado, enquanto a dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do GRUPO é exigível ao accionista desta, a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de “project finance”, é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e, portanto, apenas os activos desta respondem pelo seu pagamento.

A estrutura de maturidade do endividamento é adequada às características dos activos que financia, privilegiando maturidades de longo prazo ao fazer face, sobretudo a investimentos de carácter de permanência no GRUPO.

O requisitos de capital impostos externamente ao GRUPO podem ter origem legal, contratual ou de acesso a mercados.

O principal requisito legal de capital é colocado pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ao impor que o capital próprio de uma sociedade deve ser superior a metade do seu capital social. No GRUPO MOTA-ENGIL não existem casos de incumprimento continuado desta norma, uma vez que, nos casos em que pontualmente o seu cumprimento possa ser posto em causa, são adoptadas as medidas que, aplicadas ao caso concreto, se mostrem as mais adequadas.

Os requisitos de capital impostos contratualmente estão sobretudo presentes em contratos de financiamento bancário. Assim, são por vezes definidos, em operações de financiamento de maior relevância, covenants associados a rácios que relacionam a estrutura de capitais e a rentabilidade

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

operacional do GRUPO. Estas cláusulas contratuais são definidas em resultado de negociações com as entidades financiadoras e em toda a história do GRUPO não há nenhuma incidência de rompimento destes contratos com base no seu incumprimento.

Grande parte das actividades desenvolvidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL decorrem em estreita relação com o sector público dos diversos países em que está presente. Seja na construção de obras públicas, seja na obtenção de licenças de construção, exploração e manutenção de infra-estruturas públicas, o GRUPO enfrenta condições de acesso a esses mercados que são fortemente regulamentadas e fiscalizadas. Algumas das condições de acesso a estes mercados impõem comprovada capacidade e robustez financeira do concorrente, sem a qual, ele se vê excluído deles. O GRUPO MOTA-ENGIL tem especial preocupação em cumprir os requisitos habitualmente impostos por esta via, e com efeito, tem sido capaz de fazer deste aspecto um dos seus pontos fortes face à sua principal concorrência, sendo esta uma vantagem competitiva que apresenta face a rivais em concurso em grandes projectos nacionais e internacionais.

xxix) Gestão dos riscos financeiros

A gestão que o GRUPO efectua dos riscos financeiros em que incorre está exposta no capítulo 5 do relatório de gestão, incluído neste Relatório e Contas.

2. Empresas incluídas na consolidação

Em 31 de Dezembro de 2008, as empresas incluídas na consolidação e respectivos métodos de consolidação, sedes, percentagem efectiva de participação, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são tal como se apresenta no Apêndice A.

As alterações ocorridas no perímetro da consolidação durante o exercício de 2008 não foram significativas, conforme referido na Nota 36. Alterações de perímetro.

3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	2008	2007
Vendas de mercadorias	54.204.065	52.589.515
Vendas de produtos	75.093.865	74.365.146
Prestações de serviços:		
Obras públicas	800.284.246	530.103.913
Construção civil	506.871.169	332.875.201
Concessões de serviços públicos	323.014.477	308.115.348
Outras	109.263.369	103.850.634
	<u>1.868.731.191</u>	<u>1.401.899.756</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se verificou nenhuma descontinuação em actividades do GRUPO.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

4. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos primários.

O GRUPO está organizado em três áreas de negócio principais – Engenharia e Construção, Ambiente e Serviços e Concessões de transportes – as quais são coordenadas e apoiadas pela MOTA-ENGIL SGPS e pela MESP.

O segmento “Engenharia e Construção” inclui as actividades de construção, obras públicas e promoção imobiliária.

O segmento “Ambiente e Serviços” engloba, basicamente, as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as empresas de água e saneamento básico e as empresas de operação portuária.

O segmento “Concessões de transportes” inclui as empresas que detêm as concessões de auto-estradas.

Os valores relativos à MOTA-ENGIL SGPS, à MESP e às sociedades do GRUPO da área do Turismo estão incluídos na linha “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos aos fluxos e saldos entre os segmentos de negócio.

As vendas e prestações de serviços, e os resultados operacionais por segmentos primários podem ser analisados como segue:

	Vendas e prestações de serviços	
	2008	2007
Engenharia e Construção	1.466.674.093	1.048.717.881
Ambiente e Serviços	285.772.683	248.896.596
Concessões de transportes	117.002.109	105.629.242
	(717.694)	(1.337.799)
Outros, eliminações e intragrupo	1.868.731.191	1.401.899.756

Em 31 de Dezembro de 2008, as vendas e prestações de serviços efectuadas entre segmentos de negócio estão incluídas na linha “Outros, eliminações e intragrupo” e são imateriais.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as vendas intragrupo foram efectuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas a clientes externos.

	EBITDA		EBIT	
	2008	2007	2008	2007
Engenharia e Construção	129.693.945	91.940.939	73.651.552	44.414.889
Ambiente e Serviços	66.367.537	58.663.867	46.747.355	41.188.462
Concessões de transportes	116.741.694	95.045.180	76.671.580	60.988.965
	(1.467.037)	2.845.328	(4.330.145)	1.594.071
Outros, eliminações e intragrupo	311.336.139	248.495.314	192.740.342	148.186.387

Os ganhos em empresas associadas, líquidos de perdas em empresas associadas, considerando igualmente em 2008 a rubrica Ganhos/(perdas) de capital na MARTIFER por segmentos primários são como segue:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Ganhos / (perdas) em empresas associadas	
	2008	2007
Engenharia e Construção	3.386.893	6.013.701
Ambiente e Serviços	978.190	(114.279)
Holding, outros e ajustamentos	2.924.179	9.939.318
	7.289.262	15.838.740

O activo líquido total e o passivo do GRUPO por segmentos primários podem ser analisados como segue:

	Activo			Passivo		
	2008	2007 reexpresso	2007	2008	2007 reexpresso	2007
Engenharia e Construção	1.507.613.672	1.302.159.233	1.324.114.452	1.265.938.819	1.092.497.063	1.089.253.587
Ambiente e Serviços	640.908.432	548.246.571	548.246.571	557.379.459	474.488.151	474.488.151
Concessões de transportes	1.469.142.739	1.376.198.049	1.376.198.049	1.393.988.418	1.292.160.106	1.292.160.106
Outros, eliminações e intragrupo	91.986.411	137.766.579	137.766.579	151.027.475	143.497.600	143.497.600
	3.709.651.254	3.364.370.432	3.386.325.651	3.368.334.171	3.002.642.920	2.999.399.444

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O investimento e as amortizações do GRUPO por segmentos primários são como segue:

	Investimento líquido		Amortizações	
	2008	2007	2008	2007
Engenharia e Construção	119.103.142	111.244.818	43.327.649	38.802.365
Ambiente e Serviços	66.440.442	42.179.892	18.941.001	16.958.426
Concessões de transportes	90.498.000	47.338.424	40.026.649	34.121.862
Outros, eliminações e intragrupo	(2.503.687)	-	1.275.595	1.089.642
	<u>273.537.897</u>	<u>200.763.134</u>	<u>103.570.894</u>	<u>90.972.295</u>

A actividade do GRUPO está internacionalizada, marcando presença na Península Ibérica, na Europa Central (nomeadamente, Polónia, Hungria, República Checa, Roménia, Eslováquia), em África (nomeadamente, Angola, Moçambique, Malawi, Benim, Argélia, Cabo Verde e Chade), na América do Norte (EUA) e América do Sul (Peru, México e Venezuela). Assim, definem-se 3 grandes segmentos geográficos de actuação: Península Ibérica, Europa Central e África & América.

As vendas e prestações de serviços por segmentos geográficos podem ser analisadas como segue:

	Vendas e prestações de serviços	
	2008	2007
Península Ibérica	1.311.866.818	1.050.373.180
Europa Central	332.407.757	221.503.594
África & América	424.205.608	239.446.834
Outros, eliminações e intragrupo	(199.748.992)	(109.423.852)
	<u>1.868.731.191</u>	<u>1.401.899.756</u>

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como segue:

	2008	Activo 2007 reexpresso	2007	2008	Investimento líquido 2007 reexpresso	2007
Península Ibérica	3.567.659.678	3.350.157.333	3.350.157.333	220.881.913	164.722.255	164.722.255
Europa Central	294.675.988	251.725.316	273.680.535	25.480.879	11.839.662	11.839.662
África & América	479.786.932	320.415.284	320.415.284	29.678.792	24.201.217	24.201.217
Outros, eliminações e intragrupo	(632.471.344)	(557.927.501)	(557.927.501)	(2.503.687)	-	-
	<u>3.709.651.254</u>	<u>3.364.370.432</u>	<u>3.386.325.651</u>	<u>273.537.897</u>	<u>200.763.134</u>	<u>200.763.134</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

5. Custo das mercadorias e dos subcontratos

O custo das mercadorias, das matérias consumidas e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
<i>2007</i>			
Existências iniciais	43.968.746	44.539.060	88.507.806
Varição de perímetro	(390.617)	(7.361.632)	(7.752.249)
Compras	43.547.819	258.322.772	301.870.591
Existências finais	<u>(49.433.799)</u>	<u>(42.153.300)</u>	<u>(91.587.099)</u>
	<u>37.692.149</u>	<u>253.346.900</u>	<u>291.039.049</u>
Subcontratos			<u>497.176.508</u>
Custo das mercadorias e dos subcontratos			<u><u>788.215.557</u></u>
<i>2008</i>			
Existências iniciais	49.433.799	42.153.300	91.587.099
Efeito da reexpressão	-	(559.901)	(559.901)
Existências iniciais reexpressas	49.433.799	41.221.051	90.654.850
Varição de perímetro	(12.362.801)	124.821	(12.237.980)
Compras	61.385.154	329.395.849	390.781.003
Existências finais	<u>(56.640.111)</u>	<u>(64.240.582)</u>	<u>(120.880.693)</u>
	<u>41.816.041</u>	<u>306.501.139</u>	<u>348.317.180</u>
Subcontratos			<u>662.915.399</u>
Custo das mercadorias e dos subcontratos			<u><u>1.011.232.579</u></u>

6. Fornecimento e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	2008	2007
Rendas e alugueres	106.448.843	75.217.620
Trabalhos especializados	59.887.164	36.309.599
Transportes, deslocações e estadias	36.979.537	27.636.951
Conservação e reparação	25.302.881	20.785.992
Combustíveis	17.110.128	12.204.966
Comissões e honorários	9.891.553	9.509.724
Seguros	9.236.804	9.798.875
Água e electricidade	8.745.933	7.738.659
Comunicações	7.715.349	7.168.749
Utensílios e material de escritório	6.991.794	5.475.552
Vigilância e segurança	6.389.036	3.528.310
Publicidade e propaganda	2.265.320	1.254.423
Outros fornecimentos e serviços	47.633.522	29.207.375
	<u><u>344.597.864</u></u>	<u><u>245.836.795</u></u>

Incluído na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os montantes de Euro 7.068.990 e Euro 7.206.955, respectivamente, relativos a rendas de operações de leasing operacional.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

7. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	2008	2007
Remunerações	241.650.928	204.491.294
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	1.293.217	806.192
Outros	66.636.520	51.917.211
	<u>309.580.665</u>	<u>257.214.697</u>

As responsabilidades com Planos de Pensões e Reforma encontram-se detalhadas na Nota 32.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, subsídios de refeição e doença e seguros de acidentes de trabalho.

Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o número médio de pessoal ao serviço do GRUPO pode ser analisado como segue:

	2008	2007
Administradores	154	140
Empregados	6.745	6.264
Assalariados	10.867	8.599
	<u>17.766</u>	<u>15.003</u>
Empresas nacionais	8.258	7.926
Empresas estrangeiras	3.917	3.338
Sucursais	5.591	3.739
	<u>17.766</u>	<u>15.003</u>

8. Outros proveitos / (custos) operacionais

Os outros proveitos e custos operacionais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	2008	2007
Donativos	(706.205)	(497.092)
Ganhos/(perdas) na alienação de imobilizado	6.029.560	10.754.521
Impostos	(17.362.053)	(12.048.999)
Subsídios à exploração	733.315	1.220.177
Trabalhos para a própria empresa	15.632.307	22.658.701
Outros proveitos/(custos)	(12.067.420)	(17.029.833)
	<u>(7.740.496)</u>	<u>5.057.475</u>

A variação ocorrida na rubrica “Impostos” refere-se, essencialmente, a imposto sobre o valor acrescentado (IVA) não dedutível em projectos imobiliários.

A rubrica “Trabalhos para a própria empresa” inclui, essencialmente, os valores relativos à construção de projectos imobiliários desenvolvidos pelo GRUPO.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

9. Amortizações

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	2008	2007
<i>Amortizações do exercício em imobilizado incorpóreo:</i>		
Despesas de desenvolvimento	739.790	512.667
Software e outros direitos	1.427.711	1.199.882
Licenças de exploração de concessões	1.591.000	1.591.000
	<u>3.758.501</u>	<u>3.303.549</u>
<i>Amortizações do exercício em imobilizado corpóreo:</i>		
Terrenos e edifícios	7.199.526	6.454.491
Equipamentos		
Engenharia e Construção	37.672.327	33.540.335
Ambiente e Serviços	10.994.708	10.194.537
Concessões e Transportes	39.678.643	33.898.148
Outros e eliminações	148.060	309.453
	<u>88.493.738</u>	<u>77.942.473</u>
Outras imobilizações corpóreas	4.119.129	3.271.782
	<u>99.812.393</u>	<u>87.668.746</u>
	<u>103.570.894</u>	<u>90.972.295</u>

10. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	2008	2007
Provisões (Nota 29. Provisões)		
Engenharia e Construção	5.163.117	3.597.950
Ambiente e Serviços	1.654.672	1.172.783
	<u>6.817.789</u>	<u>4.770.733</u>
Perdas de imparidade		
em existências (Nota 23. Existências)		
Engenharia e Construção	1.633.660	1.116.114
Ambiente e Serviços	284	50.376
	<u>1.633.944</u>	<u>1.166.490</u>
em clientes e outros devedores (Nota 24. Outros activos financeiros)		
Engenharia e Construção	9.204.123	5.212.336
Ambiente e Serviços	633.913	349.853
Concessões de transportes	43.465	1.658
Outros e eliminações	2.412	-
	<u>9.883.913</u>	<u>5.563.847</u>
Reversão de provisões e perdas de imparidade		
Engenharia e Construção	(3.286.155)	(1.041.100)
Ambiente e Serviços	(24.188)	(1.056.033)
Concessões de transportes	-	(67.305)
Outros e eliminações	(400)	-
	<u>(3.310.743)</u>	<u>(2.164.438)</u>
Total de provisões e perdas de imparidade	<u>15.024.903</u>	<u>9.336.632</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

11. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	2008	2007
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>		
Empréstimos e contas a receber:		
Juros obtidos	25.776.249	11.719.066
Descontos de pronto pagamento obtidos	427.299	856.944
Diferenças de câmbio favoráveis	22.676.281	17.757.557
Investimentos disponíveis para venda:		
Ganhos em dividendos de investimentos financeiros (Lusoporte e outros)	1.654.369	2.227.695
Instrumentos financeiros derivados		
Derivados taxa de juro	-	4.025.345
Outros activos e passivos financeiros		
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.423.751	7.079.218
	<u>52.957.949</u>	<u>43.665.825</u>
<i>Custos e perdas financeiras</i>		
Empréstimos e contas a pagar:		
Juros suportados	129.559.940	109.658.640
Descontos de pronto pagamento concedidos	38.710	111.839
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26.881.940	24.017.352
Perdas de imparidade em investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	1.376.010	1.280.011
Perdas em propriedades de investimentos		
Amortização de investimentos em imóveis em Angola (Nota 1-vii))	412.003	407.871
Instrumentos financeiros derivados		
Derivados taxa de juro	2.601.593	-
Outros activos e passivos financeiros		
Outros custos e perdas financeiras	21.847.011	15.643.182
	<u>182.717.207</u>	<u>151.118.895</u>

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos com garantias bancárias, com a montagem de empréstimos e diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição da rubrica “Juros suportados” pode ser analisada como segue:

	Com recurso	Sem recurso	Total
<i>2007</i>			
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5.227.499	-	5.227.499
Dívidas a instituições de crédito:			-
Empréstimos bancários	17.911.378	55.346.091	73.257.469
Descobertos bancários	3.852.268	656	3.852.924
Contas caucionadas	2.293.151	349.996	2.643.147
Outros empréstimos obtidos:			-
Emissões de papel comercial	9.878.602	-	9.878.602
Outros	537.414	-	537.414
	<u>39.700.312</u>	<u>55.696.743</u>	<u>95.397.055</u>
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	13.843.621	417.964	14.261.585
	<u>53.543.933</u>	<u>56.114.707</u>	<u>109.658.640</u>
<i>2008</i>			
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.864.577	-	6.864.577
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	19.545.540	58.945.402	78.490.942
Descobertos bancários	6.802.117	71.479	6.873.596
Contas caucionadas	3.259.969	169.486	3.429.455
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	14.307.212	-	14.307.212
Outros	961.219	-	961.219
	<u>51.740.634</u>	<u>59.186.367</u>	<u>110.927.001</u>
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	18.422.064	210.875	18.632.939
	<u>70.162.698</u>	<u>59.397.242</u>	<u>129.559.940</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os encargos financeiros capitalizados podem ser analisados como segue:

	2008	2007
Activos fixos	2.565.079	6.372.734
Existências	2.536.733	1.475.347
	<u>5.101.812</u>	<u>7.848.081</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos activos em construção acima referidos, foi utilizada uma taxa média de 6,15% e 5,45%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a sensibilidade do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	Impacto estimado	
	2008	2007
Varição nos resultados financeiros pela alteração de 1 p.p na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	20.314.457	19.155.746
Blindagem por taxa fixa	(7.202.538)	(4.985.612)
Blindagem por instrumentos derivados de taxa de juro	(4.783.965)	(5.581.987)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro:	<u>8.327.954</u>	<u>8.588.147</u>

12. Ganhos e perdas em empresas associadas

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	2008	2007
Ambilital	188.906	60.930
Asinter	241.289	170.767
Auto Sueco Angola	3.788.211	3.204.652
Cimertex Angola	-	32.232
Citруп	113.179	85.790
Civibral	784	-
Jardimaia	50.126	-
Somafel e Ferrovias, ACE	13.814	19.684
Ecoleziria	27.762	18.573
Martifer SGPS e associadas	2.789.983	9.882.782
UTE - Boqueixon	-	226.947
Paviterra	-	2.384.350
Setulset	-	22.540
Socibil	-	17.377
Soltysowska	87.472	21.841
Sonauta	-	61.031
Tersado	342.480	539.858
TMB	-	223.081
Vortal	422.078	186.487
	<u>8.066.084</u>	<u>17.158.924</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisadas como segue:

	2008	2007
Berd	112.622	-
Cimertex Angola	41.346	8.473
Hidrocontrato	5.901	-
Inovia	1.085	-
Logz	24.881	-
Nova Ponte, ACE	32.386	45.613
Obol	551.145	-
Ponte do Sado, ACE	-	25.257
RL SGPS	-	1.186.530
Tecnoceano	-	51.773
Turalgo	6.092	2.538
Vibeiras, ACE	1.364	-
	<u>776.822</u>	<u>1.320.184</u>
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	<u>7.289.262</u>	<u>15.838.740</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Ganhos / (perdas) de Capital na Martifer” inclui igualmente, via aplicação do método da equivalência patrimonial o efeito positivo decorrente do ganho obtido pela MARTIFER SGPS na venda de uma parte da participação detida na Repower Systems (Euro 15.224.301), bem como o efeito negativo decorrente da alienação das acções da EDP detidas (Euro 13.321.928).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Ganhos / (perdas) de Capital na Martifer” refere-se ao ganho obtido com a oferta pública de subscrição e consequente entrada em bolsa da então participada MARTIFER SGPS (actualmente associada).

13. Imposto sobre o rendimento

A composição dos activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada da seguinte forma:

As diferenças a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	2008	2007
Provisões não aceites fiscalmente	(44.336.812)	(47.228.786)
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	(6.244.496)	(3.480.292)
Prejuízos fiscais	(63.223.513)	(39.446.726)
Reduções de amortizações não consideradas fiscalmente	(4.164.567)	(3.201.553)
Outros	(5.220.089)	(4.228.003)
	<u>(123.189.477)</u>	<u>(97.585.360)</u>

As diferenças a acrescentar ao lucro tributável que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	2008	2007
Reavaliação de activos imobilizados	29.240.893	34.477.151
Resultados negativos em ACE	7.418.524	7.418.524
Diferimento de tributação de mais valias	1.529.897	1.601.063
Amortizações não aceites fiscalmente	5.005.889	5.043.317
Acréscimos de proveitos não tributados	891.271	12.148.471
Outros	33.310.881	9.052.941
	<u>77.397.355</u>	<u>69.741.467</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos e passivos por impostos diferidos calculados às taxas de imposto vigentes localmente ascendiam a Euro 33.375.415 e Euro 26.731.742, respectivamente

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(2007: Euro 29.987.157 e Euro 28.440.239, respectivamente), sendo o efeito na demonstração dos resultados positivo de Euro 5.096.755 (2007: efeito positivo de Euro 2.870.631).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi efectuada uma avaliação dos activos por impostos diferidos reconhecidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do GRUPO, periodicamente revistos e actualizados.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	2008	2007
Imposto corrente	38.466.932	19.130.964
Reversão líquida do reporte de prejuízos	(5.468.999)	(1.778.986)
Impostos diferidos relativos à amortização da reserva de reavaliação de imobilizações	(576.091)	(145.530)
Reversão dos impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	(1.671.544)	(2.424.880)
Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamento ou abolição de impostos	572.126	583.460
Outras diferenças não reconhecidas anteriormente como o impostos diferidos	(821.761)	895.305
Imposto diferido	(7.966.269)	(2.870.631)
Imposto do exercício	30.500.663	16.260.333
Taxa de imposto efectiva	43,4%	13,1%

A MOTA-ENGIL SGPS e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), à taxa normal de 25%. De acordo com a localização das sedes das participadas, a taxa de imposto é acrescida da Derrama à taxa máxima de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	26,5%	70.270.346	18.621.642
Resultado em associadas em equivalência patrimonial	-2,0%	(5.386.889)	(1.427.526)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-0,5%	(1.261.000)	(334.165)
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	13,7%	36.307.380	9.621.456
Reversão de reporte de prejuízos	2,4%	6.328.996	1.677.184
Dividendos não tributados	-0,6%	(1.650.843)	(437.473)
Taxas de imposto diferenciadas	-0,7%	(1.851.376)	(490.615)
Ganhos em instrumentos derivados	1,0%	2.601.593	689.422
Tributação autónoma e outros custos (que não provisões) não fiscais não reversíveis	2,8%	7.413.021	1.964.451
Outros ajustamentos	0,9%	2.325.611	616.287
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	43,4%		30.500.663

O montante dos activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais, os quais que se esperam recuperar nos próximos exercícios pode ser analisado como segue:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	2008	2007
	Montante	Montante
<i>Ano do registo:</i>		
até 2004 (inclusivé)	3.812.407	5.316.736
2005	569.033	899.613
2006	246.859	588.673
2007	2.273.850	3.696.347
2008	9.670.840	-
	<u>16.572.989</u>	<u>10.501.369</u>
<i>Ano em que expira:</i>		
2008	-	1.830.778
2009	1.004.229	642.322
2010	913.846	2.579.985
2011	2.512.305	1.086.860
2012	717.138	-
após 2012	11.425.471	4.361.424
	<u>16.572.989</u>	<u>10.501.369</u>

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos após essa data), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da GRUPO entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Conforme corroborado pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008.

14. Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL SGPS propõe à Assembleia Geral Anual a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de Euro 24.865.993:

- para reserva legal, 5% correspondentes a Euro 1.243.299 e 65 cêntimos;
- para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos o montante de Euro 700.000, correspondente a cerca de 2,8%;
- para distribuição aos accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos;
- para reservas livres, o remanescente, no valor de Euro 412.766 e 90 cêntimos.

No dia 28 de Abril de 2008 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2007 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

No dia 30 de Abril de 2007 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2006 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

15. Resultados por acção

A EMPRESA emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, warrants, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por acção básico e o cálculo do resultado por acção diluído.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias. O número médio de acções ordinárias nestes exercícios foi apenas afectado pelas variações ocorridas no número de acções próprias e que se encontram apresentadas em detalhe na Nota 25. Capital e reservas.

Para os exercícios de 2008 e 2007, o apuramento dos resultados por acção pode ser demonstrado com segue:

		2008	2007
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível ao Grupo	(I)	30.565.438	97.538.375
Número total de acções ordinárias	(II)	204.635.695	204.635.695
Número de acções próprias no final do exercício	(III)	10.636.328	9.133.745
Número médio ponderado de acções próprias	(IV)	9.846.950	8.325.667
Número de acções em circulação	(II - IV)	194.788.745	196.310.028
Resultado por acção:			
básico	(I) / (II - IV)	0,1569	0,4969
diluído	(I) / (II - IV)	0,1569	0,4969

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

16. Goodwill

A informação relativa ao goodwill, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	2008		2007	
	Goodwill bruto	Imparidades acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill líquido
Aenor	8.636.270	-	8.636.270	8.636.270
Almaque	421.292	-	421.292	421.292
Aurim ove	83.242	(33.297)	49.945	49.945
Bouncer	1.789.729	-	1.789.729	1.806.566
Corgimobil	635.615	-	635.615	635.615
Correia & Correia	969.823	(51.653)	918.170	918.170
Crespo	1.343.052	-	1.343.052	1.343.052
Ekosrodowisko	328.055	-	328.055	301.157
Grossiman	2.146.157	-	2.146.157	2.146.157
Indáqua	2.351.508	-	2.351.508	2.351.508
Indáqua Feira	78.048	-	78.048	78.048
Jardimaia	-	-	-	79.737
Lokemark	401.861	-	401.861	401.861
Lusoscut BLA	8.536.592	-	8.536.592	8.536.592
Lusoscut CP	4.998.543	-	4.998.543	4.998.543
Lusoscut GP	5.387.300	-	5.387.300	5.387.300
Manvia	651.026	(74.662)	576.364	576.364
Maprel Nelas	526.700	(210.680)	316.020	316.020
Martifer	-	-	-	870.612
MKC	271.708	-	271.708	271.708
Mota-Engil Eslováquia	100.262	-	100.262	100.262
Mota-Engil Polska	4.162.731	(928.847)	3.233.884	3.737.842
Mota-Engil S. Tomé	142.752	-	142.752	142.752
Mota-Viso	19.900	(7.960)	11.940	11.940
Multiterminal	26.455.556	-	26.455.556	26.455.556
Novaflex	422.888	-	422.888	423.388
Probigalp	1.343.312	-	1.343.312	1.343.312
Probisa	11.375	-	11.375	11.375
Qualibetão	526.637	(210.655)	315.982	315.982
Sefimota	1.148.630	-	1.148.630	823.485
Sadoport	1.585.500	(1.585.500)	-	1.583.555
Suma	8.719.508	(841.456)	7.878.052	7.876.815
Tersado	229.497	-	229.497	229.497
Tertir	73.395.103	-	73.395.103	73.395.103
Tracevia	1.908.225	-	1.908.225	-
Tratofoz	174.405	-	174.405	-
Triu	3.928.391	-	3.928.391	-
Vibeiras	189.314	-	189.314	189.314
Vortal	-	-	-	986.650
	164.020.507	(3.944.710)	160.075.797	157.753.345

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Os movimentos em goodwill verificados durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	% de aquisição	2008	2007
Goodwill no início do período		157.753.345	56.935.679
Aumentos no goodwill			
Almaque	65%	-	421.292
Crespo	50%	-	1.343.052
Ecolatlântica	100%	-	150.850
Engglobo	100%	-	153.279
Grossiman	50%	-	2.146.157
Lokemark	30%	-	401.861
Mota-Engil Eslováquia	20%	-	100.262
Mota-Engil S. Tomé	100%	-	142.752
Multiterminal	100%	-	26.455.556
Novaflex	100%	-	423.388
Probigalp	25%	-	1.343.312
Probisa	50%	-	11.375
Sadoport	10%	-	100.365
Sefimota	20%	-	823.485
Sefimota (Jeremiasova)	10%	325.145	-
Tertir	100%	-	73.395.103
Tracevia	25%	1.908.225	-
Tratofoz	100%	174.405	-
Triu	100%	3.928.391	-
Outros		2.681	-
		6.338.847	107.412.089
Perdas de Imparidade			
Sadoport		1.585.500	-
Alterações no goodwill por variação de perímetro			
Grupo Martifer (Nota 20. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial)		(870.612)	(1.540.880)
Jardimãia		(79.737)	-
Sol-S e Solsuni		-	(5.362.391)
Vortal (Nota 20. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial)		(986.650)	-
		(1.936.999)	(6.903.271)
Alterações no goodwill por actualização cambial			
Bouncer		(16.837)	56.331
Ekosrodowisko		26.899	20.792
Mota-Engil Polska		(503.958)	231.725
		(493.896)	308.848
Goodwill no final do exercício		160.075.797	157.753.345

As aquisições acima referidas foram contabilizadas pelo método da compra e tiveram numerário como contrapartida da sua aquisição. Como resultado destas aquisições, o GRUPO não alienou qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O GRUPO efectua testes anuais de imparidade do goodwill, tal como definido na alínea i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. Em 31 de Dezembro de 2008, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas foram como segue:

	Grupo Aenor	Grupo Suma	Mota-Engil Polska	Grupo Tertir
Valor líquido do goodwill	27.558.705	12.229.331	3.233.884	99.850.659
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Business plans	Projeções	Projeções	Business plans
Período utilizado	Vida útil	5 anos	5 anos	Vida útil
Taxas de crescimento dos cash-flows na perpetuidade	n.a	1%	5%	n.a
Taxa de desconto utilizada	6,5 % a 10%	7,93%	8,9%	7,5%

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em orçamentos e business plans, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais abrangem em média um período de cinco anos. As projecções de cash-flows para além dos cinco anos foram extrapolados aplicando uma taxa de crescimento fixa à perpetuidade, a qual não excede a taxa média de crescimento futura das receitas do sector onde a empresa opera.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram essencialmente: (i) a quota de mercado da participada, (ii) as perspectivas de crescimento do mercado onde a participada opera; (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da participada; (iv) o nível de investimento necessário, etc.. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em 31 de Dezembro de 2008, em resultado dos testes de imparidade efectuados, foi registada uma perda por imparidade correspondente ao valor total do Goodwill da Sadoport. Em 2007 não se verificaram quaisquer perdas por imparidade em goodwill.

As aquisições de participações financeiras ocorridas no exercício de 2008 não representaram um impacto material nos Activos, Passivos, Custos e Proveitos do GRUPO, pelo que não foram divulgadas.

O GRUPO MOTA-ENGIL não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material entre 31 de Dezembro de 2008 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

17. Imobilizado incorpóreo

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado incorpóreo por área de negócio, com referência aos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2007					
Despesas de desenvolvimento	139.989	1.424.101	711.759	-	2.275.849
Software e outros direitos	1.670.695	1.012.611	41.869	626.420	3.351.595
Licenças de exploração de concessões	-	40.440.000	-	-	40.440.000
Imobilizações em curso	377.824	301.757	120.746	-	800.327
Outras imobilizações incorpóreas	-	31.974	72.166	-	104.140
	<u>2.188.508</u>	<u>43.210.443</u>	<u>946.540</u>	<u>626.420</u>	<u>46.971.911</u>
2008					
Despesas de desenvolvimento	555.149	1.280.222	656.945	25.580	2.517.896
Software e outros direitos	1.198.054	1.048.946	39.809	456.474	2.743.283
Licenças de exploração de concessões	-	38.849.000	-	-	38.849.000
Imobilizações em curso	23.120	1.420.966	6.727	446.814	1.897.627
Outras imobilizações incorpóreas	-	-	92.920	-	92.920
	<u>1.776.323</u>	<u>42.599.134</u>	<u>796.401</u>	<u>928.868</u>	<u>46.100.726</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

A informação relativa aos valores brutos do imobilizado incorpóreo, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Imobilizações em curso	Outras imobilizações incorpóreas	Total
<i>2007</i>						
Saldo inicial	5.386.101	8.950.417	-	260.789	3.999	14.601.306
Aumentos	1.712.974	934.039	42.031.000	782.444	78.895	45.539.352
Alienações	-	(66.736)	-	(76.000)	-	(142.736)
Abates	(735.630)	(17.106)	-	(172.604)	-	(925.340)
Diferenças cambiais	(1.558)	27.038	-	21.318	-	46.798
Variação de perímetro	4.915.053	(124.733)	-	358.950	21.246	5.170.516
Transferências e outros movimentos	(257.089)	687.305	-	(374.570)	-	55.646
	11.019.851	10.390.224	42.031.000	800.327	104.140	64.345.542
<i>2008</i>						
Saldo inicial	11.019.851	10.390.224	42.031.000	800.327	104.140	64.345.542
Aumentos	669.263	1.064.241	-	1.813.436	96.915	3.643.855
Alienações	-	(117.627)	-	-	-	(117.627)
Abates	(13.265)	(7.822)	-	-	-	(21.087)
Diferenças cambiais	(23.103)	(154.204)	-	(3.966)	-	(181.273)
Variação de perímetro	646.060	(97.312)	-	(206.897)	(76.161)	265.690
Transferências e outros movimentos	174.635	45.638	-	(505.273)	(31.974)	(316.974)
	12.473.441	11.123.138	42.031.000	1.897.627	92.920	67.618.126

O montante inscrito na rubrica “Licenças de exploração de concessões” corresponde ao valor atribuído às concessões portuárias, como resultado do apuramento do justo valor dos activos e passivos adquiridos do GRUPO TERTIR e da MULTITERMINAL, aquando da imputação do custo da concentração empresarial efectuado em 2007 à luz da IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade do imobilizado incorpóreo, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Imobilizações em curso	Outras imobilizações incorpóreas	Total
<i>2007</i>						
Saldo inicial	(4.951.956)	(6.132.772)	-	-	-	(11.084.728)
Aumentos	(512.667)	(1.199.882)	(1.591.000)	-	-	(3.303.549)
Alienações	-	36.050	-	-	-	36.050
Abates	735.630	17.106	-	-	-	752.736
Reavaliações	-	(80.266)	-	-	-	(80.266)
Diferenças cambiais	431	(17.707)	-	-	-	(17.276)
Variação de perímetro	(4.254.419)	379.547	-	-	-	(3.874.872)
Transferências e outros movimentos	238.979	(40.705)	-	-	-	198.274
	(8.744.002)	(7.038.629)	(1.591.000)	-	-	(17.373.631)
<i>2008</i>						
Saldo inicial	(8.744.002)	(7.038.629)	(1.591.000)	-	-	(17.373.631)
Aumentos	(739.790)	(1.427.711)	(1.591.000)	-	-	(3.758.501)
Alienações	-	117.627	-	-	-	117.627
Abates	13.265	7.125	-	-	-	20.390
Diferenças cambiais	20.023	73.828	-	-	-	93.851
Variação de perímetro	(507.794)	26.473	-	-	-	(481.321)
Transferências e outros movimentos	2.754	(138.569)	-	-	-	(135.815)
	(9.955.544)	(8.379.856)	(3.182.000)	-	-	(21.517.400)
<i>Valor líquido</i>						
2007	2.275.849	3.351.595	40.440.000	800.327	104.140	46.971.911
2008	2.517.897	2.743.282	38.849.000	1.897.627	92.920	46.100.726

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do Imobilizado Incorpóreo é efectuada através da utilização dos *Business Plans* das respectivas empresas.

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização destes activos incorpóreos estão referidos na alínea ii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

18. Imobilizado concessionado

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado concessionado por área de negócio, com referência aos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
<i>2007</i>					
Terrenos e edifícios	-	29.587.289	23.825	-	29.611.114
Equipamentos	-	33.160.663	999.768.049	-	1.032.928.712
Imobilizações corpóreas em curso	-	22.475.852	30.724.504	-	53.200.356
Outras imobilizações corpóreas	-	8.839.518	1.096.330	-	9.935.848
	-	94.063.322	1.031.612.708	-	1.125.676.030
<i>2008</i>					
Terrenos e edifícios	-	55.230.554	18.675	-	55.249.229
Equipamentos	-	42.193.430	962.108.997	-	1.004.302.427
Imobilizações corpóreas em curso	-	5.803.102	89.964.372	-	95.767.474
Outras imobilizações corpóreas	-	7.353.962	455.778	-	7.809.740
	-	110.581.048	1.052.547.822	-	1.163.128.870

A informação relativa aos valores brutos do imobilizado corpóreo concessionado para os exercícios findos em 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
<i>2007</i>					
Saldo inicial	21.879.975	3.695.507	4.176.309	3.525	29.755.316
Aumentos	3.075.573	21.591.816	42.967.153	1.467.729	69.102.271
Alienações	-	(1.505.976)	-	(306.376)	(1.812.352)
Abates	-	(2.243.211)	(408)	(2.927)	(2.246.546)
Variação de perímetro	10.819.592	566.695.258	550.713.464	38.697.225	1.166.925.539
Transferências e outros movimentos	2.042.239	540.868.565	(544.656.163)	(105.222)	(1.850.581)
	37.817.379	1.129.101.959	53.200.355	39.753.954	1.259.873.647
<i>2008</i>					
Saldo inicial	37.817.379	1.129.101.959	53.200.355	39.753.954	1.259.873.647
Aumentos	5.154.499	8.057.526	70.378.800	1.524.722	85.115.547
Alienações	(173.237)	(593.411)	(303.817)	(1.151.045)	(2.221.510)
Abates	(83.941)	(124.680)	(0)	(1.913)	(210.534)
Variação de perímetro	(357.108)	6.386	398.630	1.708	49.616
Transferências e outros movimentos	23.097.423	8.743.270	(27.906.494)	(1.678.426)	2.255.773
	65.455.015	1.145.191.050	95.767.474	38.449.000	1.344.862.539

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade do imobilizado corpóreo concessionado para os exercícios findos em 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
<i>2007</i>					
Saldo inicial	(2.779.718)	(1.482.587)	-	(1.147)	(4.263.452)
Aumentos	(1.506.680)	(38.524.764)	-	(1.958.293)	(41.989.737)
Alienações	-	937.470	-	-	937.470
Abates	-	62.670	-	2.923	65.593
Variação de perímetro	(3.920.043)	(57.202.976)	-	(27.875.611)	(88.998.630)
Transferências e outros movimentos	176	36.939	-	14.024	51.139
	(8.206.265)	(96.173.248)	-	(29.818.104)	(134.197.617)
<i>2008</i>					
Saldo inicial	(8.206.265)	(96.173.248)	-	(29.818.104)	(134.197.617)
Aumentos	(2.113.000)	(45.305.610)	-	(2.527.475)	(49.946.085)
Alienações	-	505.456	-	1.108.771	1.614.227
Abates	59.775	75.246	-	1.638	136.659
Variação de perímetro	53.705	13.566	-	30	67.301
Transferências e outros movimentos	-	(4.034)	-	595.880	591.846
	(10.205.785)	(140.888.624)	-	(30.639.260)	(181.733.669)
<i>Valor líquido</i>					
2007	29.611.114	1.032.928.711	53.200.355	9.935.850	1.125.676.030
2008	55.249.230	1.004.302.426	95.767.474	7.809.740	1.163.128.870

Os critérios valorimétricos adoptados e as taxas de amortização utilizadas, encontram-se referidos na alínea v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

As principais concessões de auto-estradas e portuárias em funcionamento do GRUPO, suas principais características e duração encontram-se elencadas abaixo:

	Tipo	Duração sem prorrogações	Activos Reversíveis
Grupo Aenor			
Aenor	Autoestrada	2029	sim
Aenor Douro Interior	Autoestrada	2038	sim
Luso GL	Autoestrada	2036	sim
Lusoponte	Ponte	2030	sim
Lusoscut BLA	Autoestrada	2031	sim
Lusoscut CP	Autoestrada	2030	sim
Lusoscut GP	Autoestrada	2032	sim
Grupo Indaqua			
Indaqua Fafe	Água	2020	sim
Indaqua Feira	Água e saneamento	2049	sim
Indaqua Matosinhos	Água e saneamento	2032	sim
Indaqua Tirso	Água	2034	sim
Indaqua Vila do Conde	Água	2047	sim
Grupo Tertir			
Liscont	Portuária	2042	sim
Socarpor Aveiro	Portuária	2026	sim
Sotagus	Portuária	2020	sim
TCL	Portuária	2025	sim
TMB	Portuária	2020	sim
Outros			
Sadoport	Portuária	2025	sim
Tersado	Portuária	2024	sim

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do Imobilizado Concessionado é efectuada através da utilização dos *Business Plans* das respectivas empresas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

19. Imobilizado corpóreo

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado corpóreo não concessionado por área de negócio, com referência aos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
<i>2007</i>					
Terrenos e edifícios	115.416.473	78.796.267	-	21.152.064	215.364.804
Equipamentos	128.242.635	18.794.700	37.603	1.867.287	148.942.225
Imobilizações corpóreas em curso	31.627.732	7.486.093	-	214.187	39.328.012
Outras imobilizações corpóreas	4.734.032	318.340	-	920	5.053.292
	<u>280.020.872</u>	<u>105.395.400</u>	<u>37.603</u>	<u>23.234.458</u>	<u>408.688.333</u>
<i>2008</i>					
Terrenos e edifícios	141.798.729	50.227.932	-	19.827.779	211.854.440
Equipamentos	168.732.185	23.467.557	40.347	1.405.734	193.645.823
Imobilizações corpóreas em curso	34.901.887	29.804.494	-	380.133	65.086.514
Outras imobilizações corpóreas	5.067.552	616.831	-	1.127	5.685.510
	<u>350.500.353</u>	<u>104.116.814</u>	<u>40.347</u>	<u>21.614.773</u>	<u>476.272.287</u>

A informação relativa aos valores brutos de imobilizações corpóreas não concessionadas para os exercícios findos em 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
<i>2007</i>					
Saldo inicial	219.075.407	482.990.840	21.360.210	11.781.481	735.207.938
Aumentos	5.406.686	54.411.226	31.405.842	1.137.599	92.361.353
Alienações	(4.145.488)	(24.933.272)	(240.956)	(115.252)	(29.434.968)
Abates	(1.704.399)	(8.537.508)	(163.894)	(262.994)	(10.668.795)
Reavaliações	184.816	-	-	-	184.816
Diferenças cambiais	(1.934.477)	(2.644.443)	(462.210)	277.706	(4.763.424)
Variação de perímetro	49.699.809	(15.285.516)	(5.974.194)	(4.338.967)	24.101.132
Transferências e outros movimentos	(7.704.454)	10.982.292	(6.596.784)	(174.833)	(3.493.779)
	<u>258.877.900</u>	<u>496.983.619</u>	<u>39.328.014</u>	<u>8.304.740</u>	<u>803.494.273</u>
<i>2008</i>					
Saldo inicial	258.877.900	496.983.619	39.328.014	8.304.740	803.494.273
Aumentos	22.387.293	79.278.915	60.455.202	1.370.034	163.491.444
Alienações	(1.124.813)	(16.300.047)	(2.260.445)	(89.665)	(19.774.970)
Abates	(180.069)	(4.025.879)	(5.547.311)	(188.423)	(9.941.682)
Diferenças cambiais	380.928	(1.761.783)	955.293	(684.001)	(1.109.563)
Variação de perímetro	2.172.398	7.199.331	1.968.520	202.395	11.542.644
Transferências e outros movimentos	(23.453.616)	8.628.953	(29.812.758)	738.542	(43.898.879)
	<u>259.060.021</u>	<u>570.003.109</u>	<u>65.086.515</u>	<u>9.653.622</u>	<u>903.803.267</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade em imobilizado não concessionado para os exercícios findos em 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
<i>2007</i>					
Saldo inicial	(45.863.373)	(345.148.823)	-	(2.398.733)	(393.410.929)
Aumentos	(5.381.052)	(39.417.709)	-	(880.248)	(45.679.009)
Alienações	1.640.670	21.265.463	-	2.213	22.908.346
Abates	1.704.399	8.426.053	-	262.994	10.393.446
Diferenças cambiais	212.544	2.500.655	-	(77.733)	2.635.466
Variação de perímetro	1.003.197	10.502.576	-	(160.557)	11.345.216
Transferências e outros movimentos	3.170.520	(6.169.608)	-	612	(2.998.476)
	(43.513.095)	(348.041.393)	-	(3.251.452)	(394.805.940)
<i>2008</i>					
Saldo inicial	(43.513.095)	(348.041.393)	-	(3.251.452)	(394.805.940)
Aumentos	(5.086.526)	(43.188.128)	-	(1.591.654)	(49.866.308)
Alienações	617.617	13.675.668	-	3.157	14.296.442
Abates	85.755	2.287.872	-	113.427	2.487.054
Diferenças cambiais	(53.339)	1.081.577	-	253.824	1.282.062
Variação de perímetro	1.478.393	2.664.335	-	(128.419)	4.014.309
Transferências e outros movimentos	(734.384)	(4.837.216)	-	633.001	(4.938.599)
	(47.205.579)	(376.357.285)	-	(3.968.116)	(427.530.980)
<i>Valor líquido</i>					
2007	215.364.805	148.942.226	39.328.014	5.053.288	408.688.333
2008	211.854.442	193.645.824	65.086.515	5.685.506	476.272.287

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii), iv) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se registado na rubrica “Terrenos e edifícios” o montante, líquido de amortizações, de Euro 28.580.096 afecto à exploração de pedreiras. Para a obtenção do justo valor das pedreiras são tidos em consideração vários factores, nomeadamente a área licenciada, a capacidade de exploração, os custos de recuperação paisagística e o valor residual do terreno após encerramento da pedreira. Informação complementar sobre a exploração dos activos minerais do Grupo pode ser encontrada na Nota 34. Exploração de activos minerais.

Como resultado da actualização para o justo valor em 2008 das pedreiras foi registada uma diminuição no valor das mesmas de Euro 3.010.235, registada por contrapartida de rubrica de capital próprio.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente em sucursais, as seguintes imobilizações corpóreas, líquidas de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, propriedade da MOTA-ENGIL ENGENHARIA:

	31.12.08	31.12.07
Angola	78.722.875	60.924.630
Benim	205	1.175
Bulgária	-	43
Cabo Verde	1.073.900	54.097
Chade	21.189	41.807
Gana	-	38
Hungria	-	5.639
Irlanda	1.326	3.850
Malawi	13.715.998	5.276.388
Moçambique	1.091.020	2.146.634
Polónia	638.216	778.115
Roménia	295.235	88.329
S. Tomé e Príncipe	109.556	140.827
	95.669.520	69.461.572

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários (Luso-Roux) para valorizar ao justo valor os imóveis do GRUPO foi o

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.

O GRUPO, durante o exercício de 2008, procedeu à actualização das avaliações para alguns dos seus imóveis, sendo que não se verificaram variações significativas no justo valor dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, excepto para os bens adquiridos em regime de locação financeira, para os activos imobilizados afectos a concessões e para os bens penhorados referidos na Nota 31. Compromissos não existem outras imobilizações corpóreas que se encontrem penhoradas ou hipotecadas a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos.

20. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Engenharia e Construção		
Asinter	302.637	232.116
Auto Sueco Angola	6.539.757	4.876.575
Bergamon	9.350.003	4.083.909
Berd	1.267.182	-
Cimertex Angola	-	105.447
Mat-but Holding	-	7.331.455
Mamaia	2.979.725	-
Obol	21.550.744	22.500.000
Paviterra	-	3.264.281
Sonauta	-	148.618
Solty	106.453	-
Turalgo	234.666	240.759
Ambiente e Serviços		
Ambilital	1.004.799	757.975
Citrup	143.886	116.497
Ecoleziria	47.436	-
Tersado	898.653	1.180.276
TMB	-	749.624
Vortal	2.164.413	822.291
Concessões de transportes		
Ascendi	-	3.000.000
AE Perote-Banderilla	23.906.202	-
Grupo Martifer	103.358.112	104.556.316
Outras	-	114.414
	173.854.668	154.080.552

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Efeito em Resultado do Exercício	Efeito em Reservas	Transferências e variações de perímetro	Aquisições/ Alienações	Saldo final
Engenharia e Construção						
Asinter	232.116	241.289	(170.768)	-	-	302.637
Auto Sueco Angola	4.876.575	3.788.211	(2.125.029)	-	-	6.539.757
Bergamon	4.083.909	-	-	-	5.266.095	9.350.003
Berd	-	(112.622)	(106.029)	-	1.485.833	1.267.182
Cimertex Angola	105.447	(41.346)	-	(64.101)	-	-
Mat-but Holding	7.331.455	-	-	(7.331.455)	-	-
Mamaia	-	-	-	-	2.979.725	2.979.725
Obol	22.500.000	(551.145)	(398.111)	-	-	21.550.744
Paviterra	3.264.281	-	-	-	(3.264.281)	-
Sonauta	148.618	-	-	(148.618)	-	-
Soltysowska	-	87.472	-	18.981	-	106.453
Turalgo	240.759	(6.093)	-	-	-	234.666
Ambiente e Serviços						
Ambilital	757.975	188.906	57.918	-	-	1.004.799
Citrup	116.497	113.179	(85.790)	-	-	143.886
Ecolezíria	-	27.762	19.674	-	-	47.436
Tersado	1.180.276	342.480	(632.020)	7.917	-	898.653
TMB	749.624	-	-	(749.624)	-	-
Vortal	822.291	422.078	(66.606)	986.650	-	2.164.413
Concessões de transportes						
Ascendi	3.000.000	-	-	-	(3.000.000)	-
AE Perote-Banderilla	-	-	-	-	23.906.202	23.906.202
Grupo Martifer	104.556.316	2.789.983	(4.858.799)	870.612	-	103.358.112
Outras	114.414	(892)	-	(113.522)	-	-
	154.080.552	7.289.262	(8.365.560)	(6.523.160)	27.373.574	173.854.668

Em 31 de Dezembro de 2008, a principal informação financeira dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial mais relevantes é como segue:

	Activo	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Ambilital	15.087.748	3.334.327	3.297.519	626.866
Asinter	1.494.202	1.008.793	3.905.599	804.297
Auto Sueco Angola	142.447.608	25.646.094	177.470.652	14.855.723
Berd	5.234.328	5.115.248	-	(454.307)
Citrup	1.058.303	779.868	1.729.771	613.436
Martifer SGPS	1.348.500.668	273.314.673	782.873.215	7.439.955
Matbut	2.515.648	383.974	1.438.941	62.596
Obol	41.040.656	16.978.958	402.456	(2.449.535)

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos Investimentos financeiros em equivalência patrimonial é efectuado através da utilização dos *Business Plans* das respectivas empresas.

21. Investimentos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos investimentos financeiros disponíveis para venda é como segue:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	31.12.08	31.12.07
<i>Partes de capital</i>		
Ecodetra	1.153.202	1.153.202
Ersuc	554.381	-
Hidrocontrato	547.283	523.538
Iberfibran	375.000	375.000
Lusoponte (alínea x.a) i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas)	49.041.180	60.623.430
MTS	904.400	904.400
Glintt	1.024.009	2.400.019
Tirtife	900.600	900.599
TMB	939.360	-
Outros	491.497	816.284
	55.930.912	68.696.373
<i>Títulos e outras aplicações</i>	31.12.08	31.12.07
Outros	926.333	754.470
	926.333	754.470
<i>Adiantamentos e outros investimentos</i>	31.12.08	31.12.07
Autostrada Pólska	426.035	499.012
Crespo	225.000	-
Grupo Aenor	10.000.000	-
Grupo Indaqua	428.600	-
Obol	6.000.000	-
Parque Ambiental Nortinho	1.206.686	1.206.686
Plataforma Logística Guarda	5.000	-
Outros	-	5.000
	18.291.321	1.710.698
Investimentos financeiros disponíveis para venda	75.148.566	71.161.541

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda, foi o seguinte:

	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	71.161.541	89.358.210
Aquisições durante o exercício	17.379.844	3.824.156
Alienações durante o exercício	-	(7.531.891)
Aumento / (diminuição) no justo valor	(11.582.250)	1.515.994
Transferências	(434.559)	(14.724.917)
Perdas de imparidade (Nota 11)	(1.376.010)	(1.280.011)
	75.148.566	71.161.541

O valor registado em “Aumento/(diminuição) no justo valor” refere-se à actualização do valor da participação da Lusoponte. Tal como definido na alínea ix) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas, esta actualização foi feita com base numa transacção de acções sobre essa empresa, efectivada no início de 2009 entre entidades não relacionadas, sendo que a respectiva desvalorização foi registada directamente na rubrica de capital próprio “Reserva de justo valor – Investimentos disponíveis para venda”. Após tal ajustamento, o valor do investimento financeiro registado na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” continua superior ao seu custo de aquisição.

A rubrica “Aquisições durante o exercício” inclui, essencialmente, o valor do adiantamento entregue ao Millennium BCP, no âmbito do acordo alcançado em 2007 para a aquisição da participação detida por aquela instituição no GRUPO AENOR.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

22. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do GRUPO, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Saldo inicial	31.338.255	35.537.113
Aumentos	145.887	266.373
Alienações	(4.267.693)	(2.320.628)
Abates	(530.788)	-
Diferenças cambiais (propriedades localizadas em Angola)	1.185.502	(772.354)
Variação de perímetro	13.241.844	2.425.443
Transferências	231.620	(3.797.692)
Saldo final	41.344.627	31.338.255

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização das suas propriedades de investimento estão referidos na alínea vii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal e na Polónia estão registadas ao seu valor de mercado de acordo com avaliações independentes com referência a evidência no mercado de transações recentes de propriedades similares.

As propriedades de investimentos localizadas em Angola estão registadas ao seu valor de aquisição ou produção conforme referido na alínea vii) dos principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. As propriedades de investimento localizadas em Portugal e em Angola destinam-se ao arrendamento enquanto que as localizadas na Polónia se destinam à obtenção de ganhos de capital no médio e longo prazo.

As variações de perímetro no exercício de 2008, são justificadas pela aquisição da participada Kilinskigo e da imputação do justo valor dos activos e passivos identificáveis a esta rubrica.

23. Existências

A informação relativa a existências com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07 reexpresso	31.12.07
<i>Valor de balanço:</i>			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	64.240.582	41.221.051	42.153.300
Produtos e trabalhos em curso	93.670.981	54.736.128	55.108.477
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	12.283	31.636	31.636
Produtos acabados	19.706.806	19.439.297	19.439.297
Mercadorias	56.640.111	49.433.799	49.433.799
Adiantamentos por conta de compras	7.130.137	7.463.069	7.463.069
	241.400.900	172.324.980	173.629.578
<i>Perdas de imparidade acumuladas:</i>			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(3.207.019)	(566.236)	(566.236)
Produtos acabados	(3.723.163)	(2.258.704)	(2.258.704)
Mercadorias	(2.446.537)	(3.192.711)	(3.192.711)
	(9.376.719)	(6.017.651)	(6.017.651)
	232.024.181	166.307.328	167.611.927

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em existências com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	6.017.651	4.810.608
Aumento (Nota10)	1.633.944	1.166.490
Redução, transferências e variação de perímetro	1.725.124	40.553
Saldo final	9.376.719	6.017.651

24. Outros activos

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	31.12.08	Não correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07	31.12.08	Correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07
Clientes:						
Cientes, conta corrente						
Valor Bruto						
Engenharia e Construção	2.059.130	4.920.236	4.920.236	434.439.167	449.932.055	449.932.055
Ambiente e Serviços	305.082	1.995.326	1.995.326	122.363.029	103.664.494	103.664.494
Concessões de transportes	-	-	-	113.790	831.734	831.734
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	-	(4.650.530)	(4.551.432)	(4.551.432)
	2.364.212	6.915.562	6.915.562	552.265.456	549.876.851	549.876.851
Perdas de imparidade acumuladas	(400.000)	-	-	(22.803.060)	(17.902.917)	(17.902.917)
	1.964.212	6.915.562	6.915.562	529.462.396	531.973.934	531.973.934
Cientes, títulos a receber	698	-	-	3.241.570	6.991.604	6.991.604
Cientes de cobrança duvidosa						
Valor Bruto	93.768	684.148	684.148	15.901.985	15.716.257	15.716.257
Perdas de imparidade acumuladas	(75.451)	(684.148)	(684.148)	(15.160.098)	(15.338.520)	(15.338.520)
	18.317	-	-	741.887	377.737	377.737
	1.983.227	6.915.562	6.915.562	533.445.853	539.343.275	539.343.275

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	31.12.08	Não correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07	31.12.08	Correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07
Outros devedores:						
Empresas associadas, participadas e participantes						
Valor Bruto	93.888.315	87.091.236	87.091.236	12.054.497	1.714.830	1.714.830
Perdas de imparidade acumuladas	(16.696.579)	(17.206.565)	(17.206.565)	-	-	-
	77.191.736	69.884.671	69.884.671	12.054.497	1.714.830	1.714.830
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	20.450.868	14.366.527	14.366.527
Estado e outros entes públicos	-	-	-	45.889.078	42.594.450	42.594.450
Outros						
Valor Bruto	4.625.067	12.065.246	12.065.246	160.403.263	102.277.070	110.501.040
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	(18.192.551)	(39.656.650)	(39.656.650)
	4.625.067	12.065.246	12.065.246	142.210.712	62.620.420	70.844.390
	81.816.803	81.949.917	81.949.917	220.605.155	121.296.227	129.520.197

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. As perdas acumuladas de imparidade foram estimadas pelo GRUPO, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

É convicção do Conselho de Administração de que o valor pelo qual estes activos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

Em 31 de Dezembro de 2008 a antiguidade dos saldos comerciais relativos aos activos financeiros que não se encontravam em imparidade era como segue:

Antiguidade no balanço	Cientes conta correntes	Cientes títulos a receber	Cientes cobrança duvidosa	Outros devedores
<i>Valores Vencidos</i>				
] 0 ; 1] mês	91.243.032	815.994	-	18.842.201
] 1 ; 3] meses	105.968.922	361.865	-	7.224.107
] 3 ; 12] meses	84.418.964	20.540	-	12.777.910
] 1 ; 3] anos	60.856.190	-	760.204	30.398.786
Mais de 3 anos	12.287.411	4.927	-	6.842.797
	354.774.519	1.203.326	760.204	76.085.801
<i>Valores Não Vencidos</i>	176.652.089	2.038.942	-	13.160.432
Total	531.426.608	3.242.268	760.204	89.246.233
Dos quais com origem em contratos de construção (valor bruto):	311.203.813	-	7.348.172	26.133.290

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição líquida de perdas de imparidade acumuladas, do GRUPO a saldos com antiguidade superior a 1 ano resulta, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Câmaras municipais, Governos regionais, etc.), de retenções de garantias prestadas a clientes e a saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, sendo entendimento do Conselho de Administração do GRUPO que tais contas a receber não se encontram em imparidade.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que o GRUPO não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são calculados considerando a análise da antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como as condições financeiras dos devedores.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2.062.104	5.274.073
Imposto sobre o valor acrescentado	27.699.110	22.726.142
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.027	3.241
Outros impostos	17.809	-
Impostos em outros países	16.108.028	14.590.994
	45.889.078	42.594.450

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O movimento das perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber é como segue:

	2008	2007
<i>Clientes, conta corrente:</i>		
Saldo inicial	17.902.917	15.906.718
Aumento	8.381.928	2.209.500
Redução, transferências e variação de perímetro	(3.081.785)	(213.301)
Saldo final	23.203.060	17.902.917
<i>Clientes de cobrança duvidosa:</i>		
Saldo inicial	16.022.668	12.629.379
Aumento	1.162.044	3.103.176
Redução, transferências e variação de perímetro	(1.949.163)	290.113
Saldo final	15.235.549	16.022.668
<i>Outros devedores:</i>		
Saldo inicial	56.863.215	30.532.457
Aumento	339.941	251.171
Redução, transferências e variação de perímetro	(22.314.026)	26.079.587
Saldo final	34.889.130	56.863.215

Em 31 de Dezembro de 2008, a variação ocorrida na rubrica “Redução, transferências e variação de perímetro” corresponde, essencialmente, à utilização de provisões por parte da participada TERTIR.

b) Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” pode ser analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07 reexpresso	31.12.07
<i>Acréscimos de proveitos</i>			
Produção e prestação de serviços não facturadas	89.635.244	140.700.175	153.126.825
Indemnizações a receber	123.008.028	75.962.296	75.962.296
Juros a receber	11.276.222	1.337.172	1.337.172
Outros acréscimos de proveitos	17.145.665	12.550.107	12.550.107
	241.065.159	230.549.750	242.976.400
<i>Custos plurianuais</i>			
Seguros	1.831.622	1.768.518	1.768.518
Justo valor de instrumentos financeiros derivados (Nota 27. Instrumentos financeiros derivados)	-	1.365.691	1.365.691
Outros custos plurianuais	19.065.083	12.360.261	12.360.261
	20.896.705	15.494.470	15.494.470
	261.961.864	246.044.220	258.470.870

A rubrica “Indemnizações a receber” respeita aos valores a receber de reequilíbrios financeiros, os quais foram estabelecidos com o Estado Português, relativos a perdas líquidas de receitas, atrasos na construção de auto-estradas e sobreposições de traçados com outros operadores relativos a empresas do GRUPO AENOR.

A rubrica “Outros custos plurianuais” inclui fundamentalmente custos com contratos de manutenção celebrados e outros pagamentos antecipados.

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	2008	2007
Custos de construção incorridos até à data	2.913.049.805	3.098.515.204
Custos de construção incorridos no ano	655.442.753	681.275.653
Proveitos reconhecidos até à data	3.083.810.842	3.393.497.225
Proveitos reconhecidos no ano	671.331.199	745.340.514
Adiantamentos recebidos de clientes	17.110.432	90.889.268
Retenções feitas por clientes	6.127.511	12.842.976
Garantias dadas a clientes	264.744.328	197.092.513
Acréscimos de proveitos - excesso de produção sobre facturação	55.045.690	97.824.968
Proveitos diferidos - défice de produção sobre facturação	33.971.078	77.858.043

c) Caixa e seus equivalentes

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como segue:

	Sem recurso		Com recurso	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Depósitos a prazo e outros	15.260.591	17.012.672	6.818.692	9.071.978
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos à ordem	90.250.716	91.469.078	63.133.919	53.212.298
Caixa	303.107	154.808	3.702.518	2.353.450
	<u>105.814.414</u>	<u>108.636.558</u>	<u>73.655.129</u>	<u>64.637.726</u>

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo GRUPO e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. O valor por que este conjunto de activos está registado aproxima-se do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não existem restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com recurso”. Os valores da rubrica “Caixa e seus equivalentes sem recurso” dizem respeito à totalidade dos valores registados na rubrica “Caixa e equivalentes” das empresas concessionárias de auto-estradas e portuárias, a maioria das quais se encontra afectada ao serviço da dívida do exercício de 2009.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

25. Capital e reservas

O capital da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, ascende a Euro 204.635.695, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de Euro 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2008, o GRUPO detém 10.636.328 acções próprias.

Durante o exercício de 2008, as alterações no número de acções próprias podem ser resumidas como segue:

	Quantidade	Custo médio	Montante
Saldo inicial	9.133.745	1,83	16.679.167
Aumentos			
Janeiro	655.689	4,41	2.891.130
Agosto	142.894	3,66	523.673
Dezembro	704.000	2,28	1.605.112
	1.502.583	3,34	5.019.915
Saldo final	10.636.328	2,04	21.699.082

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2008 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do GRUPO, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da MOTA-ENGIL SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do GRUPO.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Reservas:

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – derivados

A reserva de justo valor - derivados reflecte as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 27. Instrumentos financeiros derivados) e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

A reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

As reservas cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Assim, as únicas reservas da MOTA-ENGIL SGPS, que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a reservas livres, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendiam a Euro 126.095.198.

26. Endividamento

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2007					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	42.500.000	18.500.000	38.500.000	-	99.500.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	84.074.393	101.439.732	69.927.497	87.268.018	342.709.640
Descobertos bancários	62.375.602	-	-	-	62.375.602
Contas caucionadas	53.210.337	600.000	-	-	53.810.337
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	-	-	179.690.078	114.950.000	294.640.078
Outros empréstimos	5.358.669	2.523.710	3.500.857	-	11.383.236
	<u>247.519.001</u>	<u>123.063.442</u>	<u>291.618.432</u>	<u>202.218.018</u>	<u>864.418.893</u>
2008					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	18.500.000	38.500.000	25.000.000	-	82.000.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	99.842.982	80.756.665	111.122.031	72.052.556	363.774.234
Descobertos bancários	132.244.992	-	-	-	132.244.992
Contas caucionadas	52.004.193	1.466.600	-	-	53.470.793
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	-	91.382.221	137.123.052	100.650.000	329.155.273
Outros empréstimos	5.980.059	9.151.312	484.356	-	15.615.727
	<u>308.572.226</u>	<u>221.256.798</u>	<u>273.729.439</u>	<u>172.702.556</u>	<u>976.261.019</u>

Embora as emissões de papel comercial tenham o seu vencimento no prazo de 1 ano, dado que as mesmas se encontram abrangidas por programas de médio e longo prazo que permitem a sua renovação, o Conselho de Administração do GRUPO, dado pretender continuar a utilizar as mesmas, registou tais dívidas no médio e longo prazo.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2007					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	33.745.157	162.530.736	74.452.323	774.001.829	1.044.730.045
Descobertos bancários	10.614	-	-	-	10.614
Contas caucionadas	6.415.000	-	-	-	6.415.000
	<u>40.170.771</u>	<u>162.530.736</u>	<u>74.452.323</u>	<u>774.001.829</u>	<u>1.051.155.659</u>
2008					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	129.342.603	69.042.102	69.743.313	783.625.870	1.051.753.888
Descobertos bancários	168.328	-	-	-	168.328
Contas caucionadas	3.262.500	-	-	-	3.262.500
	<u>132.773.431</u>	<u>69.042.102</u>	<u>69.743.313</u>	<u>783.625.870</u>	<u>1.055.184.716</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes relativos ao endividamento estão denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
2007					
Coroas Checas	-	6.277.069	-	-	6.277.069
Coroas Eslovacas	-	1.857.152	-	-	1.857.152
Dólares dos Estados Unidos	-	3.260.650	-	-	3.260.650
Euros	99.500.000	1.462.330.385	294.640.078	11.383.235	1.867.853.698
Forints Húngaros	-	19.841.826	-	-	19.841.826
Meticals da Nova Família	-	137.676	-	-	137.676
Zlotys Polacos	-	16.346.481	-	-	16.346.481
	<u>99.500.000</u>	<u>1.510.051.239</u>	<u>294.640.078</u>	<u>11.383.235</u>	<u>1.915.574.552</u>
2008					
Coroas Checas	-	8.419.642	-	-	8.419.642
Coroas Eslovacas	-	2.840.217	-	-	2.840.217
Dólares dos Estados Unidos	-	6.610.830	-	-	6.610.830
Dinar Argelino	-	152.219	-	-	152.219
Euros	82.000.000	1.539.491.525	329.155.273	15.615.082	1.966.261.880
Forints Húngaros	-	32.504.456	-	-	32.504.456
Meticals da Nova Família	-	115.688	-	-	115.688
Zlotys Polacos	-	14.540.159	-	645	14.540.804
	<u>82.000.000</u>	<u>1.604.674.735</u>	<u>329.155.273</u>	<u>15.615.727</u>	<u>2.031.445.735</u>

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO que o justo valor dos empréstimos obtidos pelo GRUPO é muito próximo do seu valor de balanço.

As taxas de juro médias suportadas nas principais rubricas do endividamento durante os exercícios de 2008 e 2007 são como segue:

	2008		2007	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6,06	[5,76 ; 6,51]	5,27	[4,77 ; 5,77]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	6,15	[3,84 ; 6,98]	5,49	[4,27 ; 6,95]
Descobertos bancários	6,11	[4,75 ; 7,19]	-	[3,92 ; 9,30]
Contas caucionadas	5,74	[4,86 ; 8,04]	-	[4,71 ; 8,53]
Outros empréstimos obtidos:				
Emissões de papel comercial	4,66	[4,48 ; 4,99]	4,62	[4,34 ; 4,89]

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial obtidos pelo GRUPO são como segue:

Tipo de emissão / Emitente	Data emissão	Indexação	Condições de reembolso	Montante
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>				
Mota-Engil SGPS	9-Dez-03	Euribor 6 meses + 1,75%	i)	17.500.000
Mota-Engil SGPS	29-Dez-04	Euribor 6 meses + 1,5%	ii)	15.000.000
Mota-Engil SGPS	30-Dez-04	Euribor 6 meses + 1,75%	iii)	15.000.000
Mota-Engil SGPS	21-Jun-05	Euribor 6 meses + 0,95%	iv)	20.000.000
Mota-Engil SGPS	23-Abr-08	Euribor 6 meses + 1,0%	v)	25.000.000
<i>Programas de papel comercial:</i>				
Mota-Engil SGPS	17-Nov-08	Euribor 3 meses + 0,5%		10.000.000
Mota-Engil SGPS	21-Nov-08	Euribor 3 meses + 0,625%		50.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	3-Dez-08	Euribor + 0,75%		25.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	13-Nov-06	Euribor 6 meses + 0,875%		15.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	5-Set-07	Euribor 6 meses + 0,485%		15.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15-Jan-07	Euribor 6 meses + 0,25%		37.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15-Jan-07	Euribor 6 meses + 0,25%		40.000.000
Mota-Engil Engenharia	16-Dez-05	Euribor 6 meses + 0,5%		25.000.000
Mota-Engil Engenharia	10-Mai-06	Euribor 6 meses + 0,625%		25.000.000
Mota-Engil Engenharia	10-Mai-06	Euribor 6 meses + 0,5%		7.500.000
Mota-Engil Engenharia	26-Jun-07	Euribor 1 ano + 0,4%		30.000.000
Mota-Engil Engenharia	23-Nov-07	Euribor + 0,4%		25.000.000
Mota-Engil Engenharia	24-Nov-08	Euribor + 0,25%		3.000.000
Tertir	3-Jul-07	Euribor 6 meses + 0,225%		25.000.000
Suma	21-Dez-07	Euribor 6 meses + 0,35%		4.000.000

i) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 9 de Junho de 2004. Reembolso em 10 semestralidades a partir do 5º cupão. Possibilidade de reembolso antecipado total ou parcial nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros por vontade da EMPRESA ou de cada um dos obrigacionistas.

ii) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 29 de Junho de 2005. Reembolso em 4 semestralidades a partir do 11ª cupão. Possibilidade de reembolso antecipado, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros por vontade da EMPRESA ou de cada um dos obrigacionistas.

iii) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 30 de Junho de 2005. Reembolso único no vencimento do contrato. Possibilidade de reembolso antecipado a partir da 6ª data de pagamento de juros por vontade de cada um dos obrigacionistas.

iv) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 21 de Dezembro de 2005. Reembolso único no vencimento do contrato. Possibilidade de reembolso antecipado por vontade de cada um dos obrigacionistas.

v) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 23 de Outubro de 2008 com reembolso único no vencimento do contrato.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

A totalidade do montante em dívida contraído em outros contratos de empréstimos de montante superior a Euro 5.000.000 pode ser analisada como segue:

Emitente	Tipo de emissão	Montante do empréstimo	Montante em dívida
<i>Outras operações:</i>			
Aenor	Empréstimos de médio e longo prazo	1.062.767.506	1.062.767.506
Ferrovias	Descobertos bancários	5.490.000	4.313.256
Indaqua	Empréstimos de médio e longo prazo	17.500.000	5.250.000
Indaqua Vila do Conde	Empréstimos de médio e longo prazo	76.500.000	3.750.000
Indaqua Feira	Empréstimos de médio e longo prazo	80.000.000	44.452.463
Indaqua Matosinhos	Empréstimos de médio e longo prazo	48.500.000	4.900.000
Indaqua Tirso	Empréstimos de médio e longo prazo	18.000.000	16.008.609
Lusoscut BLA	Empréstimos de médio e longo prazo	855.000.000	816.469.983
Lusoscut CP	Empréstimos de médio e longo prazo	351.500.000	302.580.000
Lusoscut GP	Empréstimos de médio e longo prazo	580.000.000	566.429.598
Luso Lisboa	Empréstimos de médio e longo prazo	172.700.000	96.994.709
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Empréstimos de médio e longo prazo	17.500.000	17.500.000
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Contas caucionadas	5.000.000	5.000.000
Mota-Engil Concessões de Transportes	Empréstimos de médio e longo prazo	153.211.178	129.988.178
Mota-Engil Engenharia	Descobertos bancários	99.710.000	17.818.938
Mota-Engil Engenharia	Empréstimos de médio e longo prazo	49.486.004	43.263.190
Mota-Engil Engenharia	Contas caucionadas	27.498.798	16.911.270
Mota-Engil Imobiliário e Turismo	Empréstimos de médio e longo prazo	10.000.000	4.375.000
Mota-Engil SGPS	Empréstimos de médio e longo prazo	105.000.000	29.285.714
Mota-Engil SGPS	Descobertos bancários	19.000.000	16.821.586
Mota-Engil SGPS	Conta caucionada	10.900.000	7.119.000
M-Invest	Empréstimos de médio e longo prazo	5.580.565	5.553.020
PTT	Conta caucionada	5.000.000	4.520.000
Sadomar	Empréstimos de médio e longo prazo	5.500.000	3.666.667
Sefimota	Empréstimos de médio e longo prazo	10.417.054	40.028
Sotagus	Empréstimos de médio e longo prazo	11.222.953	6.234.974
Suma	Empréstimos de médio e longo prazo	14.150.000	7.400.000
TCL	Empréstimos de médio e longo prazo	29.927.874	6.592.961
Tertir	Empréstimos de médio e longo prazo	60.000.000	60.000.000
Tertir	Descobertos bancários	20.000.000	19.419.446

Os montantes considerados em “Outros empréstimos” dizem sobretudo respeito a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (API) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento. Estes empréstimos não vencem juros.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

27. Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são os seguintes os instrumentos derivados contratados pelo GRUPO:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2008	2007
Mota-Engil SGPS	Collar	Millennium BCP	Dez-05	35.000.000	Taxa variável Euribor 6M com Cap nos 4,73% e Floor nos 2,4%	Dez-08	-	31.797
Mota-Engil SGPS	Semi Knock-out Swap	Millennium BCP	Nov-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa com Knock-out	Nov-10	(230.647)	76.551
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Nov-05	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,24%)	Nov-10	(198.491)	951.259
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,23%)	Jun-10	(212.910)	554.410
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	37.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,18%)	Jan-11	(1.106.490)	163.782
MEAS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	40.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Jan-11	(1.216.420)	154.531
MECT	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-07	50.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Dez-10	(1.580.230)	284.474
Mota-Engil Engenharia	Cap	Fortis	Jun-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun-26	17.685	-
Mota-Engil Engenharia	Collar	Fortis	Jun-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun-26	(2.073.318)	-

Os critérios de classificação e de valorização destes instrumentos encontram-se descritos na alínea ix) f) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2008 a contribuição para os capitais próprios do GRUPO do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é negativo em Euro 6.600.821.

Os instrumentos derivados, que não são considerados de cobertura de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são analisados como segue:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2008	2007
Luso Lisboa	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Jan-07	52.660.824	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,27%)	Dez-32	7.987.489	3.784.125
Lusoscut BLA	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Abr-01	197.774.477	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,62%)	Jun-11	9.805.989	6.853.835
Lusoscut CP	Colar	Millennium BCP	Ago-00	89.197.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,5%)	Jun-10	1.773.389	579.905
Lusoscut GP	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Set-02	120.760.018	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,0%)	Jun-12	4.512.437	2.316.651

A variação do justo valor destes derivados é reconhecida em resultados financeiros conforme apresentado na Nota 11. Resultados financeiros.

No exercício findo de 2008, a contribuição para o activo do Grupo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados acima referidos é nula, sendo que no exercício de 2007 a contribuição foi de Euro 3.582.495.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a contribuição para o passivo do Grupo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados acima referidos é de Euro 15.291.042 e de Euro 3.518.916, respectivamente.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo GRUPO foi efectuado pelas respectivas contrapartes.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O modelo de avaliação destes derivados utilizado pelas contrapartes baseia-se no método dos cash-flows descontados, isto é, utilizando Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas página Reuters e Bloomberg, para os prazos relevantes, são calculadas as respectivas taxas forwards e factores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos (fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, apura o VAL (Valor Actualizado Líquido).

28. Passivos comerciais e outros passivos a pagar

A informação relativa a passivos comerciais e outros passivos a pagar, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	31.12.08	Não correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07	31.12.08	Correntes 31.12.07 reexpresso	31.12.07
Fornecedores						
Engenharia e Construção	2.911.279	1.197.600	1.039.865	391.114.907	297.747.702	297.747.702
Ambiente e Serviços	-	-	-	56.367.518	37.428.578	37.428.578
Concessões de Transportes	-	-	-	4.186.722	4.737.320	4.737.320
Outros, eliminações e Intragrupo	-	-	-	(22.933.330)	(13.624.103)	(13.624.103)
	<u>2.911.279</u>	<u>1.197.600</u>	<u>1.039.865</u>	<u>428.735.817</u>	<u>326.289.497</u>	<u>326.289.497</u>
Fornecedores de imobilizado	87.393.538	39.964.805	39.964.805	56.486.231	33.921.628	33.921.628
Empresas do grupo, associadas e outros accionistas	9.349	2.099.734	2.099.734	2.388.049	125.482	125.482
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	71.267.298	51.060.654	49.471.022	88.299.193	64.824.380	64.824.380
Estado e outros entes públicos	-	-	-	36.206.580	28.111.397	28.111.397
Outros credores	67.429.658	63.023.720	61.527.611	121.756.031	150.196.542	150.196.542
	<u>226.099.843</u>	<u>156.148.913</u>	<u>153.063.172</u>	<u>305.136.084</u>	<u>277.179.429</u>	<u>277.179.429</u>
	<u>229.011.122</u>	<u>157.346.513</u>	<u>154.103.037</u>	<u>733.871.901</u>	<u>603.468.926</u>	<u>603.468.926</u>

Estes montantes dizem sobretudo respeito a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

O Conselho de Administração está convicto que o valor pelo qual estes passivos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica "Fornecedores" era como segue:

	31.12.08	31.12.07 reexpresso	31.12.07
Maturidade contratual remanescente:			
] 0 ; 1] mês	222.466.553	168.494.594	168.394.594
] 1 ; 3] meses	135.267.540	104.350.714	104.292.979
] 3 ; 12] meses	53.699.078	43.418.108	43.418.108
] 1 ; 3] anos	16.573.146	9.351.717	9.351.717
Mais de 3 anos	3.640.779	1.871.964	1.871.964
	<u>431.647.096</u>	<u>327.487.097</u>	<u>327.329.362</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o GRUPO mantinha responsabilidades com locatárias, registadas na rubrica “Fornecedores de imobilizado”, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 127.992.699 e Euro 55.197.345, respectivamente, com os seguintes prazos de vencimento:

	Rendas vincendas de contratos de leasing		Valor actual das rendas de contratos de leasing	
	2008	2007	2008	2007
1 ano	30.437.146	20.775.003	26.757.193	19.284.824
2 anos	25.025.834	18.426.294	22.283.929	17.541.552
3 anos	20.706.431	10.872.105	18.793.551	10.458.483
4 ou mais anos	51.823.288	5.123.943	46.207.929	5.019.199
	<u>127.992.699</u>	<u>55.197.345</u>	<u>114.042.602</u>	<u>52.304.058</u>
Juros incluídos nas rendas	(13.950.097)	(2.893.287)	-	-
Valor actual das rendas de contratos de leasing	<u>114.042.602</u>	<u>52.304.058</u>	<u>114.042.602</u>	<u>52.304.058</u>

É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor dos contratos de locação financeira celebrados pelo GRUPO é muito próximo do seu valor de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, os contratos de locação financeira mais significativos são como segue:

Contraente	Montante	Activo	Período do leasing	Opção de compra
CPTP	1.420.504	Equipamento portuário	8 anos	71.025
Hifer	3.024.992	Máquina atacadeira Plasser & Theurer	5 anos	1
Liscont	7.200.000	Equipamento portuário	5 anos	235.800
Mota-Engil Engenharia	2.544.452	Equipamento Diverso	4 anos	50.889
Mota-Engil Engenharia	2.341.693	Equipamento Diverso	4 anos	46.834
Mota-Engil Engenharia	2.338.274	Equipamento Diverso	4 anos	46.765
Mota-Engil Engenharia	1.666.173	Equipamento Diverso	4 anos	33.323
Mota-Engil Engenharia	1.639.666	Equipamento Diverso	4 anos	32.793
Mota-Engil Engenharia	1.555.037	Equipamento Diverso	4 anos	31.101
Mota-Engil Engenharia	1.509.970	Equipamento Diverso	4 anos	30.199
Mota-Engil Polska	1.313.662	Equipamento diverso	5 anos	197.048
Mota-Engil Polska	1.222.487	Equipamento diverso	6 anos	57.513
PTT	2.647.989	Terrenos e Construção	12 anos	1
Socarpor Aveiro	13.057.915	Terminal Sograin	12 anos	261.158
Socarpor Aveiro	3.300.000	Guindaste	12 anos	66.000
Socarpor Aveiro	1.976.000	Guindaste	8 anos	39.520
Sotagus	4.000.000	Pórtico de porto	6,75 anos	80.000
Takargo (i)	8.449.070	Locomotivas	25 anos	3.017.525
Takargo (i)	4.520.250	Vagões	25 anos	1.492.969

(i) Estão ainda previstas as utilizações futuras que a somar aos montantes em dívida acima referenciados perfazem o valor total de 60.224.151

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	15.102.587	5.970.381
Imposto sobre o valor acrescentado	2.367.389	3.017.490
Segurança social	2.870.722	3.271.807
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.473.740	1.603.188
Outros impostos	347.334	271.826
Impostos em outros países	<u>14.044.808</u>	<u>13.976.705</u>
	<u>36.206.580</u>	<u>28.111.397</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estão incluídos na rubrica “Outros credores” os montantes respeitantes a “factoring” com recurso e a letras descontadas nos montantes de Euro 68.156.036 e Euro 100.092.172, respectivamente, os quais no caso do factoring não têm uma maturidade contratual definida.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

29. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser resumida como segue:

	31.12.08	31.12.07
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	12.017.383	10.915.946
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	3.142.499	5.908.231
Selagem e monitorização de aterro	4.308.382	3.862.933
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	2.026.439	2.087.490
Processos judiciais	4.879.608	5.661.663
Garantias de qualidade	6.099	849.165
Outras contingências	4.176.851	2.441.475
	30.557.261	31.726.903

As provisões para indemnizações por rescisão de contrato de trabalho a termo e para a selagem e monitorização de aterro referem-se, essencialmente, ao SUB GRUPO SUMA.

As provisões para processos judiciais e outras contingências referem-se essencialmente ao SUB GRUPO TERTIR.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência aos mesmos exercícios é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Saldo inicial	31.726.903	24.047.700
Aumento	6.817.789	4.770.733
Variações de perímetro, reduções e transferências	(7.987.431)	2.908.470
Saldo final	30.557.261	31.726.903

A rubrica “Variações de perímetro, reduções e transferências” inclui as reversões de provisões constituídas em anos anteriores relativas a indemnizações a pagar ao pessoal.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

30. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros passivos não correntes” diz respeito a subsídios ao investimento atribuídos ao GRUPO conforme informação abaixo:

2007

Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Reconhecimento de proveitos		
			Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2007	Reconhecimento de proveito em 2006
Aenor	361.107.967	59.543.500	56.886.859	775.831	604.052
Ferrovias	7.178.819	1.134.671	559.680	58.654	58.654
Mota-Engil Engenharia	11.587.677	3.956.078	2.637.533	520.506	118.744
RTA	7.619.971	3.108.194	1.995.153	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	469.188	82.302	82.302
			62.548.413	1.545.234	971.693

2008

Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Reconhecimento de proveitos		
			Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2008	Reconhecimento de proveito em 2007
Aenor	360.183.124	59.543.500	54.906.912	1.593.161	775.831
Ferrovias	7.178.819	1.134.671	501.026	58.654	58.654
Mota-Engil Engenharia	11.587.677	3.956.078	2.192.992	444.541	520.506
RTA	7.619.971	3.108.194	1.887.212	107.941	107.941
SGA			386.886	82.302	82.302
			59.875.028	2.286.599	1.545.234

Do total de proveitos diferidos no âmbito de subsídios ao investimento recebidos o montante de Euro 1.896.197 e Euro 1.024.727, para 2008 e 2007 respectivamente, encontra-se registado na rubrica “Outros passivos correntes”, conforme se apresenta abaixo.

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	31.12.08	31.12.07
<i>Acréscimos de custos</i>		
Encargos com férias e subsídio de férias	25.843.273	23.111.415
Juros a liquidar	16.727.201	13.270.700
Trabalhos em curso não facturados por fornecedores	30.196.146	12.976.162
Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas	38.142.130	-
Outros custos por facturar nas concessões de estradas	8.136.218	-
Diferenças de câmbio	144.913	-
Outros acréscimos de custos	40.969.065	27.279.049
	160.158.946	76.637.326
<i>Proveitos diferidos</i>		
Facturação antecipada	34.959.417	79.975.091
Subsídios ao investimento	1.896.197	1.024.727
Rendas em imóveis próprios	-	1.060.827
Proveitos a reconhecer nas concessões de estradas	29.348.142	29.571.790
Outros proveitos diferidos	17.083.835	12.773.424
	83.287.591	124.405.859
	243.446.537	201.043.185

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas” corresponde aos montantes a pagar aos Agrupamentos Complementares de Empresas responsáveis pela construção das referidas auto-estradas, na sequência do reequilíbrio financeiro estabelecido entre o Grupo Aenor e o Estado Português.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

31. Compromissos

Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda eram como segue:

	31.12.08	31.12.07
Coroas Checas	6.478.315	9.654.453
Coroas Eslovacas	6.283.600	7.182.200
Novo Leu da Roménia	11.244.011	4.394.700
Dinares Argelinos	1.135.980	-
Dólares dos Estados Unidos	56.845.259	43.122.618
Escudos Cabo Verdianos	2.251.643	772.387
Euros	724.396.415	547.954.282
Forints Húngaros	32.220.101	818.011
Franco CFA	-	793.286
Kwashes do Malawi	16.767.035	2.894.843
Meticais Moçambicanos	589.139	587.544
Nuevos Soles Peruanos	6.573.764	1.491.692
Pesos Mexicanos	23.296.670	-
Rands da África do Sul	4.325.703	-
Zlotys Polacos	35.289.502	9.972.779
	<u>927.697.137</u>	<u>629.638.795</u>

O detalhe por empresas do GRUPO é como segue:

	31.12.08	31.12.07
Correia & Correia	252.090	226.960
CPTP	14.996.092	13.849.267
Ekos	68.151	73.664
EMSA	3.151	3.151
Enviroil	13.510	140.010
Ferrovias	16.165.439	16.317.709
Geogranitos	2.785.096	3.339.026
Grossiman	43.403	17.850
Grupo Aenor	79.806.061	34.518.995
Grupo Indaqua	31.200.344	13.332.395
Grupo Suma	28.881.980	5.822.092
Grupo Tertir	9.682.226	23.688.174
Hifer	63.791	63.791
Icer	-	102.286
Manvia	880.617	556.405
MESP	178.757	-
MKC	1.284.239	16.458.023
Mota-Engil Ambiente e Serviços	8.395.795	-
Mota-Engil Engenharia	619.488.105	443.089.625
Mota-Engil Magyarorszag	31.907.957	2.074.891
Mota-Engil Polska	26.331.633	10.449.115
Mota-Engil SGPS	12.270.800	10.200.000
Parquegil	3.281	-
Probigualp	-	52.810
Probisa	3.117.536	2.181.269
Qualibetão	4.897.586	5.539.217
Sadoport	1.282.570	1.282.570
Sedengil	54.857	54.857
Soprocil	10.755.165	10.945.688
Tecnocarril	17.639	17.639
Timoz	13.074	13.074
Tracevia	4.947.054	4.536.038
Translei	10.115.505	4.770.215
Vibeiras	7.793.633	5.921.989
	<u>927.697.137</u>	<u>629.638.795</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o GRUPO tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas LUSOS CUT CP, LUSOS CUT GP, LUSOS CUT BLA, LUSOPONTE e AENOR, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de “Project Finance”.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

32. Benefícios de planos de reforma

O GRUPO assumiu responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e a alguns actuais funcionários.

As políticas de contabilização destes planos adoptadas pelo GRUPO estão descritas na alínea xx) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo da MOTA-ENGIL ENGENHARIA, bem como as respectivas coberturas são como segue:

	31.12.08	31.12.07
Responsabilidades com pensionistas	3.499.149	3.411.171
Responsabilidades com actuais activos	8.119.859	6.394.048
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	12.017.383	10.915.946
% de cobertura	103,4%	111,3%

A variação ocorrida no exercício deveu-se essencialmente à actualização salarial dos colaboradores elegíveis que se encontram no activo. Estas responsabilidades resultam do último estudo actuarial disponível reportado a 31 de Dezembro de 2008 e que assume os seguintes pressupostos:

Idade de passagem à reforma	65
Taxa esperada de aumento de ordenado	3%
Taxa de desconto	3%
Tábuas de mortalidade	TV 88/99
Rendimento do Fundo	3%
Taxa de crescimento das pensões	3%
Número de pagamentos do benefício	14

33. Transacções com partes relacionadas

a) Transacções comerciais

As subsidiárias do GRUPO têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias com se de uma única empresa se tratassem.

As transacções com empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial não são eliminadas, e são nos seguintes montantes:

	2008	2007
Vendas e prestações de serviços	20.892.259	21.950.896
Custo das mercadorias vendidas	40.352.761	22.864.870
Saldos devedores	18.536.838	30.960.533
Saldos credores	18.786.416	11.688.205

Incluídos nestes montantes não existem saldos ou transacções significativos com accionistas, quer da EMPRESA, quer de qualquer uma das outras empresas do GRUPO.

A relação dos accionistas do GRUPO com participações qualificadas é como segue:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Accionistas com participações qualificadas

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr.ª Maria Manuela Vasconcelos Mota
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Mota
Eng.ª Maria Paula Vasconcelos Mota
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
QMC Development Capital Fund, Plc
Privado Holding, SGPS, SA

A lista das empresas com accionistas comuns ao Grupo é:

Empresas com accionistas comuns

Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
António de Largo Cerqueira, SA
Caves da Cerca, SA
Cerâmica de Boialvo, Lda
Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
Covelas - Energia, Lda
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA
Vallis - SGPS, SA

Por impossibilidade de determinação, desta lista encontram-se excluídas as outras empresas em que as sociedades QMC Development Capital Fund, Plc e Privado Holding, SGPS, SA também são accionistas.

Os administradores da holding do GRUPO e de cada uma das suas sub-holdings são os seguintes:

Mota-Engil, SGPS, SA

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota
Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima

Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota
Eng.º António Martinho Ferreira de Oliveira
Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo
Eng.º Fernando Alberto Fiel e Barbosa
Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Eng.º Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Eng.º Gilberto Silveira Rodrigues
Eng.º Pedro Rodrigues Martins da Costa

Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA

Dr.º Gonçalo Nuno de Andrade Moura Martins
Eng.º Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues
Eng.º Paulo Jorge Silva da Costa Nunes
Eng.º Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Eng.º Pedro José Avelar Montalvão de Santos e Silva

Mota-Engil, Concessões de Transportes, SGPS, SA

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Dr. Rafael Negrão Rossi
Eng.º Augusto José de Melo Faria de Barros
Eng.º Augusto Manuel Fontes de Carvalho
Dr. Mário Henrique de Almeida Santos David

As sociedades subsidiárias e as sociedades associadas do GRUPO encontram-se elencadas no Apêndice A deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

b) Compensações da administração e do Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 ascenderam ao montante de Euro 3.335.492 (do qual Euro 2.507.492 a título de remuneração fixa e Euro 128.000 a título de presença atribuído aos administradores não executivos) e Euro 2.366.280 (do qual Euro 1.533.830 a título de remuneração fixa e Euro 132.450 a título de presença atribuído aos administradores não executivos), respectivamente. Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas ascendeu a Euro 22.847.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Alguns membros da administração possuem planos de reforma com benefícios definidos. A informação sobre estes planos está apresentada na Nota 32. Benefícios de planos de reforma.

34. Exploração de activos minerais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais activos e passivos afectos à exploração dos activos minerais do GRUPO são como segue:

	31.12.08	31.12.07
Imobilizado:		
Terrenos em exploração	28.580.096	31.301.345
Edifícios afectos à exploração	577.837	655.577
Equipamentos afectos à exploração	9.903.735	11.335.713
Existências:		
Stock de minério	4.769.711	4.479.974
Saldos a receber:	11.651.156	10.322.412
Saldos a pagar:	11.227.479	8.021.517

A contabilização dos terrenos afectos à exploração de activos minerais é feita de acordo com os critérios descritos na alínea iv) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Durante o exercício de 2008 e 2007 os proveitos e custos operacionais do GRUPO relacionados com a exploração de activos minerais são como se apresenta abaixo.

	2008	2007
Proveitos operacionais	25.662.466	23.842.606
Custos operacionais	22.317.499	20.493.482
EBITDA	3.344.967	3.349.124
margem EBITDA	13,0%	14,0%

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Durante o exercício de 2008 e 2007, os fluxos de caixa da actividade de exploração de activos minerais são como segue:

	2008	2007
Recebimentos de clientes	24.333.722	25.310.952
Pagamentos a fornecedores	(19.111.537)	(20.927.599)
Cash-flow operacional	5.222.185	4.383.353
Aquisição de imobilizado	(4.783.513)	(2.995.814)
Alienação de imobilizado	186.205	505.821
Aquisição de pedreira na Europa Central	-	(7.331.455)
Cash-flow investimento	(4.597.308)	(9.821.448)

35. Contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional

A contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008	2007
Vendas e prestações de serviços	201.249.576	164.698.368
EBITDA	129.278.485	105.158.617
EBIT	85.399.579	68.059.102
Resultado financeiro	(63.169.327)	(55.081.330)
Resultado consolidado líquido atribuível ao Grupo:	12.746.542	8.664.988
	31.12.08	31.12.07
Activo		
Não corrente	1.132.438.476	1.089.783.010
Corrente	324.675.379	247.032.607
	1.457.113.855	1.336.815.617
Passivo		
Não corrente	1.085.651.913	1.155.901.058
Corrente	299.545.440	116.750.779
	1.385.197.353	1.272.651.838

36. Alterações de perímetro

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não ocorreram alterações ao perímetro materialmente relevantes, pelo que não são apresentados os efeitos nas principais rubricas do balanço e da demonstração dos resultados.

Durante o exercício de 2008, as aquisições de participadas mais relevantes foram as sociedades Kilinskięo, Triu e a Relevante Funęão, as alienações mais relevantes ocorreram nas participadas Paviterra e Jardimiaia, tendo ocorrido igualmente a alteração do método de consolidação na Cimertex Angola e na Sonauta, fruto de aquisições adicionais.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

37. Demonstrações financeiras dos últimos 5 exercícios

As principais grandezas das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO dos últimos 5 exercícios são as seguinte:

	2008	2007	2006	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	1.868.731.191	1.401.899.756	1.308.233.076	1.381.000.637	1.226.906.018
EBITDA	311.336.139	248.495.314	141.738.046	153.010.732	129.617.437
EBIT	192.740.342	148.186.387	84.193.679	92.691.258	70.650.472
Resultado financeiro	(129.759.258)	(107.453.070)	(36.156.993)	(29.787.743)	(28.903.000)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses minoritários	9.204.245	10.206.823	5.429.156	7.128.562	5.620.766
ao Grupo	30.565.438	97.538.375	32.205.403	30.407.389	22.069.100

	31.12.08	31.12.07 reexpresso	31.12.06	31.12.05	31.12.04
Activo					
Não corrente	2.253.100.986	2.114.522.603	758.741.749	725.005.156	566.650.628
Activos não correntes detidos para venda	29.043.672	-	-	-	-
Corrente	1.427.506.596	1.249.847.829	976.249.835	920.290.816	730.509.393
	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584	1.645.295.972	1.297.160.021
Passivo					
Não corrente	1.934.379.034	1.906.922.121	609.415.337	578.657.643	365.424.249
Corrente	1.433.955.137	1.095.720.799	821.781.450	748.484.644	677.810.581
	3.368.334.171	3.002.642.920	1.431.196.787	1.327.142.287	1.043.234.830
Capital próprio					
atribuível ao Grupo	289.021.913	315.347.369	282.946.007	273.480.095	221.144.630
atribuível a interesses minoritários	52.295.170	46.380.143	20.848.790	44.673.590	32.780.561
	341.317.083	361.727.512	303.794.797	318.153.685	253.925.191
	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584	1.645.295.972	1.297.160.021

38. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

Aquisição	2008	2007
AE- Perote-Banderilla	26.731.000	-
Aqualevel	212.000	-
Berd	297.000	594.333
Bergamon	5.266.000	4.083.909
Cerâmica de Boialvo	974.000	-
Grupo Aenor	10.000.000	-
Grupo Indaqua	428.000	-
LusoLisboa	4.428.000	-
Mamaia	2.980.000	-
Mat-But Holding	-	7.331.455
Novicer	-	184.409
Obol	6.000.000	22.500.000
SLPP	-	731.426
Salinas Village	34.000	-
Outros	575.196	615.978
	57.925.196	36.041.511

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes recebidos associados a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2008	2007
Imóveis (Edifícios e Terrenos)	1.030.000	-
Jardimaia	1	-
Obrigações do Tesouro Angolano	-	3.526.342
Portus Índico	-	14.047.905
Pavterra	4.409.067	-
Sol-S e Solsuni	-	-
Outros	12.672	-
	5.451.740	17.574.247

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

39. Impacto contabilístico resultante de fraude detectada na Hungria

Após o anúncio interno do alargamento à Hungria do projecto de homogeneização de processos e sistemas de informação do GRUPO, que estava previsto para a segunda quinzena de Novembro, um dos administradores da sociedade de direito húngaro, MOTA-ENGIL MAGYARORSZAG, subsidiária da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA, apresentou a demissão daquele cargo, o que levou a Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA a determinar a imediata realização de uma auditoria externa à situação patrimonial daquela sociedade de direito húngaro. Esta auditoria, terminada recentemente, permitiu concluir pela existência de irregularidades nas demonstrações financeiras da referida sociedade relativas a exercícios anteriores, originadas por gestão danosa e fraudulenta do quadro demissionário, e fortes indícios de omissão do dever de diligência dos demais administradores da sociedade.

O processo de averiguação permitiu identificar um impacto negativo de 6.394 milhões de forints húngaros (aproximadamente 21 milhões de Euros ao câmbio actual) na situação patrimonial da MOTA-ENGIL MAGYARORSZAG, relacionado basicamente com o valor de realização de alguns activos e com passivos não relevados contabilisticamente e respeitante a operações de exercícios anteriores.

Como consequência da matéria descrita, foi destituída a totalidade dos membros do órgão de administração da MOTA-ENGIL MAGYARORSZAG e instaurado um processo crime contra o dito quadro demissionário.

Face à materialidade dos erros detectados e à luz da IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a MOTA-ENGIL procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos e capital próprio. Uma vez que não foi possível determinar os efeitos específicos de cada um dos anos anteriores, optou-se por reexpressar o impacto total directamente no capital próprio, com referência a 1 de Janeiro de 2008. As rubricas do Balanço são apresentadas com os comparativos reexpressos com incorporação dos efeitos das correcções.

As correcções efectuadas podem ser analisadas da seguinte forma:

	Valores anteriormente reportados	Ajustamentos	Milhões de HUF Valor corrigido	Ajustamentos (Milhões de Euros ao câmbio actual)
Activos	8.320	(5.571)	2.749	(18)
Passivos	(7.638)	(823)	(8.461)	(3)
	682	(6.394)	(5.712)	(21)

40. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2008, o GRUPO decidiu classificar nesta rubrica um terreno não operacional cujo valor será recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado do mesmo.

À data deste relatório, o Conselho de Administração do GRUPO já iniciou um plano de alienação de tal imóvel, o qual é expectável que ocorra no prazo de um ano, tendo inclusive recebido algumas propostas de aquisição para o mesmo.

Adicionalmente, dado que o justo valor do terreno deduzido dos custos expectáveis com a venda é superior ao custo de aquisição do mesmo, tal imóvel encontra-se registado ao custo.

Relatório sobre as Práticas de Governo Societário

0. Declaração de cumprimento

0.1 O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento CMVM nº 1/2007 e tem por referência o “Código de Governo das Sociedades” divulgado pela CMVM no seu endereço electrónico www.cmvm.pt.

0.2 Indicação discriminada das recomendações incluídas no “Código de Governo das Sociedades” da CMVM adoptadas e não adoptadas pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
-----------------------	---------------------	---------------------------------

I. ASSEMBLEIA-GERAL

I.1 MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia-Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Cumprida	I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia-Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Cumprida	I.3

I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia-Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Cumprida	I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia-Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	Cumprida	I.5

I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Não cumprida	0.3 e I.8
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Cumprida	I.10
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Não cumprida	0.3 e I.6

I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não cumprida	0.3 e I.7
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	-----------

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
-----------------------	---------------------	---------------------------------

I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia-Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Cumprida	I.1
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-----

I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES

I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Cumprida	I.13
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	-
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	I.13

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**II.1.1 TEMAS GERAIS – .ESTRUTURA E COMPETÊNCIA**

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Cumprida	II.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Cumprida	II.4

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Não cumprida	0.3 e II.6

II.1.2 TEMAS GERAIS – INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Cumprida	II.9
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não cumprida	0.3 e II.9

II.1.3 TEMAS GERAIS – ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Cumprida	II.12
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-------

II.1.4 TEMAS GERAIS – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Cumprida	II.22
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	Cumprida	II.22

II.1.5 TEMAS GERAIS – REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da	Não Cumprida	0.3 e II.18
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	-------------

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

112

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.		
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	Não cumprida	0.3 e II.18
II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	Cumprida	I.12
II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia-Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia-Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	-
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Não cumprida	0.3 e II.20

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
-----------------------	---------------------	---------------------------------

II.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.3
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais	Cumprida	II.3
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Não aplicável	-
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	-
II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Não cumprida	0.3 e II.3

II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	II.3
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Cumprida	II.3
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias	Não aplicável	-

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

114

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		

II.4 CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Cumprida	II.14
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.14
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Cumprida	II.14
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	II.14

II.5 COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as	Não cumprida	0.3, I.12 e II.3
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	------------------

Recomendação/Capítulo	Grau de cumprimento	Descrição no presente relatório
comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.		
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Não cumprida	0.3 e II.3
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Cumprida	II.3

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Cumprida	III.12
III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Cumprida	-

0.3 Explicitação das divergências entre as práticas de governo da sociedade e as recomendações da CMVM:

1.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, os accionistas poderão votar por correspondência apenas relativamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais, pelo que esta recomendação não é cumprida. A MOTA-ENGIL entende que este é o modelo que melhor defende os interesses societários.

1.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL SGPS, SA, a cada grupo de cem acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resulte da divisão por cem do número das acções que possuam, sem qualquer limite. Embora não seja cumprida a recomendação da CMVM, a MOTA-ENGIL entende ficar assegurada a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

1.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da MOTA-ENGIL prevêem que, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em 1ª convocação, seja indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham pelo menos metade do capital. Uma vez que o art. 383.º do Código das Sociedades Comerciais é menos restritivo, esta recomendação não se encontra cumprida. A MOTA-ENGIL entende que este é o modelo que melhor defende os interesses societários.

II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Os órgãos de Administração e de Fiscalização da MOTA-ENGIL, SGPS, SA têm regulamentos internos de funcionamento, no entanto, não se encontram publicados no sítio da Internet da sociedade e não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Dos seis administradores não executivos do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, apenas dois são qualificados como administradores independentes, representando estes 15% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida esta recomendação, a MOTA-ENGIL, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração (excluindo os membros independentes) é composta por uma componente fixa e uma componente variável, em função da performance e desempenho.

II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Remunerações, ponderando a possibilidade e capacidade efectiva que os respectivos membros reúnem para, a todo o tempo do respectivo mandato, exercer de forma independente as funções que lhe estão atribuídas. A comissão definirá políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. Esta Comissão de Remunerações, cujo mandato resulta, como referido, de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas, não está obrigada a prestar informação à Assembleia Geral sobre esta matéria, cuja apreciação lhe foi delegada pela própria Assembleia Geral.

II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são objecto de divulgação apenas de forma agregada, pelo que esta recomendação não é cumprida. A Mota-Engil entende que o prejuízo na privacidade dos administradores, em consequência do cumprimento desta recomendação, não seria compensado pela mais valia para os accionistas pela informação prestada.

II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.

A MOTA-ENGIL entende que a responsabilidade pelas questões financeiras deve ser exercida pela pessoa mais indicada e da forma que melhor servir os interesses da sociedade, sendo o actual *Chief Executive Officer (CFO)*, titular do pelouro financeiro há mais de dois mandatos consecutivos, a pessoa que melhor cumpre estes requisitos. Desta forma, a MOTA-ENGIL entende que esta recomendação, que é feita independentemente de quaisquer outras circunstâncias, não permite servir da melhor forma os seus interesses. Note-se que existem diversos mecanismos de controlo da actividade da sociedade, com primazia para o Conselho Fiscal, que assegura uma fiscalização eficaz nesta e noutras áreas de actuação da sociedade.

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Não foram criadas as comissões recomendadas, pelo que esta recomendação não se encontra a ser cumprida.

II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

Apesar da Comissão de Vencimentos integrar dois elementos do Conselho de Administração não está posta em causa a sua independência.

0.4 Independência dos membros dos órgãos sociais:

Não se verificou, durante o ano de 2008, qualquer circunstância que tenha determinado a perda de independência dos dois membros considerados independentes do Conselho de Administração e da totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

I. Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral

Presidente: Dr. Luís Neiva Santos
Secretário: Dr. Rodrigo Neiva Santos

São facultados os recursos humanos e logísticos adequados às necessidades do presidente da Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente através do apoio dado pelos serviços do Gabinete Jurídico da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Este apoio é considerado adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

Estão disponíveis no sítio da Internet da Sociedade as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como um acervo das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos 3 anos.

I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

As datas de início e termo dos mandatos dos membros da Mesa da Assembleia Geral são, respectivamente, 2006 e 2009.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral

Durante o ano de 2008, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

Os estatutos da sociedade exigem que os accionistas apresentem à sociedade o documento comprovativo da titularidade das acções até quatro dias antes da data da assembleia.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral

É entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral que, em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral, a Sociedade não deve obrigar ao bloqueio das acções durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na 1ª convocatória.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto

A cada grupo de 100 acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resulte da divisão por cem do número das acções que possuam, sem qualquer limite.

I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

De acordo com o artigo 23.º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em 1ª convocação, é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham acções correspondentes a mais de cinquenta por cento do capital social.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 22.º dos estatutos da sociedade. De acordo com aquele artigo, os accionistas poderão votar por correspondência apenas relativamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direcção de Relações com o Mercado de Capitais (João Vermelho – mail: JVermelho@mota-engil.pt).

I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia-geral.

I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Até à presente data, a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.12. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Vencimentos, a qual definirá uma política de remunerações dos órgãos sociais que promovam, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. A política de remunerações, ainda que revista anualmente, não é submetida para aprovação na Assembleia Geral Anual de Accionistas da Sociedade. No entanto, está sempre presente, pelo menos, um representante da Comissão de Remunerações na Assembleia Geral Anual de Accionistas da Sociedade.

I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.15. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade

Conselho de Administração (2006-2009):

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)
Eng.º António Jorge Campos de Almeida (Vice-Presidente)⁽¹⁾
Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-Presidente)
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)
Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha (Vogal)
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal)
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)⁽²⁾

⁽¹⁾ Em Janeiro de 2009, o Eng.º António Jorge Campos de Almeida renunciou ao cargo de vice-presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Em Fevereiro de 2009, foi deliberado cooptar para vogal, e para o mandato em curso (2006-2009), o Sr. Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima.

⁽²⁾ Em Agosto de 2008, o Sr. Dr. António Manuel da Silva Vila Cova renunciou ao cargo de administrador não executivo do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

Comissão Executiva (2008-2009)

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Presidente)
Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em Janeiro de 2009, o Sr. Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves deixou de integrar a Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, mantendo-se apenas como membro não executivo do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal (2007-2010)

Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)
Dr. José Rodrigues de Jesus (Efectivo)
Eng. Manuel Teixeira Mendes (Efectivo)
Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Suplente)

Revisor Oficial de Contas (2007-2010)

António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC

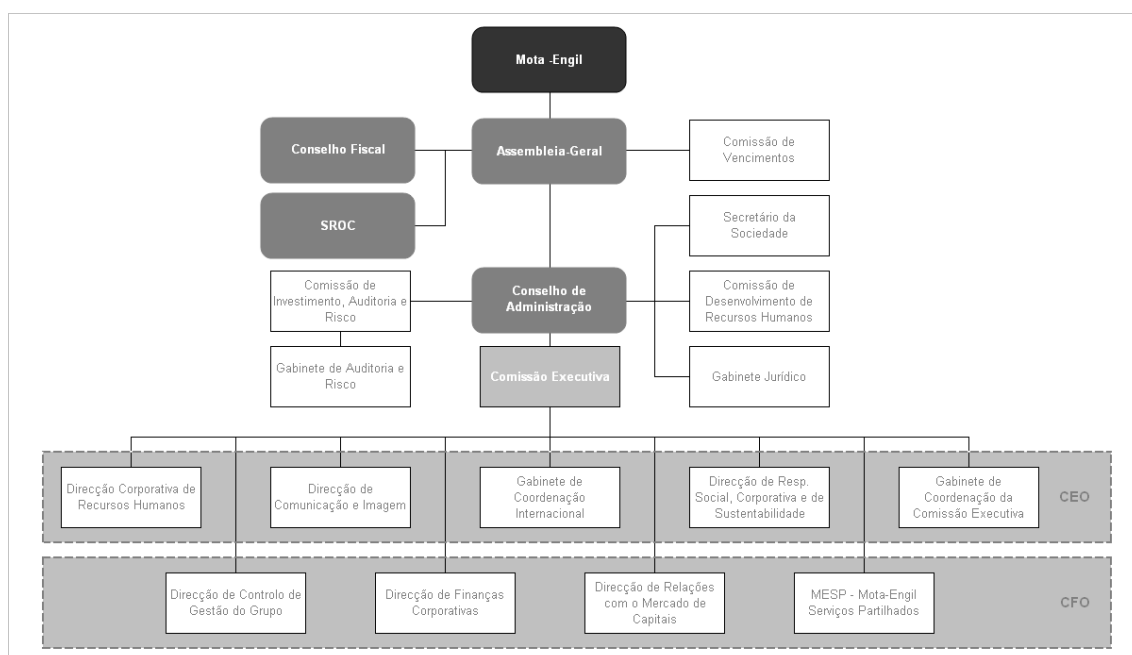
Auditor Externo Registado na CMVM

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Dr. António Amaral

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Para além das comissões referidas no ponto a seguir, não foram constituídas outras comissões com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis



Órgãos de Administração

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA tem um Conselho de Administração composto por 13 membros, um presidente, dois vice-presidentes e dez vogais. Sete dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração, e outros seis Administradores exercem funções não executivas.

À Comissão Executiva foram delegados, pelo Conselho de Administração, todos poderes relacionados com a gestão das actividades da Mota-ENGIL, SGPS, SA e de todas as participadas, na sua aceção mais estrita de tomada de opções tácticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias actividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do GRUPO em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos Administradores não executivos, que têm acesso às respectivas actas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se com uma periodicidade quinzenal, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da comissão executiva remete, em tempo oportuno, ao presidente do conselho de administração e ao presidente da conselho fiscal as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Todas as decisões respeitantes à definição da estratégia da Empresa, bem como às políticas gerais da sociedade e à estrutura empresarial do Grupo, são matéria da competência exclusiva do Conselho de Administração, não tendo a Comissão Executiva competências delegadas nesse sentido.

O Presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por Lei e pelos Estatutos.

No que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva destaca-se o seguinte:

- Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho

- Direcção Corporativa de Recursos Humanos;
- Direcção de Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Coordenação Internacional;
- Direcção de Responsabilidade Social, Corporativa e de Sustentabilidade;
- Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva.

- Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha

- Direcção de Controlo de Gestão do Grupo;
- Direcção de Finanças Corporativas;
- Direcção de Relações com o Mercado de Capitais;
- Serviços Partilhados.

- Eng^o Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

- Projecto Alta Velocidade;
- Novos Mercados Geográficos.

- Eng^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

- Desenvolvimento e Coordenação de Projectos Imobiliários no Mercado Interno e Externo.

- Eng^o Ismael Antunes Hernandez Gaspar

- Negócios Engenharia & Construção.

- Dr. Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins

- Negócios Ambiente & Serviços.

- Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves ⁽¹⁾

- Negócios Concessões e transportes.

⁽¹⁾ Em Janeiro de 2009, o Sr. Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves deixou de integrar a Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, mantendo-se apenas como membro não executivo do Conselho de Administração. A partir

dessa data o pelouro de Concessões e Transportes ficou a cargo do Sr. Dr. Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins, acumulando com o pelouro de Ambiente & Serviços.

O Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, na qualidade de presidente da Comissão Executiva, é considerado o “*Chief Executive Officer*” (CEO) da MOTA ENGIL, SGPS, SA. O Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, é considerado o “*Chief Financial Officer*” (CFO).

A MOTA-ENGIL entende que a responsabilidade pelas questões financeiras deve ser exercida pela pessoa mais indicada e da forma que melhor servir o interesse da sociedade, sendo o actual CFO, titular do pelouro financeiro há mais de dois mandatos consecutivos, a pessoa que melhor cumpre estes requisitos. Desta forma, a MOTA-ENGIL entende que a recomendação de rotação, que é feita independentemente de quaisquer outras circunstâncias, não permite servir da melhor forma os seus interesses. Note-se que existem diversos mecanismos de controlo da actividade da sociedade, com primazia para o Conselho Fiscal, que assegura uma fiscalização eficaz nesta e noutras áreas de actuação da sociedade.

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos Estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, SA é composto por 4 membros, um presidente, dois membros efectivos e um não efectivo.

Comissões Especializadas

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

A comissão eleita para o quadriénio 2006-2009 é composta pelos seguintes membros: Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Engº Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas

Comissão de Investimento, Auditoria e Risco

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não executivo, que preside, um administrador independente não executivo e o “CFO”), e poderá convidar outros responsáveis do Grupo ligados aos projectos em avaliação. Esta comissão tem como principais funções e responsabilidades apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas.

Actualmente, são membros desta comissão a Dr.^a Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (administradora não executiva) e o Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha (“CFO”). Até Agosto de 2008 fez também parte desta comissão, como membro independente, o Dr. António Manuel da Silva Vila Cova.

Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como membros permanentes um administrador da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e os Presidentes dos Conselhos de Administração das Áreas de Negócio. As principais funções desta comissão são as de monitorar os níveis de produtividade, remuneração e “igualdade de oportunidades”, avaliar os programas de captura e desenvolvimento de quadros de elevado valor, definir as orientações dos sistemas de avaliação e incentivos, planos de carreiras, plano de formação e plano de recrutamento e selecção, avaliar regularmente a motivação dos colaboradores, e definir a cultura e valores chave coordenando esforços para a sua implementação no GRUPO. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dr.^a Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, o Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, o Eng.^o Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, o Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves Parreirão, Dr. Carlos Martins, Dra. Isabel Peres.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de Governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. Na avaliação feita em 2008 ao modelo de Governo, não foram encontrados constrangimentos relevantes no modelo seguido, o qual se baseia no modelo de governo “Latino” / Clássico Reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas que não faz parte do Conselho Fiscal.

II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

O GRUPO MOTA-ENGIL encontra-se sujeito a um conjunto diversificado de riscos que podem ter um impacto negativo na sua actividade. Todos estes riscos são devidamente identificados, avaliados e monitorizados, cabendo a diferentes estruturas dentro da sociedade a sua gestão e/ou mitigação, com especial destaque para a Comissão de Investimento, Auditoria e Risco.

Âmbito do processo: São monitorizados os principais riscos a que o GRUPO está sujeito, nomeadamente riscos de mercado dos segmentos de actividade, riscos financeiros (risco de câmbio e de taxa de juro) e outros riscos de negócio (riscos operacionais, riscos de empowerment e integridade, riscos de sistemas de informação e comunicação), através dos reportes internos da Comissão de Investimento, Risco e Auditoria, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para os Serviços Jurídicos, o Controlo de Gestão, as Finanças Corporativas e o Desenvolvimento de Recursos Humanos).

Caracterização do Processo Operacional: a Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do Grupo, concretizando-se, genericamente, no seguinte conjunto cíclico sequencial de fases:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta, e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco, e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;

- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Adicionalmente, todos os investimentos ou novos negócios são analisados quanto aos riscos pelas diversas áreas corporativas sendo objecto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria Investimentos e Risco, antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

Controlo de riscos no processo de divulgação de informação financeira

Apenas um número muito restrito de colaboradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira. A este propósito, e por imposição legal (nº 6 do artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários), a MOTA-ENGIL, SGPS, SA elaborou uma lista dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. Esta lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão na referida lista; (ii) os deveres e obrigações que a lei lhes atribui; (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada.

II.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 13º e 14º dos Estatutos da Sociedade. Os estatutos não conferem poderes ao órgão de administração quanto a deliberações de aumento de capital.

II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

Tal como é referido no capítulo 0, relativamente ao não cumprimento da recomendação II.1.1.3, os órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade têm regulamentos internos de funcionamento, que não se encontram publicados no sítio da Internet da sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.7. Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos da Sociedade:

- Conselho Fiscal - Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como o suplente ou os suplentes deste (nº 2 do art. 16º dos Estatutos).

- SROC - Compete à Assembleia Geral designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 3 do art. 16º dos Estatutos).

II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa

Órgão	Nº de reuniões 2008
Conselho de Administração	9
Comissão Executiva	14
Conselho Fiscal	6
Comissão de Vencimentos	3
Comissão de Investimento, Auditoria e Risco	11
Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos	4

II.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

Administrador	Executivo / Não executivo	Independente / Não independente ⁽¹⁾
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não executivo	Não independente
António Jorge Campos de Almeida	Não executivo	Não independente
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Executivo	Não independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Executivo	Não independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não executivo	Não independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não executivo	Não independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Executivo	Não independente
Eduardo Jorge de Almeida Rocha	Executivo	Não independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não independente
Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	Executivo	Não independente
Luís Valente de Oliveira	Não executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não executivo	Independente

(1) Critério de independência avaliado de acordo com o referencial de independência estipulado no preâmbulo do Regulamento CMVM nº 1/2007, o qual faz remissão para os artigos 414.º-A e n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração era composto por 13 membros, dos quais 7 eram executivos e 6 não executivos, composição esta que a MOTA-ENGIL considera garantir efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos seis administradores não executivos, apenas dois são qualificados como administradores independentes, representando estes 15% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida a recomendação prevista no Código de Governo das Sociedades, no que respeita ao limite mínimo de administradores independentes, a MOTA-ENGIL, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

Os administradores independentes participam em todas as reuniões do Conselho de Administração, acompanhando por essa via a actividade da MOTA-ENGIL, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo MOTA-ENGIL.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta por dois administradores executivos e um administrador independente não executivo.

Caso o regime de incompatibilidades previsto no art. 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais e exclusivamente aplicável aos membros do órgão de fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, pudesse ser aplicado aos membros do Conselho de Administração, e mais concretamente aos administradores não executivos, os administradores António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier não cumpririam as regras daquele regime de incompatibilidades, por exercerem funções de administração em cinco, ou mais, sociedades. Os administradores não executivos Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves e Luís Valente de Oliveira cumpririam as regras do referido regime de incompatibilidades. Este facto não afecta, todavia, a sua independência.

II.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo do mandato

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo.

Nº de acções em 31/12/2008

4.624.617 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

António Jorge Campos de Almeida (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho de Administração da Martifer, SGPS, SA;
- Vice-Presidente da Direcção da AEPSA – Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente;
- Membro da Comissão Fixação de Vencimentos da Mota-Engil, Tecnologias de Informação, SA;
- Membro do Conselho Geral da EGP – University of Porto Business School, Associação;
- Representante da Mota-Engil no Conselho de Fundadores da Casa da Música;
- Representante da Mota-Engil no Conselho de Fundadores do Museu de Serralves;
- Sócio-Gerente da Viloura, Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Sócio-Gerente da TAUGAMA, Sociedade Imobiliária, Lda.;
- A partir de Fevereiro de 2009 deixou de exercer funções no Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA e de todas as sociedades participadas onde exercia funções.

Nº de acções em 31/12/2008

202.475 acções

1ª Designação

16 de Agosto de 1990

Termo do mandato

Em Janeiro de 2009, o Eng.º António Jorge Campos de Almeida renunciou ao cargo de vice-presidente do Conselho de Administração da Mota.Engil, SGPS, SA.

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa).

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Entre 2001 e 2006, deputado a tempo parcial e presidente da Comissão de Poder Local e Ordenamento do Território na Assembleia da República;
- Entre 2004 e 2008, membro do Conselho de Estado;

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-Presidente)

- Entre 2001 e 2008, administrador da Congetmark – Consultoria, Estudos e Management, Lda.;
- Entre 2001 e 2008, Professor Convidado e Membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) e Presidente do Conselho Consultivo da Escola de estudos Avançados das Beiras;
- Actualmente, para além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, é Administrador não executivo da Martifer, SGPS, SA.

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil, SGPS SA

1ª Designação

26 de Maio de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da MEITS - Mota-Engil, Imobiliária e Turismo, SA;
- Gerente da Mota Internacional, Lda.;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Maprel-Nelas, Indústria de Pré-fabricados em Betão, SA;
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da Paviterra, SARL;
- Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos (em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA) da Ferrovias e Construções, SA;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A.;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA;
- Actualmente, para além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO.

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil SGPS SA

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo.

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

Nº de acções em 31/12/2008

3.665.066 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo.

Nº de acções em 31/12/2008

3.736.836 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo.

Nº de acções em 31/12/2008

3.913.051 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Eduardo Jorge de Almeida Rocha (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- Curso de Pós-graduação em Gestão Financeira Internacional, pela Faculdade de Economia do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho Fiscal da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Enervia, SGPS, SA;
- Member of the Supervisory Board da sociedade de direito polaco, KPRD, SA;
- Administrador da Mota-Engil Concessões e Transportes, SGPS, SA;
- Administrador da Mota-Engil Serviços Partilhados SA;
- Administrador da Sol-S Sol Suni – Tecnologias de Informação SA;
- Administrador da Martifer, Construções Metalomecânicas SA;
- Membro do Conselho de Administração da APAF – Associação Portuguesa de Analistas Financeiros.

Eduardo Jorge de Almeida Rocha (Vogal)

- Actualmente, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil.

Nº de acções em 31/12/2008

30.000 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil (ISEL)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA (c/pelouro da Europa Central);
- Actualmente, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil.

Nº de acções em 31/12/2008

1.000 acções

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde Março de 2006 que exerce a presidência do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil.

Nº de acções em 31/12/2008

12.435 acções

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde Junho de 2003, e até 5 de Janeiro de 2009, exerceu a presidência do Conselho de Administração da Mota-Engil - Concessões de Transportes, SGPS, SA e participadas;
- Actualmente, é membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA e responsável pela coordenação da Comissão de Desenvolvimento Internacional para o mercado africano.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

134

Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal)

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil SGPS SA

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em engenharia Civil (U.O);
- Doutor em engenharia Civil;
- Professor catedrático aposentado da Faculdade de engenharia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal;
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar;
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD);
- Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP;
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC;
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA.

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil SGPS SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde 1999 e até à presente data, é consultor da comissão executiva da SonaeCom, encontrando-se encarregado de dirigir o departamento legal, o departamento fiscal, o departamento de relações públicas e o departamento de regulação;
- Desde 1985, tem exercido de forma independente funções de juriconsulto nas áreas do Direito Financeiro e do Direito Fiscal.
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA.

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil SGPS SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2009

II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo**António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CPTP – Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Almaque – Serviços Técnicos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove, Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da CPTP – Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construção, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ferrovias e Construções, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Meits – Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Tecnologia de Informações, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sol-S International, Tecnologias de Informação, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA;
- Presidente do Conselho Superior da Ascendi – Concessões de Transportes, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Vallis, SGPS, SA;
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.;
- Vogal do Conselho Administração da António de Lago Cerqueira, SA;

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

- Vogal do Conselho Administração da Auto Sueco (Angola) SARL;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sunviauto – Indústria de Componentes de Automóveis, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA;
- Presidente do Conselho de Fundadores do Centro Rodoviário Português, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Vogal da Direcção da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA.

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-Presidente)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Administrador não executivo da Martifer, SGPS, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade das Águas da Cúria.

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Gerente da Asinter – Comércio Internacional, Lda.;
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Auto-Sueco, Angola SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Largo do paço – Investimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.;
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré Fabricados, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Almaque – Serviços Técnicos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da E.A. Moreira – Agentes de Navegação, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lokemark – Soluções de Marketing, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Soprocil – Sociedade de Projectos e Construções Cíveis, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transitiber – Logística e Transporte Internacional, SA.

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil**

- Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA;
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.;
- Gerente da Ladário - Sociedade de Construção, Lda.;
- Gerente da Serra Lisa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda.;
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.;
- Gerente da Cerâmica de Boialvo, Lda.;
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.;
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.;
- Vogal do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Agrimota – Sociedade Agrícola e Florestal, S.A.

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove, Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ferrovias e Construção, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Meits – Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transitiber – Logística e Transporte Internacional, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vallis, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA;
- Membro do Conselho de Administração da SDCI – Sociedade de Distribuição e Comércio Internacional, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Supermercados Navarras, SA.
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda.;
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré-Fabricados, Lda.;

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)

- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.;
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.;
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.;
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda..

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Meits – Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Nortedomus, Sociedade Imobiliária, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Planinova, Sociedade Imobiliária, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Turalgo – Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA;
- Gerente da Calçadas do Douro – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Corgimobil – Empresa Imobiliária das Corgas, Lda.;
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Edifícios Mota-Viso – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Edipainel – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda.;
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré-Fabricados, Lda.;
- Gerente da Mil e Sessenta, Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Gerente da Motadomus, Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA;
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA;
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.;
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.;
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.;
- Gerente da Predimarão – Sociedade de Construções, Lda.;
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.;
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliárias, Lda.;
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA.

Eduardo Jorge de Almeida Rocha (Vogal)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Administração da Martifer – SGPS, SA;
- Presidente do Conselho Geral da Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e

Eduardo Jorge de Almeida Rocha (Vogal)

- Multimédia, SA, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos Mota-Engil, Tecnologias de Informação, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Intercon ACE
- Membro da Comissão de Auditoria e Risco da Mota-Engil – SGPS, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Vallis, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA.

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da EM – Edifícios Modernos, Construções, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Engil 4i – SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da EMSA–Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SEDENGIL – Sociedade Imobiliária, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDIC – Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção;
- Membro participante da Comissão Instaladora da OFP – Organização Ferroviária Portuguesa;
- Representante da Mota–Engil, Engenharia e Construção, SA na AECOPS - Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas, participando na elaboração de inquéritos sobre o Sector;
- Representante da Mota–Engil, Engenharia e Construção, SA na CCAP – Câmara de Comércio Americana em Portugal;
- Representante da Mota–Engil, Engenharia e Construção, SA na CCLH – Câmara de Comércio Luso Húngara.

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Tecnologias de Informação, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Ternor – Sociedade de Exploração de Terminais, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Tertir – Terminais de Portugal, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da TCL – Terminal de Contentores de Leixões, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil – Concessões de Transportes, SGPS, SA;

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)

- Presidente do Conselho de Administração da AENOR – Auto-Estradas do Norte, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusoscut – Auto-Estradas da Costa da Prata, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusoscut – Auto-Estradas do Grande Porto, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusolisboa – Auto – Estradas da Grande Lisboa, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Aenor Douro – Estradas do Douro Interior, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operanor – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operadora Lusoscut BLA – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operadora Lusoscut – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operadora Lusoscut GP – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operadora GL – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Operanor Douro Interior – Operação e Manutenção Rodoviária, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Concessões de Transportes, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, SA;
- Membro do Conselho de Administração da EMSA - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA;
- Membro do Conselho de Administração da SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA;
- Membro do Conselho de Administração da SADOMAR – Agência de Navegação e Trânsitos, SA;
- Membro do Conselho de Administração da MTS - Metro Transportes do Sul, SA;
- Membro do Conselho de Administração da COPEXA - Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA de C.V. (México);
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA;
- Membro do Conselho de Administração da Gestiponte – Operação e Manutenção das Travessias do Tejo, SA;
- Membro do Conselho de Administração da LOGZ – Atlantic Hub, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Lokemark - Soluções de Marketing, SA;
- Gerente da OPERPORT – Sociedade Portuguesa de Operadores Portuários, Lda.;
- Gerente da EQUIMETRAGEM – Operação e Manutenção de Infra-estruturas de Transportes, SA.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da E.A.Moreira – Agentes de Navegação, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transitiber – Logística e Transporte Internacional, S.A.
- Membro do Conselho Geral da Asterium, ACE
- Membro do Conselho Superior do Consórcio Altavia

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)

- Membro do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, S.A.
- Membro do Conselho de Supervisão da Indáqua – Indústria de Gestão de Águas, S.A.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Gerente da COGERA - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda;
- Gerente da COVELAS – Energia, Lda.

Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Desde 5 de Janeiro de 2009 que não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL.

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal;
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar;
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD);
- Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP;
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC.

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Administração da SGC Investimentos, SA;
- Vogal do Conselho de Administração da EPM, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Serralves;
- Membro do Conselho Geral do PÚBLICO, SA;
- Presidente da Assembleia Geral do Banco Santander Consumer, SA;
- Vogal Conselho Fiscal da Fundação Belmiro de Azevedo;
- Membro do Conselho de Administração da Dot One SGPS, SA;
- Presidente da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, S.

II.12. Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Critério incompatibilidade	Critério independência
Alberto João Coraceiro de Castro	Cumprido	Cumprido
José Rodrigues de Jesus	Cumprido	Cumprido
Manuel Teixeira Mendes	Cumprido	Cumprido
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Cumprido	Cumprido

II.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto;
- Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Professor na Universidade Católica Portuguesa (Porto);
- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006);
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007);
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões;
- Presidente do Conselho de Administração da Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, S.A. (2005-2008);
- Membro, não executivo, do conselho de administração da Douro Azul, SA.

Nº de acções em 31/12/2008

2.200 acções

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- Revisor Oficial de Contas.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Docente universitário;
- Revisor Oficial de Contas.

Nº de acções em 31/12/2008

Não possuía quaisquer acções da Mota-Engil SGPS SA

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

Manuel Teixeira Mendes (Efectivo)

Qualificações Profissionais

Bacharel em Eng^a Civil, Minas, Metalurgia e Administração de Empresas

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho Fiscal da Pescas Tavares Mascarenhas, SA;
- Actualmente, para além Vogal do Conselho Fiscal e membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, é Presidente do Conselho Fiscal da SUNVIAUTO – Indústria de Comp. de Automóveis, SA.

Nº de acções em 31/12/2008

26.500 acções

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

II.14. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo**Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006);
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007);
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões;
- Presidente do Conselho de Administração da Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, S.A. (2005-2008);
- Membro, não executivo, do conselho de administração da Douro Azul, SA.

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Fiscal Único nas sociedades Ambar – Ideias no Papel, S.A., Calfor - Indústrias Metálicas, S.A., Quinta de Roriz – Vinhos, S.A., Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A., Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, S.A., Quintas & Quintas – Offshore, Sistemas de Amarração, S.A., Farmácia Ribeiro, S.A., Camilo dos Santos Mota, S.A., Imoagueda, SGPS, S.A.; é membro dos Conselhos Fiscais, sem a qualidade de revisor oficial de contas de Finibanco Holding, SGPS, S.A., Finibanco, S.A., Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SAGPS, S.A., e Gérmén – Moagem de Cereais, S.A., e secretário da mesa da assembleia geral de MILLENNIUM bcp – Gestão Fundos Investimento, S.A.

Manuel Teixeira Mendes (Efectivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil**

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Presidente do Conselho Fiscal da SUNVIAUTO – Indústria de Comp. de Automóveis, SA

O relatório anual emitido pelo Conselho Fiscal sobre a actividade desenvolvida é publicado conjuntamente com o Relatório e Contas, estando disponível no sítio da Internet da MOTA-ENGIL. Quaisquer constrangimentos deparados pelo Conselho Fiscal no âmbito da sua actividade desenvolvida durante o ano são comunicados no seu relatório.

O Conselho Fiscal reúne, com a periodicidade que considera adequada, com o revisor oficial de contas e com auditor externo, acompanhando os trabalhos de revisão/auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. As decisões de escolha dos prestadores destes serviços e das respectivas remunerações são tomadas em conjunto com o Conselho de Administração.

Embora seja o Conselho Fiscal o interlocutor privilegiado nas relações com o revisor oficial de contas e com o Auditor Externo e o primeiro destinatário dos relatórios desenvolvidos por estes, o Conselho de Administração assiste estas tarefas através de algumas reuniões conjuntas entre o Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração com os auditores e revisores.

O Auditor externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente. Nunca se deu o caso de propor a sua destituição, mas é uma competência que lhe é reconhecida, ainda que não esteja formalmente prevista no seu regulamento interno.

II.15. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, discriminando-se, os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

Não aplicável.

II.16. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Não aplicável.

II.17. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Não aplicável.

II.18. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos

A actual política de remunerações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA procura promover o alinhamento dos interesses dos Administradores com os interesses da Sociedade e assenta sobretudo numa base fixa, com uma componente variável em função dos resultados da actividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Remunerações, ponderando a possibilidade e capacidade efectiva que os respectivos membros reúnem para, a todo o tempo do respectivo mandato, exercer de forma soberana as funções que lhe estão atribuídas, isto é, na definição de políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. Esta Comissão de Remunerações, cujo mandato resulta, como referido, de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas, não está obrigada a prestar, nem tem vindo prestar, informação à Assembleia Geral sobre esta matéria, cuja apreciação lhe foi delegada pela própria Assembleia Geral.

Administradores Executivos

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade obedece a um plano composto por:

- (i) uma componente fixa definida em função dos níveis de responsabilidade de cada um dos administradores executivos, revista anualmente, e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano.
- (ii) uma componente variável paga no ano seguinte, a título de prémio de performance tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos

Administradores Não Executivos

Os Administradores não executivos (excluindo os membros independentes) auferem uma remuneração fixa e regular e outra componente variável.

Dirigentes

A Comissão de Vencimentos revê anualmente a política relativamente aos Dirigentes, sendo a remuneração composta por uma componente fixa e uma componente variável, em função da performance e desempenho.

II.19. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive

A Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA é composta pelos seguintes membros:

- Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Presidente do Conselho de Administração e irmão de três membros do Conselho de Administração.

- Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Vogal do Conselho de Administração e irmã de três membros do Conselho de Administração.

- Eng.º Manuel Teixeira Mendes

Não é membro do Conselho de Administração, nem tem qualquer vínculo familiar com qualquer dos seus membros.

II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração

Em 2008, os administradores da sociedade auferiram globalmente o montante de 700 000 euros, correspondentes a cerca de 0,8% dos Resultados Líquidos de 2007, por proposta de aplicação de resultados aprovada em Assembleia Geral de Accionistas.

A remuneração total auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração, incluindo a referida no ponto anterior, foi de 3.335.492 euros, do qual o montante de 2.507.492 euros a

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

146

título de remuneração fixa, e o montante de 128.000 euros a título de senhas de presença atribuídas aos administradores independentes. Não existe diferimento do pagamento da componente variável.

	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas Presença	Total
Membros Executivos	1 151 766	361 903	-	1 513 669
Membros não Executivos	1 355 726	338 097	-	1 693 823
Membros Independentes	-	-	128 000	128 000
Total	2 507 492	700.000	128 000	3 335 492

Não existem planos de atribuição de acções ou de direitos de adquirir opções sobre acções ou de qualquer outro sistema de incentivos com acções, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remuneração descrita no ponto II.18.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remuneração descrita no ponto II.18.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remuneração descrita no ponto II.18. Não existem outros benefícios não pecuniários.

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos, relativas à cessação de funções durante o exercício.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração não são objecto de divulgação de forma individualizada. A MOTA-ENGIL entende que o prejuízo na privacidade dos administradores, que uma divulgação de forma diferente da que é seguida, não seria compensado pela mais valia na informação dada aos accionistas.

Alguns dos administradores (sócios fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, o qual permitirá aos beneficiários obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na altura da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. As responsabilidades com estas pensões encontram-se reflectidas nas contas da MOTA-ENGIL, conforme consta do respectivo anexo.

II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa

Não se encontram estabelecidas ou fixadas quaisquer indemnizações para o caso de os actuais membros dos órgãos de administração ou fiscalização cessarem as suas funções no decurso dos seus mandatos.

II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade

Foi aprovado, no final de 2008, o “Regulamento do Conselho Fiscal sobre procedimentos a adoptar em matéria de comunicação de irregularidades”, o qual foi divulgado a todo o GRUPO através de uma ordem de serviço interna.

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com a aprovação deste regulamento, pretendeu ver estimuladas as comunicações internas de práticas irregulares, de forma a prevenir ou reprimir irregularidades, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular, e dando cumprimento ao recomendado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre esta matéria.

O regulamento considera que constituem práticas irregulares todos os actos ou omissões, dolosos ou negligentes, praticados no âmbito da actividade das sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL, que possam ter reflexo nas demonstrações financeiras, ou outras, e que causem dano ao património e ao bom nome do GRUPO, nomeadamente, violação de qualquer lei, norma ou regulamento, prática de fraudes, abuso de autoridade, má gestão, desperdício de fundos, danos para a saúde e segurança dos trabalhadores e danos para o ambiente.

É garantida pelo Conselho Fiscal a confidencialidade das participações, e bem assim o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades, sem prejuízo do conhecimento por parte do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Quando os indícios de irregularidades forem comunicados por trabalhadores de empresas do GRUPO MOTA-ENGIL, estes nunca poderão ser prejudicados nos seus direitos por aquele facto. A quem denuncie indícios de práticas irregulares com manifesta falsidade ou má fé, assim como àqueles que infrinjam o dever de confidencialidade, poderão ser instaurados processos penais, bem como processos disciplinares no caso de se tratarem de trabalhadores de sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

As fases processuais do sistema de comunicação de irregularidades, da responsabilidade do Conselho Fiscal, são as seguintes:

- a) Recepção e registo;
- b) Análise preliminar e avaliação da consistência da comunicação recebida;
- c) Investigação;
- d) Relatório final, com comunicação ao Presidente do Conselho de Administração.

O processo de investigação é promovido pelo Conselho Fiscal, sendo assistido pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, que terá competência para se ocupar das questões não decisórias. A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco poderá propor a contratação de auditores externos ou outros peritos para auxiliarem na investigação, quando a especialidade das matérias em causa assim o justificarem.

Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, o Conselho Fiscal avaliará a actividade desenvolvida no ano imediatamente anterior, e proporá as alterações que considere necessárias para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de comunicação de práticas irregulares.

III. Informação

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2008, ascendia a 204.635.695 Euros, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ordinárias ao portador com valor nominal de 1 Euro cada, que, com excepção das acções próprias, conferem direito a dividendos. Encontram-se admitidas à negociação na Euronext Lisbon a totalidade das acções que compõem o capital social.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Accionistas	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	75 436 644	36,86%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30 538 198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4 624 617	2,26%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3 665 066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3 736 836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3 913 051	1,91%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	121 814 412	59,53%
Kendall II, SA	9 472 764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620 510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271 243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10 364 517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4 190 954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4 190 954	2,05%

III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas, ou categoria de accionistas, titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções

Não existem restrições de qualquer natureza quanto à transmissibilidade das acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou quanto a limitações à titularidade das acções.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Não existem quaisquer regras especiais relativas à alteração dos estatutos, para além das que resultam da aplicação do regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não se encontram previstos mecanismos para participação dos trabalhadores no capital da Mota-Engil, SGPS, SA.

III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) o anúncio de resultados; c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

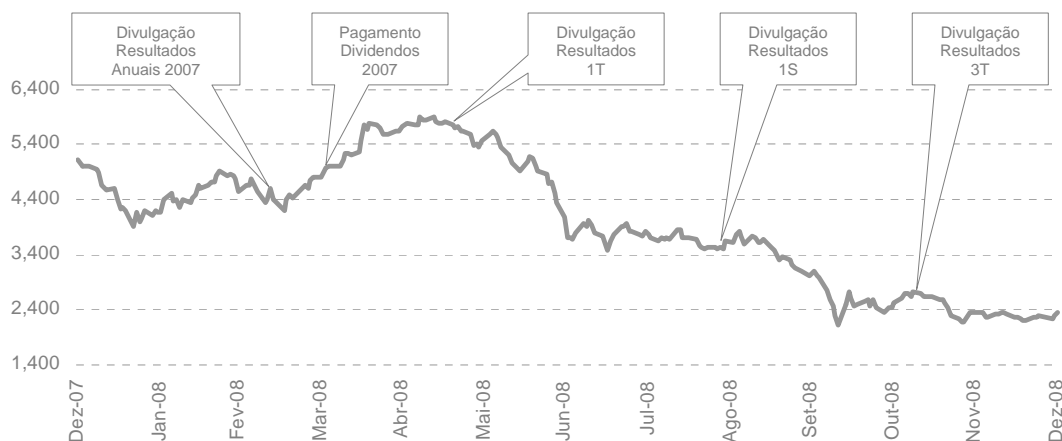
No contexto extremamente negativo e volátil que caracterizou os mercados de capitais em 2008, as principais bolsas europeias tiveram desempenhos francamente negativos, acumulando perdas médias de 40%. O índice PSI20 registou uma perda ainda mais expressiva, de cerca de 51%. Este enquadramento teve um reflexo inevitável no desempenho das acções da MOTA-ENGIL, que terminaram o ano de 2008 com uma forte desvalorização. No entanto, apresentaram nos dois semestres do ano um comportamento antagónico, sucedendo a uma forte valorização ocorrida em grande parte do primeiro semestre, uma desvalorização acentuada no segundo semestre. De facto, em 2008, depois ter sido atingido, em Maio, o máximo de capitalização bolsista do ano, 1.047 milhões de euros, assistiu-se a uma queda acentuada no final do primeiro semestre, tendo a capitalização bolsista da empresa atingido o seu mínimo de 435 milhões de euros, em Outubro, em pleno auge da crise nos mercados financeiros.

A análise do comportamento anual do título pode ser analisada como segue:

	1º semestre 2008	2º semestre 2008	Performance total 2008	1º semestre 2007	2º semestre 2007	Performance total 2007
Acção Mota-Engil	-28%	-26%	-54%	38%	-39%	-1%
PSI-20	-35%	-16%	-51%	20%	-3%	17%
EURONEXT 100	-23%	-22%	-45%	9%	-7%	2%

A evolução da cotação pode ser analisada no gráfico seguinte:

Evolução da Cotação das acções da Mota-Engil



Fonte: Euronext

Com excepção das acções próprias, todas as acções que compõem o capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA conferem direito a dividendos. Em 28 de Abril de 2008 foi colocado à disposição dos accionistas o dividendo relativo ao exercício de 2007, com um valor líquido por acção de 0,088 Euros.

Durante 2008 não foram emitidas acções ou outros valores mobiliários que tivessem dado direito à subscrição ou aquisição de acções.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios

A política de dividendos adoptada pela sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, geralmente, um "Pay-Out Ratio" mínimo de 50% e máximo de 75%, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via. Nos últimos 3 exercícios o dividendo líquido por acção ascendeu em 2005 a 10 cêntimos, em 2006 a 11 cêntimos e em 2007 a 11 cêntimos.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos realizados entre membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que, fazendo parte da actividade corrente, foram realizados em condições normais de mercado.

III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) funções do Gabinete; b) tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) vias de acesso ao Gabinete; d) sítio da sociedade na Internet; e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direcção de Relações com o Mercado, que disponibiliza informação actualizada relevante e fidedigna, além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do GRUPO, com o objectivo de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação ao GRUPO.

A Direcção de Relações com o Mercado, em articulação com o Controlo de Gestão do grupo, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as actividades do GRUPO, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na página de internet da MOTA-ENGIL (www.mota-engil.pt).

O representante para as Relações com o Mercado é o Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha, cujos contactos são:

Eduardo Rocha
Edifício Mota
Rua do Rego Lameiro, N.º38
4300-454 Porto
Tel: +351 225 190 300
Fax: +351 225 190 303
e-mail: erocha@mota-engil.pt

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

152

O responsável pela Direcção de Relações com o Mercado é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho
Rua Mário Dionísio nº2
2796-957 Linda-a-Velha
Tel: 351 214 158 200
Fax: +351 214 158 688
e-mail: jvermelho@mota-engil.pt

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com a empresa através do seu Representante para as Relações com o Mercado.

III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas

Durante o exercício de 2008, a remuneração anual paga pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA e por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, aos Auditores Externos da Sociedade (Deloitte & Associados, SROC, SA), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 1.053.510 Euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

Natureza do Serviço	Valor	%
Auditoria e revisão legal de contas	703 537	67%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Consultoria fiscal	27 262	3%
Outros serviços	322 711	30%
TOTAL	1 053 510	100%

Os “Outros serviços” do quadro acima referem-se essencialmente a serviços de consultoria na área de *corporate finance* prestados às empresas concessionárias de transportes (104.000 euros) e a serviços prestados na área de sistemas de informação (142.000 euros).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada. Em 2008, os honorários pagos pela Mota-Engil, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a MOTA-ENGIL. Adicionalmente, é obtida uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais do IFAC (International Federation of Accountants) em matéria de independência do auditor.

Anexos

Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 27 de Março de 2009

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)*

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr.ª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (Chief Financial Officer)*

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

154

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Artigo 447.º do CSC e Artigo 14.º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008

Divulgação de acções e outros título detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e o n.º 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008:

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Dia	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL,SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Ct.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Ct.	%	Ct.	%	Ct.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.), CÔNJUGE												
Saldo Inicial		4 272 617				2,09%	1 166	16,7%	517 500	8,6%	19 115	38,2%
	07-01-2008	50 000	4,94	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	09-01-2008	100 000	4,68	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	21-01-2008	102 000	3,97	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	01-07-2008	100 000	3,70	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		4 624 617				2,26%	1 166	16,7%	517 500	8,6%	19 115	38,2%
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial		3 661 841		(*)		1,79%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
		3 225				-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		3 665 066				1,79%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial												
Saldo Final		3 736 836				1,83%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial												
Saldo Final		3 913 051				1,91%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial	30-01-2008	201 475				0,10%	-	-	-	-	-	-
		1 000		Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		202 475				0,10%	-	-	-	-	-	-
EDUARDO JORGE DE ALMEIDA ROCHA (DR.)												
Saldo Inicial		20 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
	03-01-2008	1 762	4,99	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	04-01-2008	8 238	5,04	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		30 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial		25 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
	14-04-2008	1 000	5,30	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	11-12-2008	500	2,45	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		26 500				0,01%	-	-	-	-	-	-
GONÇALO NUNO GOMES DE ANDRADE MOURA MARTINS (DR.)												
Saldo Inicial		-					-	-	-	-	-	-
	28-03-2008	12 435	-	(**)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		12 435				0,01%	-	-	-	-	-	-
ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (ENG.)												
Saldo Inicial	28-03-2008	-					-	-	-	-	-	-
		1 000	-	(**)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		1 000				0,00%	-	-	-	-	-	-
ALBERTO JOÃO CORACEIRO DE CASTRO (PROF. DR.)												
Saldo Inicial		1 000				0,00%	-	-	-	-	-	-
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA												
Saldo Inicial		30 538 198				14,92%	-	-	-	-	-	-
FM - SOC. DE CONTROLO, SGPS, SA												
Saldo Final		-				-	-	-	4 200 000	70,0%	-	-

(*) Aquisição por herança de 3.225 acções pelo Sr. Eng. José Carlos Mendes dos Santos, cônjuge da administradora Sra. Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

(**) Membro do Conselho de Administração a partir do dia 28-03-2008

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2008

27 DE MARÇO DE 2009

156

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Dia	Detendo acções de										
		MOTA-ENGL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	Saldo Inicial	67 921 887				33,19%	5 100	51,0%	-	-	-	-
	02-01-2008	8 000	5,03	Compra	Bolsa		-		-		-	
	08-01-2008	62 765	4,91	Compra	Bolsa		-		-		-	
	09-01-2008	271 710	4,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
	10-01-2008	349 000	4,63	Compra	Bolsa		-		-		-	
	11-01-2008	199 000	4,47	Compra	Bolsa		-		-		-	
	15-01-2008	40 000	4,40	Compra	Bolsa		-		-		-	
	18-01-2008	100 000	4,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
	21-01-2008	83 858	3,94	Compra	Bolsa		-		-		-	
	23-01-2008	240 000	4,01	Compra	Bolsa		-		-		-	
	27-06-2008	55 000	4,27	Compra	Bolsa		-		-		-	
	30-06-2008	165 504	4,09	Compra	Bolsa		-		-		-	
	01-07-2008	59 452	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
	02-07-2008	50 000	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
	11-07-2008	7 825	3,80	Compra	Bolsa		-		-		-	
	16-07-2008	60 500	3,44	Compra	Bolsa		-		-		-	
	17-07-2008	14 938	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
	17-07-2008	-14 212	3,70	Venda	Bolsa		-		-		-	
	18-07-2008	10 000	3,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
	18-07-2008	-5 000	3,77	Venda	Bolsa		-		-		-	
	21-07-2008	-15 000	3,88	Venda	Bolsa		-		-		-	
	24-07-2008	59 164	3,84	Compra	Bolsa		-		-		-	
	25-07-2008	35 938	3,82	Compra	Bolsa		-		-		-	
	28-07-2008	111 496	3,77	Compra	Bolsa		-		-		-	
	29-07-2008	30 473	3,68	Compra	Bolsa		-		-		-	
	30-07-2008	35 000	3,78	Compra	Bolsa		-		-		-	
	31-07-2008	210 000	3,77	Compra	Bolsa		-		-		-	
	01-08-2008	7 000	3,69	Compra	Bolsa		-		-		-	
	04-08-2008	25 000	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
	05-08-2008	5 359	3,68	Compra	Bolsa		-		-		-	
	06-08-2008	35 000	3,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
	07-08-2008	210 000	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
	13-08-2008	141 169	3,69	Compra	Bolsa		-		-		-	
	14-08-2008	34 650	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
	15-08-2008	58 611	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
	18-08-2008	67 978	3,66	Compra	Bolsa		-		-		-	
	19-08-2008	276 922	3,57	Compra	Bolsa		-		-		-	
	20-08-2008	91 402	3,49	Compra	Bolsa		-		-		-	
	25-08-2008	30 000	3,48	Compra	Bolsa		-		-		-	
	27-08-2008	68 000	3,53	Compra	Bolsa		-		-		-	
	28-08-2008	617 998	3,50	Compra	Bolsa		-		-		-	
	05-09-2008	10 000	3,59	Compra	Bolsa		-		-		-	
	11-09-2008	10 519	3,57	Compra	Bolsa		-		-		-	
	12-09-2008	25 404	3,66	Compra	Bolsa		-		-		-	
	15-09-2008	26 196	3,53	Compra	Bolsa		-		-		-	
	16-09-2008	32 122	3,49	Compra	Bolsa		-		-		-	
	17-09-2008	141 420	3,41	Compra	Bolsa		-		-		-	
	18-09-2008	174 821	3,24	Compra	Bolsa		-		-		-	
	19-09-2008	51 859	3,41	Compra	Bolsa		-		-		-	
	23-09-2008	12 573	3,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
	24-09-2008	100 000	3,21	Compra	Bolsa		-		-		-	
	25-09-2008	9 006	3,09	Compra	Bolsa		-		-		-	
	29-09-2008	58 565	3,02	Compra	Bolsa		-		-		-	
	30-09-2008	3 600	3,00	Compra	Bolsa		-		-		-	
	03-10-2008	243 155	3,00	Compra	Bolsa		-		-		-	
	07-10-2008	25 478	2,58	Compra	Bolsa		-		-		-	
	09-10-2008	71 459	2,35	Compra	Bolsa		-		-		-	
	10-10-2008	120 000	2,13	Compra	Bolsa		-		-		-	
	28-10-2008	25 000	2,39	Compra	Bolsa		-		-		-	
	03-11-2008	10 000	2,60	Compra	Bolsa		-		-		-	
	04-11-2008	10 000	2,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
	06-11-2008	10 047	2,59	Compra	Bolsa		-		-		-	
	12-11-2008	8 860	2,63	Compra	Bolsa		-		-		-	
	21-11-2008	20 000	2,29	Compra	Bolsa		-		-		-	
	24-11-2008	13 967	2,24	Compra	Bolsa		-		-		-	
	25-11-2008	4 292	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
	26-11-2008	52 459	2,15	Compra	Bolsa		-		-		-	
	02-12-2008	6 000	2,34	Compra	Bolsa		-		-		-	
	04-12-2008	178 235	2,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
	05-12-2008	988 064	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	09-12-2008	300	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	10-12-2008	9 268	2,31	Compra	Bolsa		-		-		-	
	11-12-2008	74 427	2,33	Compra	Bolsa		-		-		-	
	15-12-2008	202 015	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	16-12-2008	61 358	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	17-12-2008	501 869	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	18-12-2008	239 736	2,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
	19-12-2008	78 734	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
	22-12-2008	284	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
	23-12-2008	9 165	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
	Saldo Final	75 436 644				36,86%	5 100	51,0%	-	-	-	-

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.502.583 acções próprias durante o exercício de 2008, detendo, em 31 de Dezembro de 2008, 10.636.328 acções próprias representativas de 5,20% do seu capital social.

Artigo 448.º do CSC

Dando cumprimento ao estipulado no nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos accionistas que, em 31 de Dezembro de 2008, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

Accionista	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	75 436 644	36,86%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	30 538 198	14,92%

(1) A Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. detém 51% do capital social da ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.

Durante o ano de 2008, não houve accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital.

Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2008:

Accionista	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	75 436 644	36,86%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.	30 538 198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4 524 617	2,26%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3 665 066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3 736 836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3 913 051	1,91%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	121 814 412	59,53%
Kendall II, S.A.	9 472 764	4,63%
Investment Opportunities, S.A.	620 510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271 243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, S.A.	10 364 517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4 190 954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores S.A.	4 190 954	2,05%

Relatórios de fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.", as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 3 709 651 254 euros e um total de capital próprio de 341 317 083 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sociedade de 30 565 438 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras acima referidas.

.../...

.../...


2.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 27 de Março de 2009


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2008, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução do Grupo, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

De igual modo, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

.... / / ...

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas consolidado de 2008 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 31 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Alberto João Coraceiro de Castro

José Rodrigues de Jesus

Manuel Teixeira Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Mota Engil S.G.P.S., S.A. e subsidiárias ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 3.709.651.254 Euros e capitais próprios de 341.317.083 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 30.565.438 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

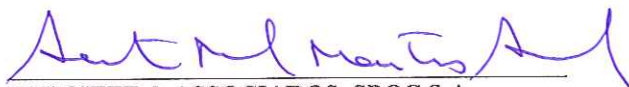
Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota Engil, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 27 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por António Manuel Martins Amaral

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO E CONTAS 2008



Relatório de Gestão

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA elaborou também Contas Consolidadas, sobre as quais emitiu pormenorizado relatório e das quais fará plena divulgação, procedendo à sua publicação.

Assim, e dado que nas Contas Individuais, que se juntam, se encontra reflectida a equivalência patrimonial não existindo nenhuns outros factos relevantes, considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é idêntico ao produzido no Relatório de Gestão Consolidado.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 24.865.993 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 1.243.299 euros e 65 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 2,8%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 412.766 euros e 90 cêntimos.

Outras informações

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com a MOTA-ENGIL, SGPS, SA e com as empresas do GRUPO e associadas.

Porto, 27 de Março de 2009

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)*

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr.ª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (Chief Financial Officer)

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Anexos

Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e das empresas do GRUPO e associadas, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e das empresas do GRUPO e associadas, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 27 de Março de 2009

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)*

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
*Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr.ª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (Chief Financial Officer)*

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
*Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva*

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS 2008

27 DE MARÇO DE 2009

6

Artigo 447.º do CSC e Artigo 14.º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008

Divulgação de acções e outros título detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e o n.º 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008:

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Dia	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL,SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Gt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Gt.	%	Gt.	%	Gt.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.), CÔNJUGE												
Saldo Inicial		4 272 617				2,09%	1 166	16,7%	517 500	8,6%	19 115	38,2%
	07-01-2008	50 000	4,94	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	09-01-2008	100 000	4,68	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	21-01-2008	102 000	3,97	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	01-07-2008	100 000	3,70	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		4 624 617				2,26%	1 166	16,7%	517 500	8,6%	19 115	38,2%
MARIA MANUELA GUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial		3 661 841				1,79%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
		3 225		(*)		-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		3 665 066				1,79%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*) E CÔNJUGE												
Saldo Final		3 736 836				1,83%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
MARIA PAULA GUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Final		3 913 051				1,91%	1 078	10,8%	427 500	7,1%	10 295	20,6%
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial		201 475				0,10%	-	-	-	-	-	-
	30-01-2008	1 000		Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		202 475				0,10%	-	-	-	-	-	-
EDUARDO JORGE DE ALMEIDA ROCHA (DR.)												
Saldo Inicial		20 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
	03-01-2008	1 762	4,99	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	04-01-2008	8 238	5,04	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		30 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENG*) E CÔNJUGE												
Saldo Inicial		25 000				0,01%	-	-	-	-	-	-
	14-04-2008	1 000	5,30	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	11-12-2008	500	2,45	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		26 500				0,01%	-	-	-	-	-	-
GONÇALO NUNO GOMES DE ANDRADE MOURA MARTINS (DR.)												
Saldo Inicial		-				-	-	-	-	-	-	-
	28-03-2008	12 435	-	(**)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		12 435				0,01%	-	-	-	-	-	-
ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (ENG.)												
Saldo Inicial		-				-	-	-	-	-	-	-
	28-03-2008	1 000	-	(**)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		1 000				0,00%	-	-	-	-	-	-
ALBERTO JOÃO CORACEIRO DE CASTRO (PROF. DR.)												
Saldo Final		1 000				0,00%	-	-	-	-	-	-
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA												
Saldo Inicial		30 538 198				14,92%	-	-	-	-	-	-
FM - SOC. DE CONTROLO, SGPS, SA												
Saldo Final		-				-	-	-	4 200 000	70,0%	-	-

(*) Aquisição por herança de 3.225 acções pelo Sr. Eng. José Carlos Mendes dos Santos, cônjuge da administradora Sra. Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
(**) Membro do Conselho de Administração a partir do dia 28-03-2008

RELATÓRIO E CONTAS 2008

27 DE MARÇO DE 2009

7

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Dia	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA												
Saldo Inicial		67 921 887				33,19%	5 100	51,0%	-	-	-	-
02-01-2008		8 000	5,03	Compra	Bolsa		-		-		-	
08-01-2008		62 765	4,91	Compra	Bolsa		-		-		-	
09-01-2008		271 710	4,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
10-01-2008		349 000	4,63	Compra	Bolsa		-		-		-	
11-01-2008		199 000	4,47	Compra	Bolsa		-		-		-	
15-01-2008		40 000	4,40	Compra	Bolsa		-		-		-	
18-01-2008		100 000	4,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
21-01-2008		83 858	3,94	Compra	Bolsa		-		-		-	
23-01-2008		240 000	4,01	Compra	Bolsa		-		-		-	
27-06-2008		55 000	4,27	Compra	Bolsa		-		-		-	
30-06-2008		165 504	4,09	Compra	Bolsa		-		-		-	
01-07-2008		59 452	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
02-07-2008		50 000	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
11-07-2008		7 825	3,80	Compra	Bolsa		-		-		-	
16-07-2008		60 500	3,44	Compra	Bolsa		-		-		-	
17-07-2008		14 938	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
17-07-2008		-14 212	3,70	Venda	Bolsa		-		-		-	
18-07-2008		10 000	3,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
18-07-2008		-5 000	3,77	Venda	Bolsa		-		-		-	
21-07-2008		-15 000	3,88	Venda	Bolsa		-		-		-	
24-07-2008		59 164	3,84	Compra	Bolsa		-		-		-	
25-07-2008		35 938	3,82	Compra	Bolsa		-		-		-	
28-07-2008		111 496	3,77	Compra	Bolsa		-		-		-	
29-07-2008		30 473	3,68	Compra	Bolsa		-		-		-	
30-07-2008		35 000	3,78	Compra	Bolsa		-		-		-	
31-07-2008		210 000	3,77	Compra	Bolsa		-		-		-	
01-08-2008		7 000	3,69	Compra	Bolsa		-		-		-	
04-08-2008		25 000	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
05-08-2008		5 359	3,68	Compra	Bolsa		-		-		-	
06-08-2008		35 000	3,67	Compra	Bolsa		-		-		-	
07-08-2008		210 000	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
13-08-2008		141 169	3,69	Compra	Bolsa		-		-		-	
14-08-2008		34 650	3,65	Compra	Bolsa		-		-		-	
15-08-2008		58 611	3,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
18-08-2008		67 978	3,66	Compra	Bolsa		-		-		-	
19-08-2008		276 922	3,57	Compra	Bolsa		-		-		-	
20-08-2008		91 402	3,49	Compra	Bolsa		-		-		-	
25-08-2008		30 000	3,48	Compra	Bolsa		-		-		-	
27-08-2008		68 000	3,53	Compra	Bolsa		-		-		-	
28-08-2008		617 998	3,50	Compra	Bolsa		-		-		-	
05-09-2008		10 000	3,59	Compra	Bolsa		-		-		-	
11-09-2008		10 519	3,57	Compra	Bolsa		-		-		-	
12-09-2008		25 404	3,66	Compra	Bolsa		-		-		-	
15-09-2008		26 196	3,53	Compra	Bolsa		-		-		-	
16-09-2008		32 122	3,49	Compra	Bolsa		-		-		-	
17-09-2008		141 420	3,41	Compra	Bolsa		-		-		-	
18-09-2008		174 821	3,24	Compra	Bolsa		-		-		-	
19-09-2008		51 859	3,41	Compra	Bolsa		-		-		-	
23-09-2008		12 573	3,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
24-09-2008		100 000	3,21	Compra	Bolsa		-		-		-	
25-09-2008		9 006	3,09	Compra	Bolsa		-		-		-	
29-09-2008		58 565	3,02	Compra	Bolsa		-		-		-	
30-09-2008		3 600	3,00	Compra	Bolsa		-		-		-	
03-10-2008		243 155	3,00	Compra	Bolsa		-		-		-	
07-10-2008		25 478	2,58	Compra	Bolsa		-		-		-	
09-10-2008		71 459	2,35	Compra	Bolsa		-		-		-	
10-10-2008		120 000	2,13	Compra	Bolsa		-		-		-	
28-10-2008		25 000	2,39	Compra	Bolsa		-		-		-	
03-11-2008		10 000	2,60	Compra	Bolsa		-		-		-	
04-11-2008		10 000	2,70	Compra	Bolsa		-		-		-	
06-11-2008		10 047	2,59	Compra	Bolsa		-		-		-	
12-11-2008		8 860	2,63	Compra	Bolsa		-		-		-	
21-11-2008		20 000	2,29	Compra	Bolsa		-		-		-	
24-11-2008		13 967	2,24	Compra	Bolsa		-		-		-	
25-11-2008		4 292	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
26-11-2008		52 459	2,15	Compra	Bolsa		-		-		-	
02-12-2008		6 000	2,34	Compra	Bolsa		-		-		-	
04-12-2008		178 235	2,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
05-12-2008		988 064	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
09-12-2008		300	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
10-12-2008		9 268	2,31	Compra	Bolsa		-		-		-	
11-12-2008		74 427	2,33	Compra	Bolsa		-		-		-	
15-12-2008		202 015	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
16-12-2008		61 358	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
17-12-2008		501 869	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
18-12-2008		239 736	2,23	Compra	Bolsa		-		-		-	
19-12-2008		78 734	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
22-12-2008		284	2,20	Compra	Bolsa		-		-		-	
23-12-2008		9 165	2,26	Compra	Bolsa		-		-		-	
Saldo Final		75 436 644				36,86%	5 100	51,0%	-	-	-	-

RELATÓRIO E CONTAS 2008

27 DE MARÇO DE 2009

8

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.502.583 acções próprias durante o exercício de 2008, detendo, em 31 de Dezembro de 2008, 10.636.328 acções próprias representativas de 5,20% do seu capital social.

Artigo 448.º do CSC

Dando cumprimento ao estipulado no nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos accionistas que, em 31 de Dezembro de 2008, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

Accionista	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	75 436 644	36,86%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	30 538 198	14,92%

(1) A Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. detém 51% do capital social da ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.

Durante o ano de 2008, não houve accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital.

Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2008:

Accionista	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	75 436 644	36,86%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.	30 538 198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4 524 617	2,26%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3 665 066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3 736 836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3 913 051	1,91%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	121 814 412	59,53%
Kendall II, S.A.	9 472 764	4,63%
Investment Opportunities, S.A.	620 510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271 243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, S.A.	10 364 517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4 190 954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores S.A.	4 190 954	2,05%

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Balanços em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas Explicativas	2008		2007		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas Explicativas	2008	2007
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						CAPITAL PRÓPRIO			
Despesas de instalação	2	1.216.774	(1.216.774)	-	-	Capital	9	204.635.695	204.635.695
Propriedade industrial e outros direitos	2	50.419	(50.419)	-	-	Ações próprias - valor nominal	9	(10.636.328)	(9.133.745)
		<u>1.267.193</u>	<u>(1.267.193)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Ações próprias - descontos e prémios	9	(11.062.754)	(7.545.422)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						Prémios de emissão de ações	9	87.256.034	87.256.034
Edifícios e outras construções	3	4.772	(4.772)	-	300	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	9	(167.182.086)	(143.792.638)
Equipamento de transporte	3	416.475	(336.836)	79.639	135.138	Reservas legais	9	25.653.878	16.172.227
Equipamento administrativo	3	66.670	(62.011)	4.659	6.865	Reservas livres	9	100.285.140	42.665.130
		<u>487.917</u>	<u>(403.619)</u>	<u>84.298</u>	<u>142.303</u>	Resultados transitados	9	944.065	944.065
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								<u>229.893.644</u>	<u>191.201.346</u>
Partes de capital em empresas do grupo	4	190.652.032	-	190.652.032	192.230.815				
Partes de capital em empresas associadas	4	103.989.880	-	103.989.880	108.252.635	Resultado líquido do exercício	9	24.865.993	89.234.727
Partes de capital em outras empresas	4	694.059	-	694.059	578.283	Total do capital próprio		<u>254.759.637</u>	<u>280.436.073</u>
Títulos e outras aplicações financeiras	4	118.845.552	-	118.845.552	102.295.552				
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	4	431.035	-	431.035	504.012				
		<u>414.612.558</u>	<u>-</u>	<u>414.612.558</u>	<u>403.861.297</u>	PROVISÕES			
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO						Provisões	10	2.328.535	1.887.006
Empresas participadas e participantes	5	105.672.257	-	105.672.257	115.961.235			<u>2.328.535</u>	<u>1.887.006</u>
		<u>105.672.257</u>	<u>-</u>	<u>105.672.257</u>	<u>115.961.235</u>	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
CIRCULANTE						Empréstimos por obrigações não convertíveis	11	63.500.000	57.000.000
Dívidas de terceiros - curto prazo						Dívidas a instituições de crédito	11	20.714.286	19.680.596
Clientes, conta corrente	6	6.326.189	-	6.326.189	750	Outros empréstimos obtidos	11	136.770.925	67.000.000
Empresas associadas	6	3.790.000	-	3.790.000	3.790.000	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	11	-	34.849
Estado e outros entes públicos	6	303.218	-	303.218	239.510			<u>220.985.211</u>	<u>143.715.445</u>
Outros devedores	6	12.377.475	-	12.377.475	12.709.176	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
		<u>22.796.882</u>	<u>-</u>	<u>22.796.882</u>	<u>16.739.436</u>	Empréstimos por obrigações não convertíveis	12	18.500.000	38.500.000
Títulos negociáveis						Dívidas a instituições de crédito	12	44.795.351	37.103.419
Outras aplicações de tesouraria	7	60.811	(20.325)	40.486	60.811	Fornecedores, conta corrente	12	494.490	802.556
Depósitos bancários e caixa						Outros empréstimos obtidos	12	3.400.000	37.068.263
Depósitos bancários	7	72.460	-	72.460	57.382	Fornecedores de imobilizado conta corrente	12	34.859	53.658
Caixa	7	15.890	-	15.890	5.629	Estado e outros entes públicos	12	906.148	919.946
		<u>88.350</u>	<u>-</u>	<u>88.350</u>	<u>63.011</u>	Outros credores	12	406.680	868.202
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								<u>68.537.528</u>	<u>115.316.044</u>
Acréscimos de proveitos	8	226.903	-	226.903	69.669	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Custos diferidos	8	4.910.041	-	4.910.041	4.346.100	Acréscimos de custos	13	4.457.395	2.736.540
Activos por impostos diferidos	19	3.511.921	-	3.511.921	3.722.636	Proveitos diferidos	13	875.390	875.390
		<u>8.648.865</u>	<u>-</u>	<u>8.648.865</u>	<u>8.138.405</u>			<u>5.332.785</u>	<u>3.611.930</u>
Total de amortizações			<u>(1.670.812)</u>			Total do passivo		<u>297.184.059</u>	<u>264.530.425</u>
Total de ajustamentos			<u>(20.325)</u>			Total do capital próprio e do passivo		<u>551.943.696</u>	<u>544.966.498</u>
Total do activo		<u>553.634.833</u>	<u>(1.691.137)</u>	<u>551.943.696</u>	<u>544.966.498</u>				

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e notas explicativas correspondentes

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euro)

CUSTOS E PERDAS	Notas Explicativas	2008	2007	PROVEITOS E GANHOS	Notas Explicativas	2008	2007
Fornecimentos e serviços externos		4.110.756	4.086.010	Prestações de serviços	16	12.179.432	11.048.034
				Proveitos suplementares		-	100
				(B)		12.179.432	11.048.134
Custos com o pessoal:							
Remunerações	15	5.294.137	3.812.565				
Encargos sociais e outros	15	3.603.236	564.461	Proveitos e ganhos financeiros	17	46.906.911	108.125.262
		13.008.129	8.463.036	(D)		59.086.343	119.173.396
Amortizações	2 e 3	67.348	80.612	Proveitos e ganhos extraordinários	18	17.845	39.001
		13.075.477	8.543.648			59.104.188	119.212.397
Impostos		1.935	3.301				
Outros custos e perdas operacionais		54.391	72.590				
(A)		13.131.803	8.619.539				
Custos e perdas financeiros	17	20.456.328	20.901.136				
(C)		33.588.131	29.520.675				
Custos e perdas extraordinários	18	354.838	259.164				
(E)		33.942.969	29.779.839				
Impostos sobre o rendimento do exercício	19	295.226	197.831				
(G)		34.238.195	29.977.670				
Resultado líquido do exercício		24.865.993	89.234.727				
		59.104.188	119.212.397	(F)		59.104.188	119.212.397
				Resultado operacional:	(B) - (A)	(952.371)	2.428.595
				Resultado financeiro:	(D - B) - (C - A)	26.450.583	87.224.126
				Resultado corrente:	(D) - (C)	25.498.212	89.652.721
				Resultado antes de impostos:	(F) - (E)	25.161.219	89.432.558
				Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	24.865.993	89.234.727

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e notas explicativas correspondentes

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Resultados por Funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euro)

		<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prestações de serviços	16	12.179.432	11.048.034
Custo das prestações de serviços		<u>(9.233.302)</u>	<u>(5.557.655)</u>
Resultado bruto		2.946.130	5.490.379
Outros custos e proveitos operacionais		(336.994)	(220.162)
Custos administrativos		<u>(3.898.499)</u>	<u>(3.061.783)</u>
Resultado operacional		(1.289.363)	2.208.434
(Custo)/ganho líquido do financiamento		(7.771.377)	(5.697.322)
Ganhos em filiais e associadas	17	37.595.310	100.091.943
Perdas em filiais e associadas	17	<u>(3.373.349)</u>	<u>(7.170.495)</u>
Resultado corrente		25.161.219	89.432.559
Imposto sobre os resultados correntes	19	(295.226)	(197.831)
Resultado líquido do exercício		<u>24.865.993</u>	<u>89.234.727</u>
Resultados por acção		0,1277	0,4546

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração de resultados

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

(Montantes expressos em Euro)

	Notas Explicativas	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos a fornecedores		(4.687.718)	(3.823.747)
Pagamento ao pessoal		(6.259.195)	(4.761.854)
Fluxos gerados pelas operações		(10.946.913)	(8.585.601)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(177.312)	(139.981)
Outros recebimentos/pagamentos de actividades operacionais		9.486.200	12.367.302
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(1.638.025)	3.641.720
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(244.105)	(177.501)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(1.882.130)	3.464.219
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		1.003.092	477.892
Dividendos		17.000.000	21.000.000
Investimentos financeiros-prestações suplementares		31.307.201	23.741.189
Imobilizações corpóreas		12.600	39.000
		49.322.893	45.258.081
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros-prestações suplementares		(16.649.442)	(32.552.224)
Imobilizações corpóreas		(9.494)	(54.573)
Suprimentos		(19.746.000)	(58.237.001)
		(36.404.936)	(90.843.798)
Fluxos das actividades de investimento (2)		12.917.957	(45.585.717)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		86.328.284	134.524.768
		86.328.284	134.524.768
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(56.238.000)	(52.277.001)
Amortizações de contratos de locação financeira		(47.351)	(57.171)
Juros e custos similares		(14.620.765)	(12.053.402)
Dividendos		(21.433.066)	(22.509.926)
Aquisição de acções próprias		(5.019.915)	(5.571.782)
		(97.359.097)	(92.469.282)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(11.030.813)	42.055.486
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		5.014	(66.012)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		123.822	189.834
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	128.836	123.822

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração de resultados

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2008**

Indicações obrigatórias constantes do Plano Oficial de Contabilidade:

- 1) Não existem casos de derrogação das disposições do POC tendo em vista a necessidade de se dar uma imagem verdadeira do activo, do passivo e dos resultados da EMPRESA.
- 2) Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício de 2007. As quantias relativas aos exercícios de 2007 e 2008 incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante da alteração introduzida ao POC pelo Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro.
- 3) Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e ajustamentos, são apresentados na Nota Explicativa 1.
- 4) Não existem contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.
- 5) Os elementos do activo, passivo e dos capitais próprios foram valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes, de acordo com o estipulado no Plano Oficial de Contabilidade, e não foram efectuadas amortizações e ajustamentos extraordinários com vista a obter vantagens fiscais durante o exercício de 2008 ou em exercícios anteriores.
- 6) As situações que afectam significativamente os impostos futuros são apresentadas na Nota Explicativa 19.
- 7) O número médio de pessoas ao serviço da EMPRESA no exercício de 2008, é apresentado na Nota Explicativa 15.
- 8) Os valores incluídos em despesas de instalação são analisados na Nota Explicativa 2.
- 9) Não existem trespases registados em imobilizado incorpóreo (Nota Explicativa 2).
- 10) Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos são apresentados nas Notas Explicativas 2, 3 e 4.
- 11) Não existem custos incorridos no exercício de 2008 respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados neste período.
- 12) Não foram efectuadas reavaliações de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros.
- 13) Não foram efectuadas reavaliações de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, pelo que não se procedeu à elaboração do quadro descritivo das reavaliações.
- 14) Não existem imobilizações corpóreas ou em curso em poder de terceiros, em propriedade alheia, no estrangeiro ou reversíveis. Não existem custos financeiros nelas capitalizados, quer no período, quer em termos acumulados.
- 15) A indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira é apresentada na Nota Explicativa 11.
- 16) A indicação da firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício, é apresentada na Nota Explicativa 4.
- 17) Existem acções da EDP incluídas na rubrica "Títulos negociáveis", nota Explicativa 7.
- 18) Não existem valores registados na conta 4154-"Fundos".

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2008**

- 19) Em 31 de Dezembro de 2008 não existem diferenças significativas, que não estejam cobertas pelos ajustamentos constituídos pela EMPRESA, entre os valores das rubricas do activo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e o respectivo valor de mercado.
- 20) Não existem elementos do activo circulante que se encontrem registados a um valor inferior ao mais baixo do custo ou do valor de mercado.
- 21) Não foram efectuados ajustamentos extraordinários respeitantes a elementos do activo circulante.
- 22) A EMPRESA não possui existências no seu balanço.
- 23) Não existem dívidas de cobrança duvidosa em nenhuma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.
- 24) Não existem adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização.
- 25) Não existem dívidas passivas respeitantes ao pessoal da EMPRESA.
- 26) Não existem dívidas tituladas que não estejam evidenciadas no balanço.
- 27) A quantidade e valor nominal de obrigações convertíveis de títulos de participação e de outros títulos ou direitos similares emitidos pela EMPRESA, com indicação dos direitos que conferem são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 12.
- 28) Não existem dívidas incluídas na rubrica “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.
- 29) As dívidas a terceiros a mais de cinco anos são apresentadas na Nota Explicativa 11.
- 30) Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela EMPRESA.
- 31) Não existem compromissos financeiros cuja indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da EMPRESA que não figurem no balanço.
- 32) A descrição das responsabilidades por garantias prestadas é apresentada na Nota Explicativa 14.
- 33) Não existem diferenças levadas ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.
- 34) As alterações das contas de provisões acumuladas no exercício de 2008 são apresentadas na Nota Explicativa 10.
- 35) Não houve realização ou variação do capital social no exercício de 2008. O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado.
- 36) O número de acções de cada categoria em que se divide o capital da EMPRESA e o seu valor nominal são apresentados na Nota Explicativa 9.
- 37) A participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20% é apresentada na Nota Explicativa 9.
- 38) Não foram subscritas acções no capital durante o exercício.
- 39) Não existem variações nas reservas de reavaliação durante o exercício de 2008.
- 40) A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de 2008 em cada uma das rubricas de capitais próprios constantes no balanço são apresentadas na Nota Explicativa 9.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008

- 41) Não existem custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
- 42) Não existe variação da produção.
- 43) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções, são apresentadas na Nota Explicativa 15. Não existem compromissos em matéria de pensões de reforma referentes a antigos membros destes órgãos.
- 44) O valor líquido das prestações de serviços não se reparte por actividades ou por mercados consideravelmente diferentes.
- 45) A demonstração dos resultados financeiros é apresentada na Nota Explicativa 17.
- 46) A demonstração dos resultados extraordinários é apresentada na Nota Explicativa 18.
- 47) Não existem outras informações exigidas por diplomas legais.
- 48) Não existem outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados, para além das apresentadas nas notas explicativas deste anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Faz parte integrante do anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados)

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Balanços em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas Explicativas	2008 Euro	2007 Euro
Activo			
Imobilizações incorpóreas	2	-	-
Imobilizações corpóreas	3	84.298	142.303
Investimentos financeiros	4	414.612.558	403.861.297
Dívidas de terceiros de médio e longo prazo	5	105.672.257	115.961.235
Dívidas de terceiros de curto prazo	6	22.796.882	16.739.436
Disponibilidades	7	128.836	123.822
Acréscimos e diferimentos activos	8	5.136.944	4.415.769
Activos por impostos diferidos	19	3.511.921	3.722.636
		<u>551.943.696</u>	<u>544.966.498</u>
Capital Próprio			
Capital	9	204.635.695	204.635.695
Acções próprias	9	(21.699.082)	(16.679.167)
Prémios de emissão de acções	9	87.256.034	87.256.034
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	9	(167.182.086)	(143.792.638)
Reservas e resultados transitados	9	126.883.083	59.781.422
Resultado líquido do exercício	9	24.865.993	89.234.727
Total do Capital Próprio		<u>254.759.637</u>	<u>280.436.073</u>
Passivo			
Provisões	10	2.328.535	1.887.006
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	11	220.985.211	143.715.445
Dívidas a terceiros de curto prazo	12	68.537.528	115.316.044
Acréscimos e diferimentos passivos	13	5.332.785	3.611.930
Total do Passivo		<u>297.184.059</u>	<u>264.530.425</u>
		<u>551.943.696</u>	<u>544.966.498</u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas Explicativas	2008 Euro	2007 Euro
<i>Proveitos operacionais</i>			
Prestações de serviços	16	12.179.432	11.048.034
Proveitos suplementares		-	100
		<u>12.179.432</u>	<u>11.048.134</u>
<i>Custos operacionais</i>			
Fornecimentos e serviços externos		4.110.756	4.086.010
Custos com o pessoal	15	8.897.373	4.377.026
Amortizações	2 e 3	67.348	80.612
Impostos		1.935	3.301
Outros custos operacionais		<u>54.391</u>	<u>72.590</u>
Resultado operacional		(952.371)	2.428.595
Resultado financeiro	17	26.450.583	87.224.126
Resultado extraordinário	18	(336.993)	(220.163)
Imposto sobre o rendimento do exercício	19	(295.226)	(197.831)
Resultado líquido do exercício		<u><u>24.865.993</u></u>	<u><u>89.234.727</u></u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

Nota Introdutória

A Mota-Engil, SGPS, S.A. (“MOTA – ENGIL SGPS” ou “EMPRESA”) foi constituída em 10 de Agosto de 1990 e tem como actividade principal a gestão de participações sociais em outras empresas.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Mota-Engil SGPS irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais evidenciam um total de activo de Euro 3.709.651.254, um total de passivo de Euro 3.368.334.171, um total de capital próprio de Euro 341.317.083, incluindo um resultado líquido atribuível ao GRUPO de Euro 30.565.438 e vendas e prestação de serviços de Euro 1.868.731.191.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da EMPRESA, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da EMPRESA. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Na Nota Explicativa 4 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

b) Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

i) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas referem-se, essencialmente, a despesas incorridas na constituição da EMPRESA, com aumentos de capital e de organização, as quais foram contabilizadas pelo respectivo custo histórico e que foram amortizadas pelo método das quotas constantes em seis anos.

ii) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2008
Notas explicativas**

iii) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

iv) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Para os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas adquiridos até 31 de Dezembro de 1996 e também no exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 as diferenças entre o custo de aquisição desses investimentos e o valor proporcional à participação da EMPRESA nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, foram registadas em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças de aquisição geradas em data posterior, foram registadas na rubrica de “Trespases” do imobilizado incorpóreo até 31 de Dezembro de 2002, tendo em 1 de Janeiro de 2003 sido transferidas para a rubrica de investimentos financeiros.

As diferenças de aquisição encontram-se a ser amortizadas pelo método das quotas constantes de acordo com o período estimado de retorno de tais investimentos financeiros.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente, pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As mais e menos - valias apuradas na alienação de investimentos financeiros são registadas por contrapartida de resultados financeiros (Nota Explicativa 17).

Os títulos e outras aplicações financeiras, as quais se referem a prestações suplementares/acessórias concedidas às empresas participadas encontram-se registadas pelo seu valor nominal, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.

v) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” (Notas Explicativas 8 e 13).

vi) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas directamente na rubrica “Reservas livres”.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

vii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota Explicativa 19).

2. Imobilizações Incorpóreas

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos acumulados foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Despesas de instalação	1.216.774	-	-	-	1.216.774
Propriedade industrial e outros direitos	50.419	-	-	-	50.419
	1.267.193	-	-	-	1.267.193
<i>Amortizações e Ajustamentos Acumulados:</i>					
Despesas de instalação	(1.216.774)	-	-	-	(1.216.774)
Propriedade industrial e outros direitos	(50.419)	-	-	-	(50.419)
	(1.267.193)	-	-	-	(1.267.193)
	-	-	-	-	-

A EMPRESA tem vindo a registar nas rubricas de “Despesas de instalação” e “Propriedade industrial e outros direitos” as seguintes naturezas de custo que, em 31 de Dezembro de 2008 apresentavam os seguintes saldos:

	31.12.08
<i>Despesas de instalação</i>	
Despesas incorridas com aumentos de capital e organização	1.216.774
Amortizações e ajustamentos acumulados	(1.216.774)
	-
<i>Propriedade industrial e outros direitos:</i>	
Software	50.419
Amortizações e ajustamentos acumulados	(50.419)
	-

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

3. Imobilizações Corpóreas

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos acumulados foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Edifícios e outras construções	4.772	-	-	-	4.772
Equipamento de transporte	529.699	8.000	(121.224)	-	416.475
Equipamento administrativo	65.325	1.345	-	-	66.670
	<u>599.796</u>	<u>9.345</u>	<u>(121.224)</u>	<u>-</u>	<u>487.917</u>
<i>Amortizações e Ajustamentos Acumulados:</i>					
Edifícios e outras construções	(4.472)	(300)	-	-	(4.772)
Equipamento de transporte	(394.561)	(63.497)	121.224	(2)	(336.836)
Equipamento administrativo	(58.460)	(3.551)	-	-	(62.011)
	<u>(457.493)</u>	<u>(67.348)</u>	<u>121.224</u>	<u>(2)</u>	<u>(403.619)</u>
	<u>142.303</u>	<u>(58.003)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>84.298</u>

4. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido no valor de custo dos investimentos financeiros foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Outros	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Partes de capital em empresas do grupo	192.230.815	196	-	(1.578.979)	190.652.032
Partes de capital em empresas associadas	108.252.635	-	-	(4.262.755)	103.989.880
Partes de capital em outras empresas	578.283	-	-	115.776	694.059
Titulos e outras aplicações financeiras	102.295.552	16.550.000	-	-	118.845.552
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	504.012	(72.977)	-	-	431.035
	<u>403.861.297</u>	<u>16.477.219</u>	<u>-</u>	<u>(5.725.958)</u>	<u>414.612.558</u>

Incluído em "Outros" encontra-se o montante de Euro 11.274.042 relativo à aplicação do método da equivalência patrimonial no exercício de 2008, assim como o montante de Euro 17.000.000 relativo à atribuição de dividendos daquelas empresas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos das rubricas incluídas em investimentos financeiros, compõem-se como segue:

	31.12.08	31.12.07
<i>Partes de capital em empresas do grupo</i>		
MESP-Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("MESP")	661.451	543.098
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")	23.034.128	16.893.765
Mota-Engil Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("MECT")	12.986.090	9.848.627
Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia")	153.002.841	162.616.000
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA")	967.522	2.329.325
	<u>190.652.032</u>	<u>192.230.815</u>
<i>Partes de capital em empresas associadas</i>		
Martifer, SGPS	103.989.880	108.252.635
	<u>103.989.880</u>	<u>108.252.635</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

	31.12.08	31.12.07
<i>Partes de capital em outras empresas</i>		
ADR - Agência de Desenvolvimento do Tâmega	62.500	62.500
Vortal-Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	631.559	515.783
	<u>694.059</u>	<u>578.283</u>
	31.12.08	31.12.07
<i>Títulos e outras aplicações financeiras</i>		
Largo do Paço	1.160.000	1.160.000
MECT	21.257.584	21.257.584
MESP	500.000	500.000
Mota-Engil Ambiente e Serviços	7.060.000	8.160.000
Mota-Engil Engenharia	82.017.968	64.417.968
RTA	6.800.000	6.800.000
Associação para a Escola de Gestão do Porto	50.000	-
	<u>118.845.552</u>	<u>102.295.552</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os títulos e outras aplicações financeiras correspondem a prestações suplementares concedidas às participadas.

Em 31 de Dezembro de 2008, a informação financeira preparada de acordo com o POC sobre as empresas do grupo e associadas é como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido do Exercício
Largo do Paço	Amarante	100,00	(1.887.007)	(441.528)
MECT	Lisboa	100,00	10.228.171	2.757.919
MESP	Porto	100,00	623.097	38.353
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Porto	100,00	24.602.183	(1.568.054)
Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,00	119.801.908	33.200.933
RTA	Amarante	100,00	2.331.289	(1.363.767)
Martifer, SGPS	Oliv. de Frades	37,50	270.430.828	4.101.392

O ajustamento no valor das rubricas de "Partes de capital em empresas do grupo" e "Partes de capital em empresas associadas", resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros, tem o seguinte detalhe:

Ganhos em empresas participadas (Nota Explicativa 17)	37.595.310
Perdas em empresas participadas (Nota Explicativa 17)	<u>(3.373.349)</u>
	34.221.961
Provisões (Nota Explicativa 10)	441.529
Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas (Nota Explicativa 9)	<u>(23.389.448)</u>
Dividendos atribuídos	<u>(5.725.958)</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

Os dividendos atribuídos, os ajustamentos de partes de capital e os resultados líquidos do exercício das empresas participadas são como segue:

	Dividendos atribuídos	Ajust. partes de capital	Result. líquido apropriado
Largo do Paço	-	-	(441.528)
MECT	-	379.545	2.757.919
MESP	-	79.803	38.353
Mota-Engil Ambiente e Serviços	-	7.708.418	(1.568.054)
Mota-Engil Engenharia	17.000.000	(25.814.095)	33.200.933
Vortal	-	(2.350)	118.124
Martifer SGPS	-	(5.742.736)	1.479.981
RTA	-	1.967	(1.363.767)
	<u>17.000.000</u>	<u>(23.389.448)</u>	<u>34.221.961</u>

Os “Ajustamentos em partes de capital” respeitam, essencialmente, a alterações ocorridas na situação líquida das participadas, nomeadamente, da correcção das irregularidades cometidas em exercícios anteriores em algumas empresas participadas da Mota-Engil Engenharia na Hungria (6.394 milhões de forints húngaros, o que corresponde a, aproximadamente, 21 milhões de Euros ao câmbio actual), as quais se qualificam como regularizações não frequentes e de grande significado, conforme disposto na Directriz Contabilística nº 8, bem como das diferenças cambiais originadas na transposição de demonstrações financeiras em moeda diferente do Euro.

5. Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo

Nesta rubrica encontram-se registados os empréstimos concedidos às empresas participadas os quais vencem juros a uma taxa equivalente à taxa de custo de financiamento externo da EMPRESA.

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Empresas participadas e participantes		
Largo do Paço	805.000	510.000
Mota-Engil Engenharia	-	30.034.978
Mota-Engil Ambiente e Serviços	65.180.402	58.317.902
MECT	32.308.855	20.278.355
RTA	7.378.000	6.820.000
	<u>105.672.257</u>	<u>115.961.235</u>

6. Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Cientes, conta corrente	6.326.189	750
Empresas associadas	3.790.000	3.790.000
Estado e outros entes públicos	303.218	239.510
Outros devedores	12.377.475	12.709.176
	<u>22.796.882</u>	<u>16.739.436</u>

Os outros devedores incluem o montante de juros de suprimentos debitados às empresas do Grupo de Euro 9.068.604.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

7. Disponibilidades

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Títulos negociáveis	40.486	60.811
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	72.460	57.382
Caixa	15.890	5.629
	<u>128.836</u>	<u>123.822</u>

8. Acréscimos e Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
<i>Acréscimos de proveitos</i>		
Juros a receber	226.903	69.669
	<u>226.903</u>	<u>69.669</u>
<i>Custos diferidos</i>		
Seguros	4.460	4.352
Encargos financeiros diferidos	2.115.678	1.551.845
Outros ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial	2.789.903	2.789.903
	<u>4.910.041</u>	<u>4.346.100</u>
	<u>5.136.944</u>	<u>4.415.769</u>

A rubrica de “Encargos financeiros diferidos” inclui os encargos incorridos com a montagem dos empréstimos obrigacionistas, os quais estão a ser reconhecidos ao longo do período de vigência dos mesmos (Nota Explicativa 11).

A rubrica “Outros ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial” respeita ao resultado da alienação intragrupo da participada MOTA-ENGIL IMOBILIÁRIA E TURISMO no exercício de 2007.

9. Capital Próprio

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Transferências	Movimentos do exercício	Aplicação de resultados	Saldo final
Capital	204.635.695	-	-	-	204.635.695
Ações próprias – valor nominal	(9.133.745)	-	(1.502.583)	-	(10.636.328)
Ações próprias – descontos e prémios	(7.545.422)	-	(3.517.332)	-	(11.062.754)
Prémios de emissão de ações	87.256.034	-	-	-	87.256.034
Ajust. de partes de capital em filiais e associadas	(143.792.638)	-	(23.389.448)	-	(167.182.086)
Reservas legais	16.172.227	5.019.915	-	4.461.736	25.653.878
Reservas livres	42.665.130	(5.019.915)	1.076.861	61.563.064	100.285.140
Resultados transitados	944.065	-	-	-	944.065
Resultado líquido do exercício	89.234.727	-	24.865.993	(89.234.727)	24.865.993
	<u>280.436.073</u>	<u>-</u>	<u>(2.466.509)</u>	<u>(23.209.927)</u>	<u>254.759.637</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

O capital da MOTA – ENGIL SGPS em 31 de Dezembro de 2008 ascende a Euro 204.635.695, totalmente subscrito e realizado, estando representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de 1 Euro cada.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito e realizado são analisadas como segue:

	<u>%</u>	<u>Nº de Acções</u>
Mota Gestão e Participações, S.G.P.S., S.A.	36,86	75.436.644

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas e acções próprias

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas e em acções próprias respeitam a (i) Euro 23.389.448 à aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 4) e (ii) Euro 5.019.915 respeitante à aquisição de acções próprias.

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.502.583 acções próprias durante o exercício de 2008, detendo, em 31 de Dezembro de 2008, 10.636.328 acções próprias representativas de 5,20% do seu capital social.

Prémios de emissão de acções

A legislação comercial dispõe que os prémios de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas, só podendo ser utilizados em aumentos de capital, ou na cobertura de prejuízos depois de utilizadas as reservas e resultados distribuíveis.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Segundo dispõe a legislação comercial, esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas apenas podendo ser utilizada em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Aplicação de resultados

De acordo com a decisão da Assembleia Geral da MOTA – ENGIL SGPS em reunião realizada em 28 de Março de 2008, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi aplicado como segue:

Reservas legais	4.461.736
Reservas livres	61.563.064
Dividendos	22.509.926
Gratificações por aplicação de resultados	700.000

Os dividendos a distribuir relativos a acções próprias, no montante de Euro 1.076.861 foram reclassificados para reservas livres.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

10. Provisões para Outros Riscos e Encargos

Em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido na rubrica "Provisões" é como segue:

	31.12.08
<i>Provisões</i>	
Saldo inicial	1.887.006
Aumento	441.529
Saldo final	2.328.535

11. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

	31.12.08	31.12.07
Empréstimos por obrigações não convertíveis	63.500.000	57.000.000
Dívidas a instituições de crédito	20.714.286	19.680.596
Outros empréstimos obtidos	136.770.925	67.000.000
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	34.849
	220.985.211	143.715.445

Empréstimos por obrigações não convertíveis

Em 9 de Dezembro de 2003, a EMPRESA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de Euro 17.500.000, pelo prazo de 7 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,75 pontos percentuais. Os juros são pagos em 9 de Junho e 9 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 9 de Junho de 2004. O reembolso será efectuado em dez prestações semestrais, iguais e sucessivas, por redução de valor nominal das obrigações, a partir da data de pagamento do 5º cupão. A EMPRESA poderá efectuar o reembolso antecipado total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado das obrigações de que seja titular, ao valor nominal, nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros. A MOTA – ENGIL SGPS obriga-se a reembolsar de imediato as obrigações, e respectivos juros, caso se demonstre o incumprimento do definido contratualmente.

Em 29 de Dezembro de 2003, a EMPRESA contraiu um empréstimo por obrigações no valor de Euro 35.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 0,75 pontos percentuais, com um único reembolso no final do prazo do empréstimo. Os juros são pagos em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 29 de Junho de 2004. A MOTA – ENGIL SGPS obriga-se a reembolsar de imediato as obrigações, e respectivos juros, caso se demonstre o incumprimento do definido contratualmente.

Em 29 de Dezembro de 2004, a EMPRESA emitiu novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 15.000.000, pelo prazo de 7 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,5 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado em 4 prestações semestrais iguais e sucessivas, por redução do valor nominal das obrigações, com início na 11ª data de pagamento de juros. A EMPRESA poderá, sem penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive, sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros. Cada obrigacionista poderá, através de carta registada com aviso de recepção e com antecedência mínima de 30 dias, solicitar o reembolso antecipado, da totalidade ou de parte das obrigações de que seja titular, ao valor nominal, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusivé, e sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros, caso a MOTA – ENGIL SGPS demonstre incumprimento do definido contratualmente.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

Em 30 de Dezembro de 2004, a EMPRESA contraiu outro empréstimo por obrigações no valor de Euro 15.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,75 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado ao seu valor nominal, de uma só vez, no final do 5º ano, ou seja, em 30 de Dezembro de 2009. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado, da totalidade ou de parte das obrigações de que seja titular, a partir da 6ª data de pagamento de juros, inclusive, ou, caso as demonstrações financeiras consolidadas da MOTA – ENGIL SGPS demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente.

Em 21 de Junho de 2005, foi contraído pela EMPRESA um novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 20.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 21 de Junho e 21 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor de 6 meses adicionada de 0,95 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado numa única prestação no final do prazo da emissão. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado das obrigações ao valor nominal caso as demonstrações financeiras consolidadas da MOTA – ENGIL SGPS demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente, ou caso os actuais accionistas de referência da EMPRESA deixem de controlar, directa ou indirectamente, a maioria do seu capital e/ou direitos de voto.

Outros empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica de balanço “Outros empréstimos obtidos” corresponde a (i) uma emissão de papel comercial efectuada pela EMPRESA, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 15.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 13 de Novembro de 2011, (ii) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 15.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 05 de Setembro de 2012, (iii) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 37.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 15 de Janeiro de 2019, (iv) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 48.477.092, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 20 de Novembro de 2013 e (v) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 14.693.833, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 3 de Dezembro de 2010.

12. Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Empréstimos por obrigações não convertíveis (Nota Explicativa 11)	18.500.000	38.500.000
Dívidas a instituições de crédito	44.795.351	37.103.419
Fornecedores, conta corrente	494.490	802.556
Outros empréstimos obtidos (Nota Explicativa 11)	3.400.000	37.068.263
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	34.859	53.658
Estado e outros entes públicos	906.148	919.946
Outros credores	406.680	868.202
	<u>68.537.528</u>	<u>115.316.044</u>

Fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2008, a EMPRESA mantinha responsabilidades como locatária relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 35.723, com o seguinte prazo de vencimento:

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

Ano de vencimento	Capital	Juros	Total
1 ano	34.859	864	35.723
	<u>34.859</u>	<u>864</u>	<u>35.723</u>

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o valor acrescentado	726.748	792.672
Segurança social	55.397	40.874
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	124.003	86.400
	<u>906.148</u>	<u>919.946</u>

13. Acréscimos e Diferimentos Passivos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
<i>Acréscimos de custos</i>		
Remunerações a liquidar	765.889	495.443
Juros a liquidar	1.004.914	2.090.296
Outros acréscimos de custos	2.686.592	150.801
	<u>4.457.395</u>	<u>2.736.540</u>
<i>Proveitos diferidos</i>		
Outros proveitos diferidos	875.390	875.390
	<u>875.390</u>	<u>875.390</u>
	<u>5.332.785</u>	<u>3.611.930</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Outros acréscimos de custos” referia-se, essencialmente, a indemnizações a pagar.

14. Garantias

Em 31 de Dezembro de 2008, a EMPRESA tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no montante de Euro 12.270.800, as quais se destinam, fundamentalmente, a garantir empréstimos bancários da EMPRESA e participadas.

15. Custos com Pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Remunerações	5.294.137	3.812.565
Encargos sociais e outros	3.603.236	564.461
	<u>8.897.373</u>	<u>4.377.026</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

Número médio de pessoal

O número médio de pessoal ao serviço da MOTA – ENGIL SGPS durante os exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisado como segue:

	31.12.08	31.12.07
Administradores	10	9
Empregados	50	46
	60	55

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração da EMPRESA durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 ascenderam a Euro de 3.544.063 e Euro 2.366.280, respectivamente.

As remunerações atribuídas ao Conselho Fiscal da EMPRESA durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a Euro de 105.000.

16. Prestação de Serviços

A rubrica de “Prestações de serviços” corresponde a serviços prestados a empresas do Grupo relativos a serviços de gestão.

17. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>		
Juros obtidos	9.305.747	7.935.326
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota Explicativa 4)	37.595.310	100.091.943
Diferenças de câmbio favoráveis	2.279	74
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.575	97.919
	46.906.911	108.125.262
<i>Custos e perdas financeiras</i>		
Juros suportados	15.482.120	13.721.210
Ajustamentos para aplicações financeiras (Nota Explicativa 7)	20.325	-
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota Explicativa 4)	3.373.349	7.170.495
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.509	3
Outros custos e perdas financeiros (imposto de selo e outros)	1.579.025	9.428
	20.456.328	20.901.136
Resultados financeiros	26.450.583	87.224.126

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

18. Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
<i>Proveitos e ganhos extraordinários</i>		
Ganhos em imobilizações	14.083	39.001
Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.762	-
	17.845	39.001
<i>Custos e perdas extraordinárias</i>		
Donativos	311.013	189.734
Multas e penalidades	310	370
Correcções relativas a exercícios anteriores	26.526	19.361
Outros custos e perdas extraordinários	16.989	49.699
	354.838	259.164
Resultado extraordinário	(336.993)	(220.163)

19. Imposto sobre o Rendimento do Exercício

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração dos Resultados	Efeito em Capital Próprio
Prejuízos fiscais	(14.047.683)	(842.861)	(13.204.822)
	(14.047.683)	(842.861)	(13.204.822)

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos por impostos diferidos calculados a uma taxa de 25% ascendiam a Euro 3.511.921.

A MOTA – ENGIL SGPS encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. Face à sua natureza jurídica e objecto social a EMPRESA encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas não são tributados e os ganhos e perdas em empresas participadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos após essa data), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da EMPRESA entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008 Notas explicativas

20. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Caixa e seus equivalentes pode ser analisado como segue:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Títulos negociáveis	40.486	60.811
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	72.460	57.382
Caixa	<u>15.890</u>	<u>5.629</u>
	<u>128.836</u>	<u>123.822</u>

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 551 943 696 euros e um total de capital próprio de 254 759 637 euros, incluindo um resultado líquido de 24 865 993 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.../...

.../...

2.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "MOTA - - ENGIL, SGPS, S.A." em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 - Tal como nos exercícios anteriores, as Demonstrações Financeiras referidas no parágrafo 1 acima, reportam-se às contas individuais da Empresa. Foi aplicado o Método da Equivalência Patrimonial nos investimentos em empresas do grupo e associadas, conforme nota explicativa nº1, b - iv do Anexo.

8.2 - A Empresa elabora também demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, que apresentam uma imagem mais nítida da dimensão do Grupo de empresas, nas suas vertentes económica, financeira, resultados das operações e fluxos de caixa, cujos principais indicadores são divulgados na nota introdutória das notas explicativas do Anexo.

Porto, 27 de Março de 2009


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2008, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

De igual modo, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas, a Certificação Legal das Contas Individuais emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados.

.../...

.../...

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas consolidado de 2008 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas individuais apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação dos resultados.

Porto, 31 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Alberto João Coraceiro de Castro

José Rodrigues de Jesus

Manuel Teixeira Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Mota Engil S.G.P.S, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 551.943.696 Euros e capitais próprios de 254.759.637 Euros, incluindo um resultado líquido de 24.865.993 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Mota Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e não consolidada, e foram preparadas nos termos da legislação em vigor para aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. Conforme indicado na Nota explicativa 1 b-iv) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia cujos principais indicadores são divulgados na Nota Introdutória do Anexo.

Porto, 27 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por António Manuel Martins Amaral

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.
SOCIEDADE ABERTA
CAPITAL SOCIAL: 204 635 695 EUROS
MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO
COMERCIAL DO PORTO COM O Nº 502 399 694
NIPC: 502 399 694

EDIFÍCIO MOTA
RUA DO REGO LAMEIRO, Nº 38
4300-454 PORTO

RUA MÁRIO DIONÍSIO, Nº 2
2796-957 LINDA-A-VELHA

TEL: 351 22 5190300
FAX: 351 22 5190303
WWW.MOTA-ENGIL.PT

TEL: 351 21 4158200
FAX: 351 21 4158688

